

Departamento de História

A Trajetória Social dos Catadores de Lixo em Santana/AP-Brasil

Ericlaudio Silva de Melo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea

Orientador (a):

Doutora Maria João Mendes Vaz, Professora Auxiliar,
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

SETEMBRO - 2017

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter-me concedido o dom da perseverança de dedicar-me a esse estudo, guiando todos os meus passos e de minha família que me acompanhou em Portugal para a concretização de mais uma etapa da minha vida profissional.

À banca examinadora e aos colegas de mestrado, pelos ensinamentos e experiências compartilhadas. A minha orientadora, Prof. Dr. Maria João, pela paciência, dedicação, apoio e, principalmente, pela oportunidade de desenvolvermos esse trabalho. Aos meus professores de mestrado do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE que contribuíram com a socialização de seus conhecimentos.

A minha filha Gabriela Silva pelo estímulo e cooperação rotineiro e de compreensão, amizade e companheirismo. Nesse caminhar ela foi minha fonte de inspiração, de luta, de correr atrás dos sonhos e de focar em meus objetivos presentes e futuros. Minha luz, minha vida e meu bem querer.

Um especial agradecimento a minha esposa Márcia Nobre Herrera, por ter me acompanhado durante essa jornada em Portugal, pelo facto de ter dividido todos os momentos do período de Mestrado comigo, pois me amou, lutou diariamente junto comigo, construindo em mim uma existência ética, moral, intelectual, o sentimento de mais um objetivo profissional alcançado.

RESUMO

Situando-se num período muito recente e vindo até à atualidade, este estudo tem como objetivo descrever e analisar a trajetória social dos catadores de recicláveis no município de Santana, no Estado do Amapá – Brasil. Nesse sentido, realiza-se inicialmente uma reflexão sobre o problema do lixo / resíduos sólidos na contemporaneidade, em particular nos espaços urbanos, considerando os seus impactos ambientais e sociais, bem como à atenção que tem merecido por parte dos poderes públicos, em especial no município de Santana.

Os capítulos seguintes darão ênfase às condições sociais, culturais, econômicas, de saúde e de cidadania dos coletores, denominados como catadores de recicláveis, numa região particular do Brasil, entendendo-os como importantes parceiros do meio ambiente. No decorrer do trabalho serão abordadas também problemáticas socioambientais que perpassam pelo contexto da atividade de catação, como a ausência de perspectivas futuras coletivas para os elementos deste grupo, o reconhecimento e a valorização da atividade desenvolvida e a dignificação do catador de recicláveis como um ser social. A pesquisa foi construída a partir da pesquisa bibliográfica e uma pesquisa exploratória do tipo transversal, com natureza quantitativa e qualitativa, sendo a população em estudo constituída por sessenta catadores de material reciclável da comunidade denominada Jardim de Deus, localizada nas proximidades da lixeira pública de Santana (Brasil). Por último, procurar-se-á aqui demonstrar que os catadores de recicláveis exercem uma atividade que, no atual quadro de recolha do lixo em Santana, além de permitir prover ao seu sustento, acaba por significar a realização de um serviço de utilidade pública, tanto no âmbito da recolha do lixo, como no campo da reciclagem de materiais

Palavras-chave: Lixo; resíduos sólidos urbanos; catadores de material reciclável; exclusão social; meio ambiente.

.

ABSTRACT

The objective of this study is to describe and analyze the social trajectory of recyclable waste pickers in the city of Santana, in the state of Amapá, Brazil. In this sense, a reflection on the problem of waste / solid waste in the contemporary world, in particular in urban spaces, considering its environmental and social impacts, as well as the attention it deserves by the public authorities, especially in the municipality of Santana.

The following chapters will emphasize the social, cultural, economic, health and citizenship conditions of collectors, called collectors, of recyclables, in a particular region of Brazil, as important environmental partners. In the course of the work, socio-environmental problems will also be addressed, such as the lack of collective future prospects for the members of this group, the recognition and appreciation of the activity developed and the dignification of the collector of recyclables as a social being. The research was based on bibliographical research and an exploratory research of the transversal type, with quantitative and qualitative nature, being the study population constituted by sixty collectors of recyclable material of the community denominated Garden of God, located in the proximities of the public trash of Santana (Brazil). Finally, it will be sought here to demonstrate that recyclable waste pickers carry out an activity that, in addition to providing their livelihood, in the current garbage collection in Santana, ends up in the realization of a utility, both in the field of waste collection and in the field of material recycling

Keywords: Garbage; urban solid waste; waste collectors; social exclusion; environment.

ÍNDICE

Agradecimento.....	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice.....	vii
Índice de Quadro.....	ix
Índice de Imagem.....	xi
Índice de Gráfico.....	xiii
Glossário de Siglas.....	xv
INTRODUÇÃO.....	1
I LIXO E SOCIEDADE.....	7
1.1 Geração de resíduos sólidos urbanos.....	7
1.2. O processo de urbanização, o capitalismo e a exclusão social no Brasil.....	10
1.3. Resíduos sólidos urbanos nas cidades brasileiras.....	15
II LIXO: DEFINIÇÃO, ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS DO ACÚMULO E DES- CARTE INCORRETO.....	19
2.1 Classificação de resíduos sólidos.....	24
2.2 Coleta Seletiva	28
III O CATADOR DE RECICLÁVEIS EM SANTANA-AP.....	31
3.1 Da Caracterização do Local da Pesquisa.....	31
3.2 A Lixeira Pública de Santana e os Impactos Ambientais Para o Município.....	35
3.3 Da População Investigada.....	39
3.4 Da Análise e Discussões dos Resultados.....	41
3.4.1 Das Entrevistas.....	41
3.4.2 Dos Questionários.....	59
IV PERSPECTIVA DE FUTURO EM SANTANA.....	74
CONCLUSÃO.....	80
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	83
Curriculum Vitae.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Detalhamento por regiões nos anos de 2014 e 2015.....	16
QUADRO 2 - Dados referentes aos dados do Amapá pela Abrelpe.....	16
QUADRO 3: Cotação de preços de Material Reciclável.....	45

ÍNDICE DE IMAGEM

IMAGEM 1: Mapa do Estado do Amapá e seus respectivos municípios.....	32
IMAGEM 2: Mapa do Município de Santana e seus respectivos bairros.....	33
IMAGEM 3: Mapa do Estado do Amapá – Município de Santana marcado pela cor azul....	34
IMAGEM 4: Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.....	36
IMAGEM 5: Catador de lixo- trabalhando, Santana/AP, 2016.....	37
IMAGEM 6: Descarregamento de Lixo na Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016 ..	39
IMAGEM 7: Catadora de Lixo, em momento de descanso Santana/AP, 2016.....	40
IMAGEM 8: Trabalho infantil na Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.....	43
IMAGEM 9: Catador de lixo, Santana/AP, 2016.....	47
IMAGEM 10: Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.....	48
IMAGEM 11: Morada do Bairro Jardim de Deus, Santana/AP, 2016.....	50
IMAGEM 12: Bairro Jardim de Deus, Santana/AP, 2016	51
IMAGEM 13: Bairro Jardim de Deus, Santana/AP, 2016.....	52
IMAGEM 14: Encarregado da Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.....	72
IMAGEM 15: Encontro para propostas da gestão integrada de resíduos sólidos.....	75
IMAGEM 16: Aterro Sanitário de Macapá, Macapá/AP.....	77
IMAGEM 17: Aterro Sanitário de Macapá, Macapá/AP.....	78

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Qual o horário de coleta?	59
GRÁFICO 2: Há algum critério de organização no momento da coleta? Quais?	60
GRÁFICO 3: Você acha que deve utilizar algum equipamento de proteção? Quais?	61
GRÁFICO 4: Qual o meio de deslocamento para a lixeira?	63
GRÁFICA 5: Você faz sua alimentação na lixeira?	64
GRÁFICO 6: Coleta restos de alimentos na lixeira?	65
GRÁFICO 7: O que é feito com o material coletado?	66
GRÁFICO 8: Quais os materiais coletados? Quais?	67
GRÁFICO 9: Por que começou a trabalhar na lixeira?	69
GRÁFICO 10: Recebe algum tipo de assistência do Estado, Prefeitura ou ONGS?	70
GRÁFICO 11: Já sofreu algum acidente trabalhando na lixeira?	71

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABRELPE – Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEMPRE – Compromisso Empresarial

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMI: Indústria e Comércio de Minérios S/A

IPEA – Instituto de pesquisa econômica aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

RS – Resíduos sólidos

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Nota:

A redação desta dissertação segue em grande parte a norma ortográfica e sintática em uso no Brasil. Alguns dos termos referenciados para designar a realidade estudada foram mantidos, tal como são utilizados no território aqui em foco. Dessa forma, designações como «lixão», «catadores», entre outras, são mantidas, considerando-se que as mesmas são ilustrativas e permitem uma maior aproximação à realidade estudada.

INTRODUÇÃO

A produção de lixo na contemporaneidade é um alarmante problema socioambiental mundial, potenciado pela produção e pelo consumo em massa num mundo altamente urbanizado. No Brasil muitos municípios não possuem coleta seletiva, nem locais adequados para o depósito e tratamento dos resíduos sólidos, popularmente denominados de lixo. Um contexto propenso ao surgimento dos catadores de recicláveis, trabalhadores que vivem nas margens da sociedade, tanto devido às condições precárias em que vivem, como pelo desprestígio social que caracteriza a própria atividade que desenvolvem.

Segundo W. Oliveira consideram-se resíduos sólidos urbanos ou municipais, todo e qualquer tipo de lixo produzido nas cidades, proveniente de atividades humanas, que são lançados no ambiente¹.

Para a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), na NBR 10004, classifica os resíduos como “qualquer sobra resultante de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviço e de varrição”².

Estudos apontam que a produção de lixo na contemporaneidade é um alarmante problema socioambiental mundial e alarmante sendo fruto da produção em massa e da urbanização das sociedades. Segundo Rodrigues a produção de lixo é tão antiga quanto o processo de ocupação da Terra pelo homem, mas com o processo de desenvolvimento industrial, alteraram-se as suas características, a durabilidade e o volume de lixo produzido³.

Assim, as sociedades de consumo contribuem para o aumento de lixões e, sobretudo em países com rendimento per capita mais reduzido, para o surgimento de catadores ou coletores de lixo, prevalecendo uma lógica de rentabilidade individual a qual se sobrepõe a valores sociais, éticos e humanísticos. Consequentemente, o Planeta e os seres que nele habitam sofrem com as consequências da poluição provocada pelo consumo exagerado de produtos industrializados, bem como com a rapidez dos processos de descarte dos bens de consumo.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE)⁴, em 2014 a produção total de resíduos sólidos no Brasil foi de aproximadamente 78,6 milhões de toneladas, sendo que parte desses resíduos são descartados de forma incorreta ou encaminhados para lixões ou aterros controlados, que pouco se diferenciam

¹ Oliveira, W. E. (1969), «Introdução ao problema do lixo», *Revista DAE*, v.74, p.58.

² Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2016), «NBR 10004: 2004. Resíduos sólidos. Classificação. 2004^a», Disponível em www.geocities.com/reciclagem2000/nbr10004.htm, consultado em 12 outubro de 2016.

³ Rodrigues, A. M (1998), *Produção e consumo no espaço: problemática ambiental urbana*, São Paulo, Hucitec, p.141.

⁴ Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) (2016), «Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2014», Disponível em www.abrelpe.org.br, Consultado em 10 outubro de 2016.

dos lixões, uma vez que ambos não possuem o conjunto de sistemas e medidas necessárias para a proteção do meio ambiente contra danos e degradações causadas pelo lixo.

Segundo Ivana Ceí⁵, no município de Macapá, no Estado do Amapá, os resíduos sólidos urbanos (RSU), durante muito tempo, foram coletados e depositados em um “lixão” a céu aberto. A autora ressalta que esse processo de descarte não tinha gestão ambiental e nem planejamento, sendo o lixo queimado a céu aberto, apresentando um grave quadro de poluição ambiental, tanto do solo, como da água e do ar.

Após 20 anos, foi desativada em 2014, no município de Santana/Amapá, a lixeira pública a céu aberto que estava localizada dentro do perímetro urbano, para ser transformada em aterro sanitário. Porém, em 2015 deu-se a sua reativação, gerando transtorno para a população, visto que o lixo é queimado e a fumaça polui o ar e causa danos à saúde dos que habitam próximo.

Além dos problemas de saúde pública, o município também se depara com um problema social, evidenciado pela presença de inúmeros catadores que atuam na lixeira de Santana. Trata-se de uma atividade que envolve o trabalho de vários membros da família, observando-se inclusive a presença de crianças remexendo o lixo em condições insalubres. O trabalho realizado por estes trabalhadores consiste em catar, separar, transportar, acondicionar e, às vezes, beneficiar os resíduos sólidos, tornando-os bens com valor de mercado para a sua reutilização ou reciclagem.

Perante os dados citados ressalta-se a importância de aprofundar o estudo desta questão, visto que dados de 2013, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), demonstram que o “segmento social de catadores de lixo integra o cenário urbano no Brasil desde o século XIX, sendo que a atividade de catador acompanhou todo o processo de urbanização no país”⁶.

Os estudos apontam que os catadores de lixo procuram sobreviver a uma situação de desemprego ou de subemprego, atuando ativamente na economia com a recolha de toneladas de material reciclável, participando assim na indústria da reciclagem. Contudo, apesar de serem elementos importantes no mercado da reciclagem, são ignorados socialmente e desprovidos dos seus direitos, já que a catação não se configura como trabalho reconhecido, impossibilitando, assim, o exercício pleno da sua cidadania.

⁵ Ceí, Ivana Lúcia Franco (2010), *Condições sanitárias dos resíduos sólidos no Amapá e política adotada pelo Ministério Público do Estado*, In: Simonian, Ligia T. L. (org), *Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*, Belém, NAEA, MPEAP.

⁶ *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*, Brasília, IPEA / Governo Federal, 2013

Consideramos que no Estado do Amapá é necessário produzir conhecimento científico sobre esta questão, que possa contribuir para a criação e efetivação de políticas públicas nesse âmbito. A gestão dos resíduos sólidos urbanos tem sido um grande desafio para o poder público, sendo uma questão que é urgente enfrentar, tanto mais que, segundo o Ministério do Meio Ambiente, os problemas do lixo urbano nas cidades da Região Norte do Brasil são inúmeros⁷.

Neste contexto o objetivo geral desta pesquisa é abordar a problemática social e ambiental que envolve a trajetória dos catadores de lixo, no município de Santana, no Estado do Amapá (Brasil), analisando a dinâmica histórica dessa atividade no período de 1990 a 2016, enfatizando a ausência de perspectivas futuras coletivas para este grupo, reconhecimento e valorização da atividade desenvolvida e a ausência de valorização social do catador de recicláveis como um ator social.

Na luta pela subsistência, os catadores de lixo se arriscam no meio do desconhecido, pois muitos dos resíduos que lhes estão próximos são tóxicos e podem causar danos sérios à sua saúde. Além dos riscos por que passam, estes trabalhadores não obtêm rendimento relevante que lhes assegure uma sobrevivência digna e são abnegados dos seus direitos enquanto cidadãos, de acordo com o determinado pela Constituição Brasileira de 1988.

O referencial teórico utilizado na pesquisa para a definição, classificação e função do termo lixo e de resíduos sólidos estão de acordo com o olhar de Oliveira, Mancini e Logarezzi, e autores como Bursztyn e Cristovam Buarque, que abordam a temática dos catadores de resíduos sólidos numa perspectiva histórica e social, foram igualmente utilizados.

Sendo o objeto do estudo os catadores de resíduos sólidos no município de Santana, no Estado do Amapá, que muitas vezes são excluídos socialmente, economicamente e até mesmo culturalmente, refletindo processos mais alargados da História do Brasil e de fatores históricos ocorridos no Estado Amapá, entre eles a criação da Área de Livre Comércio dos municípios de Macapá e Santana (ALCM S) e da implantação e saída da empresa de Indústria e Comércio de Minério S/A - ICOMI, tais factos serão aprofundados na dissertação, sob a ótica das obras de Rodrigues e Souza⁵.

Para o tratamento da questão da exclusão social de que os catadores de lixo são alvo, terão destaque os pontos de vistas de Bursztyn, que afirma que a exclusão social tornou-se

⁷ Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2016), «Gestão integrada de resíduos sólidos na Amazônia: a metodologia e os resultados de sua aplicação», *in*: www.ibam.org.br (consultado em 15 de outubro de 2016).

moeda comum para designar toda e qualquer forma de marginalização, discriminação, desqualificação, estigmatização ou mesmo de pobreza⁸, e de Cristovam Buarque que observa a intensificação da exclusão social com o advento da globalização, inclusive dentro da própria cidade, através da migração forçada entre mundos sociais apartados que existem dentro do mesmo espaço geográfico⁹. Refira-se ainda que a questão dos catadores de lixo tem sido abordada por vários estudiosos e sob várias perspectivas e para vários territórios. Juntamos agora uma nova abordagem dedicado ao caso do município de Santana.

A dissertação estrutura-se em torno de três capítulos centrais, sendo o primeiro dedicado a perspectivar a questão do lixo enquanto problema com que a sociedade se tem confrontado, enfatizando as questões históricas que contribuíram diretamente para o aumento deste problema, com a implantação da sociedade de consumo globalizada, o processo de urbanização das cidades brasileiras, os avanços tecnológicos e o aumento de resíduos sólidos.

O segundo capítulo versa sobre os conceitos de lixo e resíduos sólidos, elementos e atores relativos à questão do lixo, a função do lixo na sociedade, a sustentabilidade, a coleta seletiva, a reciclagem, os lixões, os aterros sanitários, o catador de lixo, as desigualdades e os problemas sociais destes atores sociais e a ausência de políticas públicas eficazes para dignificar o trabalho dos catadores de lixo no Brasil.

O terceiro capítulo trata da trajetória dos catadores de recicláveis no município de Santana, no Estado do Amapá, considerado um dos Estados mais preservado do Brasil, mas que, no entanto, não utiliza métodos apropriados de gestão dos resíduos, apresentando um grande volume de lixo, desde hospitalar a lixo doméstico, que é despejado no ambiente sem qualquer cuidado nem tratamento. Destaca-se a falta de saneamento básico nos seus 16 municípios, ocasionando doenças na população, lixeiras a céu aberto e o surgimento dos seus inúmeros catadores, denominados de Carapirás¹⁰.

Além de uma introdução, a dissertação é completada por um capítulo dedicado às perspectivas de futuro e uma conclusão.

A catação de material reciclável nas lixeiras das duas maiores cidades do Estado, Macapá e Santana, ainda é tímida, sendo as matérias retiradas do lixo vendidas a atravessadores (intermediários). A saúde do catador não é uma prioridade para o poder público, pois não

⁸ Bursztyn, Marcel (org) (2000), *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*, Rio de Janeiro, Garamond, p.264.

⁹ Buarque, Cristovam (1993), *O que é Aparição: o apartheid social no Brasil*, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense.

¹⁰ A denominação de Carapirás para os catadores de lixo no Amapá provém da comparação destes a uma ave da Amazônia que possui o hábito de catar alimentos as margens dos rios.

avança nas discussões sobre o tema e na determinação de medidas que permitam ultrapassar essa situação.

Para a pesquisa utilizou-se como metodologia de trabalho o estudo de caso, em conjunto com as técnicas de pesquisa bibliográfica, a consulta a bancos de dados e de documentos legislativos. Foi realizado um trabalho de campo com a concretização de visitas à lixeira pública do município de Santana-AP e conversas informais com os catadores e atravessadores sobre a comercialização de lixos recicláveis, em particular as latas (alumínio), o plástico (pet), o ferro e o cobre.

O estudo de caso respeitou ao lixão de Santana e a área conhecida como Jardim de Deus, onde reside a maioria dos catadores. As observações procuraram identificar os motivos que levaram aquelas famílias a dedicarem-se à atividade de catadores de lixo, bem como as consequências decorrentes desse meio de subsistência, os tipos de materiais que os catadores recolhem nos lixões, o destino e a comercialização do material coletado, e as trajetórias de vida dos catadores: onde moram, a sua escolaridade e as suas perspectivas futuras.

No decorrer da dissertação, e com base nos diversos estudos já realizados, será enfatizado o percurso histórico da atividade de catador de lixo no Brasil, que resulta de um processo influenciado pelo modelo de industrialização adotado durante décadas, bem como pelo desenvolvimento de uma política econômica de promotora da exclusão. As sociedades industrializadas, capitalistas e de consumo contribuem para o aumento dos lixões e dos seus catadores, fazendo prevalecer os valores econômicos individualistas e desumanos, que se sobrepõem a valores sociais pautados pela ética e por valores humanísticos.

Segundo Pereira Neto é necessário concretizar ações efetivas para diminuir o problema do lixo e dos catadores de lixo, pois é considerada uma prática condenável, do ponto de vista de saúde pública e ambiental¹¹. Neste sentido, assim como em outros Estados brasileiros, a problemática da ausência de políticas públicas efetivas para a gestão de resíduos urbanos no Estado do Amapá gera a disseminação de enfermidades pela população, causadas pela acumulação de lixo sem tratamento adequado.

Diante desse contexto foi evidenciada na pesquisa a situação da lixeira pública do município de Santana, que apresenta um tratamento precário do lixo, uma disposição inadequada dos resíduos, a concretização de um local que acarreta progressivos danos para o meio ambiente, para a saúde dos catadores e da população que mora em seu redor, devido à putrefação de

¹¹ Neto, João Tinoco Pereira (2007), *Gerenciamento do Lixo Urbano: Aspectos Técnicos e Operacionais*, Viçosa/MG, Universidade Federal de Viçosa.

animais mortos, restos alimentares e outras produções de chorume e a decomposição de outros resíduos.

Terá destaque também na dissertação o processo histórico da acumulação de lixo impulsionado a partir da industrialização, refletindo o aumento de consumo por parte da sociedade, aumentando a necessidade da criação e efetivação de políticas públicas que visem minimizar a produção desenfreada de resíduos sólidos urbanos, bem como alternativas que diminuam o impacto ambiental no processo de descarte final.

1. LIXO E SOCIEDADE

1.1 Geração de Resíduos Urbanos

O aumento da produção de resíduos sólidos nos nossos dias causa inúmeros problemas ambientais e para a saúde das populações, repercutindo-se na qualidade de vida. A gestão dos resíduos sólidos têm-se tornado um desafio para os poderes públicos, evidenciando uma preocupação global e imediata, devido à quantidade e a velocidade de lixo descartado de maneira imprópria no ambiente.

Segundo Oliveira denomina-se lixo todos os resíduos sólidos provenientes das atividades humanas, sendo importante observar que a Língua Portuguesa deveria adotar a expressão geral, já consagrada, de resíduos sólidos, ao referir-se ao lixo em geral¹². Desta forma, poder-se-ia ter uma uniformidade de nomenclatura com os resíduos líquidos e gasosos, pois todos causam sérios problemas de saneamento do meio, principalmente de poluição ambiental.

Para Mancini o significado do conceito «resíduos sólidos» corresponde ao que conhecemos popularmente por «lixo»¹³. Na concepção de Logarezzi, tanto o lixo como os resíduos sólidos são sobras de uma atividade qualquer e o que as caracteriza como lixo ou resíduo depende dos valores sociais, econômicos e ambientais que lhes atribuímos, consubstanciados no ato do descarte¹⁴.

O lixo não é algo recente na sociedade, pois desde a Antiguidade encontramos denúncias e preocupação com a degradação ambiental provocada pelo lixo. Porém, até antes da II Guerra Mundial, os resíduos possuíam uma composição mais simples, basicamente orgânica, com maior facilidade de decomposição. Com o passar dos anos este quadro se modificou, no que diz respeito à composição e a quantidade do lixo.

Embora a produção de resíduos seja inerente à atividade humana, a relação entre um e outro é conflituosa, devido à complexidade de prejuízos envolvidos. Segundo Portilho, “a sociedade, de uma forma geral, sempre se relacionou com os resíduos que produz com atitudes de afastamento, alienação, preconceitos e estigmas”¹⁵. Com isso, as discussões acerca do assunto demoram a avançar e mantêm-se imbuídas de preconceitos vários.

¹² Oliveira, W. E (1969), «Introdução ao problema do lixo», *Revista DAE*, v.74, pp, 58-69.

¹³ Mancini, P. J. P., (1999), *Uma avaliação do sistema de Coleta Informal de Resíduos Sólidos Recicláveis no município de São Carlos- SP*, Dissertação Mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

¹⁴ Logarezzi, A (2004), *Contribuições conceituais para gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental*, In, LEAL, A. C, *Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema, Presidente Prudente (SP)*, Ed. Antônio Thomaz Júnior, p. 276.

¹⁵ Portilho, Maria de Fátima Ferreira (1997), *Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores*, Dissertação de Mestrado, Programa EICOS, UFRJ, Rio de Janeiro.

Esse fenômeno foi impulsionado com a industrialização e a concretização de uma sociedade consumista. Tal levou a aumentar a necessidade da criação e efetivação de políticas públicas que visem minimizar a produção desenfreada de resíduos sólidos urbanos, bem como que permitam colocar alternativas que permitam diminuir o impacto ambiental no processo de descarte final de lixo.

No período inicial da Industrialização no Brasil, segundo Fadini, a “solução para o lixo não foi encarada como algo complexo, visto que bastava simplesmente afastá-lo, descartando-o em áreas mais distantes dos centros urbanos, denominados lixões. Desse modo, a acumulação de lixo de forma inadequada na sociedade é histórica”¹⁶.

A preocupação com o meio ambiente e com as consequências que as atividades humanas têm sobre este surgem sobretudo a partir da década de 1960, devido aos efeitos da intensa exploração dos recursos naturais e a degradação da qualidade de vida, que são então amplamente denunciados. Este debate teve início a partir de entidades ligadas à conservação do ambiente, criadas com o objetivo de proteger o ambiente natural, a fauna e a flora.

Observa-se desde então uma intensificação em desenvolver ações ambientalistas marcadas por ideias de sustentabilidade. Mesmo assim, há um aumento das catástrofes ambientais e desgaste dos recursos naturais, evidenciando-se o fortalecimento das indústrias poluentes e da cultura capitalista e consumista. O crescimento econômico passou a ditar a vida da população mundial, a tecnologia se responsabilizou pela aceleração de informações, os media orquestraram o mito da cultura do consumo e do desperdício.

Diante da industrialização, do capitalismo ascendente e da globalização intensifica-se a produção de bens de consumo, aumentando assim a produção de resíduos. Novas desigualdades sociais vão também afirmar-se. No contexto histórico em que o homem explora o homem de acordo com suas necessidades, o que muda, de acordo com a época, são as nomenclaturas que classificam os sujeitos explorados, pois o catador de lixo historicamente não é escravo, nem proletário, mas pode ser considerado muitas vezes invisível diante da sociedade capitalista.

O Brasil inserido nesse paradigma de mercado capitalista e população consumista herdou um terrível contraste entre os indicadores econômicos e sociais, além de um aumento significativo do número de catadores existentes no país e um aumento considerável na geração de resíduos sólidos de diversa natureza, o que propicia inúmeros problemas socioambientais.

Esse facto justifica-se pelo crescimento populacional urbano, os avanços tecnológicos, do crescimento industrial em algumas regiões e o aumento do poder aquisitivo. Na sociedade

¹⁶ Fadini, P.S; Fadini, A.A.B (2001) «Lixo: desafios e compromissos», *Cadernos temáticos de Química Nova na Escola*, São Paulo, Sociedade Brasileira de Química, nº 1.

atual as pessoas são incentivadas a consumir de forma desenfreada, muito para além das suas necessidades básicas. Esse facto ocasiona um sério problema, pois a época em que hoje vivemos é a dos descartáveis: compra-se um produto, quase que imediatamente a indústria lança um novo modelo, que será o novo alvo de desejo, levando ao descarte do anterior.

Perante tanto consumismo muitas cidades brasileiras não se adequaram a esse processo e não possuem uma destinação correta para o lixo descartado, visto que grande parte dos resíduos gerados no país não é regularmente coletada, permanecendo principalmente junto às habitações em áreas de baixo rendimento ou sendo vazados em logradouros públicos, terrenos baldios, encostas e nas margens de rios, lagos e igarapés.

Vários municípios brasileiros depositam seus resíduos em locais a céu aberto ou até em áreas ambientalmente protegidas, desencadeando a presença de catadores. Essa é uma realidade no município de Santana no Estado do Amapá, onde nem mesmo a capital Macapá, possui uma gestão eficaz dos resíduos sólidos, nem políticas públicas efetivas para a atividade de catador de recicláveis.

A atividade rotineira de catadores não é fácil. De acordo com Magera a rotina de catador de lixo é exaustiva e precária, uma vez que informa:

“Muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo visto as condições precárias a que estes indivíduos se submetem, com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de duzentos quilos de lixo (quatro toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo, no final muitas vezes explorado pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo”.¹⁷

O catador de material reciclável se apresenta como elemento extremamente lucrativo dentro da cadeia produtiva da reciclagem, uma vez que trabalha em situações de precariedade e não tem qualquer segurança no trabalho desempenhado. As pessoas que trabalham com o lixo são discriminadas e em muitos casos considerados cidadãos inferiores; os lugares em que habitam são considerados malditos e relegados para os cantos e periferias das cidades.

¹⁷ Magera, M (2003), *Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas, SP, Átomo.

Segundo o IPEA, há muito tempo, objetivando reverter à situação de exclusão social em suas diversas dimensões, os catadores de material reciclável vêm buscando se articular coletivamente com base em diferentes formatos organizacionais, visando à superação de obstáculos estruturais que lhes impedem de se apropriarem de um maior valor por seu trabalho¹⁸. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ressalta ainda que ao se organizarem, os catadores conseguem estabelecer relações de mercado diferenciadas, além de poderem inclusive avançar em alguns elos no âmbito da cadeia produtiva, “com a agregação de valor ao material reciclável por meio de processos de beneficiamento”.

É necessário ampliar discussões e fortalecer o processo de criação e efetivação de políticas públicas que possibilitem coleta seletiva em todas as regiões brasileiras, oferecendo assim, uma mais sadia qualidade de vida para a população e para os catadores de lixo, pois segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, dados de 2013 demonstram que apenas 2,4% de todo o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil são realizados de forma seletiva, sendo todo o restante realizado como coleta regular, na qual se misturam e se compactam todos os materiais, dificultando ou até mesmo impossibilitando a reutilização/reciclagem de parte desses materiais¹⁹.

Neste contexto, o catador de recicláveis torna-se cada vez mais vítima da exclusão social, pois o Brasil é um país de contradições sociais, agravadas por políticas econômicas implantadas ao longo dos anos.

1.2 O Processo de Industrialização, Urbanização, Exclusão Social e o Surgimento da Atividade de Catador de Lixo no Brasil

O Brasil ocupa o quinto lugar entre os países mais populosos do mundo, segundo estimativa do IBGE²⁰. O crescimento urbano acelerado na última metade do século XX, aliado ao rápido avanço industrial, ao desenvolvimento atual do consumo, ao desperdício e ao avanço

¹⁸ Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), «Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos», Brasília, Ipea; disponível em www.ipea.gov.br, consultado em 09 outubro de 2016.

¹⁸ Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica aplicada: é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão é reconhecida como um organismo de pesquisa são feitas as pesquisas para dar acessória ao estado brasileiro.

²⁰ IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística (2010), «Projeção da população do Brasil», Disponível em www.ibge.gov.br, Consultado em 09 de outubro de 2016.

tecnológico, produziu intenso consumo de várias fontes da natureza, colocando em risco o equilíbrio de diversos ecossistemas e gerando grandes quantidades de lixo que se torna um problema social e ambiental.

O crescimento populacional e as problemáticas socioambientais são fruto do processo de industrialização no país impulsionado a partir de 1930. Porém, é na década de 1950 que o Brasil passa a produzir de forma mais intensa bens duráveis e até mesmo bens de produção, ocasionando mudanças significativas no modo de vida dos consumidores, na habitação e nas cidades²¹. Com a massificação do consumo dos bens modernos, dos eletroeletrônicos e também do automóvel, ocorrem mudanças no modo de vida das pessoas, nos valores, nos hábitos e na cultura.

Nesse sentido, Furtado destaca o caráter predatório da industrialização que, diante do infra consumo da maior parte da população, implanta no país um modelo baseado na obsolescência programada, no desperdício, na substituição de produtos que é própria dos países altamente desenvolvidos. Assim, observa-se no Brasil um aumento das desigualdades sociais e a expressão do fenômeno crescente da exclusão social²².

De acordo com Bursztyn, os excluídos no Brasil são atores presentes na formação da sociedade nacional, com uma situação que ficou muito mais evidente na medida em que a sociedade brasileira se foi tornando mais urbana e inserida no contexto do mundo globalizado²³. Bursztyn afirma ainda que quando uma nação não proporciona mecanismos de proteção social amplos e universais, a exclusão tende a se manifestar não somente na dimensão social, mas também na esfera da sobrevivência. Nesse caso, o autor cita a atividade dos catadores de lixo. Ainda neste âmbito, Miura enfatiza que o lixo representa para os catadores o seu meio de vida, a condição para garantir a sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho e um modo legítimo de obter rendimento²⁴.

Historicamente, o surgimento da atividade de catador de resíduos sólidos no Brasil data de meados do século XX, sobretudo na região sudeste devido o fenômeno da industrialização e do processo migratório, resultado do êxodo rural que se iniciou em 1930 e aumentou após a

²¹ Maricato, Ermínia (2000), «Urbanismo na periferia do Mundo Globalizado. Metrôpoles brasileiras», *São Paulo em Perspectiva*, vol. 14, n.º 4. Consultável em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004

²² Furtado, C, (1959), *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

²³ Bursztyn, Marcel (org.) (2000), *No meio da rua – nômades, excluídos e viradores*, Rio de Janeiro, Garamond.

²⁴ Miura, P, C, O, (2004), *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*, Dissertação Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

década de 1950. Segundo Santos, as pessoas que migraram não conseguiam ter trabalho efetivo no campo, assim como as condições básicas para a sobrevivência²⁵.

O número de pessoas que procurou a cidade para melhorar de vida foi maior do que o número de vagas disponíveis no mercado de trabalho, para as quais eles tinham qualificação. Perlman diz que a Industrialização não acompanhou a veloz migração em direção às áreas urbanas, sendo que nenhuma das grandes cidades brasileiras conseguiu gerar infraestruturas, acomodações, capacidade administrativa e empregos que atendessem a essa população migrante, a qual sem trabalho ingressa em atividades informais²⁶.

Ao longo das últimas décadas ocorreu um aumento no número de catadores de lixo, perante a inoperância de políticas públicas e a falta de oportunidades de trabalho para pessoas com baixa escolaridade. Desse modo, este trabalhador informal vai sendo empurrado para as periferias das cidades, invasões (ocupação de lugares sem autorização) e outras formas de assentamento, contribuindo para o desordenamento das cidades.

As cidades brasileiras foram surgindo e crescendo desordenadamente, resultando numa realidade difícil para o país, pois a falta de planejamento, a escassez de recursos públicos, a ausência de serviços básicos para a população, as agressões ao meio ambiente e a má distribuição dos rendimentos geravam incertezas econômicas e de desenvolvimento em todos os setores, afetando diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Disseminaram-se pelo país ideias de valorização do meio urbano e de incentivo ao consumo, significando a generalização de novas necessidades. Segundo Ferreira, as condições do ambiente construído, acumuladas ao longo do tempo, localizavam-se pontualmente em determinados lugares, principalmente na faixa litorânea²⁷. Dessa forma, as indústrias e a infraestrutura necessárias foram implantadas nessas localidades, por ser mais viável ao desempenho econômico, o que provocou a acentuação das desigualdades regionais.

Ferreira refere ainda que a região Sudeste passou a ser dinamizadora do sistema econômico pautado pela internacionalização da economia, ocorrendo a partir daí a articulação do espaço nacional²⁸. Deste modo, o crescimento urbano começou a se acelerar com características de concentração industrial no Sudeste, com ênfase em São Paulo e no Rio de Janeiro, pelo facto

²⁵Santos, Fernando Rodrigues dos (1998), *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo*, Macapá, FUNDECAP.

²⁶Perlman, E. J. (2002), *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, São Paulo, Paz e Terra.

²⁷Ferreira, Ignez Costa Barbosa (1985), "O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília", In, Paviani, Aldo. (org.), *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*, São Paulo, projeto. 1985.

²⁸Ferreira (1985), "O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília".

de serem os estados mais industrializados, com uma economia dinâmica e melhores infraestruturas urbanas.

Da mesma forma que os investimentos econômicos crescem nessa região, aumentam os movimentos populacionais, sendo a maior parte oriunda do Nordeste e de Minas Gerais, caracterizando-se como sendo as trajetórias migratórias dominantes entre 1940 e 1960. As pessoas migravam no intuito de melhorar sua qualidade de vida, o que nem sempre ocorria.

A partir da década de 1990 o termo exclusão social e discussões acerca do assunto aumentaram consideravelmente. Para Martins, exclusão social é sinônima de pobreza derivada da desintegração social pelo desemprego²⁹. Já Schwartzman relaciona exclusão com a ocupação das posições mais baixas nas relações de desigualdade social, tal como ocorre com as mulheres, minorias étnicas, deficientes físicos e pobres³⁰.

De acordo com Guareschi, no entendimento da sociedade contemporânea, o conceito de exclusão é crucial, pois “as transformações do mundo do trabalho, principalmente as advindas das transformações do modo de produção, modificaram o cenário das relações sociais até então vigentes”³¹.

Segundo Leal, “a exclusão está relacionada com impedimentos a níveis aceitáveis de participação na sociedade (no caso, capitalista), pela ausência de trabalho estável, pela impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos, aos serviços, a estatutos reconhecidos e a poderes de intervenção sobre o próprio destino”³². Desse modo, compreende-se exclusão como um fenômeno que abrange pobreza, desemprego e ausência de proteção social.

Nesse contexto, Escorel enfatiza a exclusão social no Brasil quando diz que:

“A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente porque essa mesma privação material 'desqualifica' seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então,

²⁹ Martins, Heloisa Helena (1995), *Trabalho e exclusão social*, In, Beozzo, *O Trabalho: crises e alternativas*, São Paulo, CESEP, Paulus.

³⁰ Schwartzman, Simon (2004), *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*, São Paulo, Augurium.

³¹ Guareschi, P (1999), *Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização*. In: Sawaia, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ, Vozes.

³² Leal, Giuliana Franco (2008), *Exclusão social e ruptura de laços sociais: análise crítica do debate*, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Sociologia da Unicamp, Campinas.

o não encontrar nenhum lugar social. O não pertencimento a nenhum topo social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária.”³³

O fenômeno da exclusão é uma temática de grande interesse social, mesmo assim na maioria dos municípios brasileiros muitas pessoas continuam vivendo as margens da sociedade. Sem estudos não conseguem trabalho e desempregados não se alimentam adequadamente, e vão sobrevivendo em condições subumanas. Uns se arriscam no mercado informal de trabalho e outros veem na atividade de catar lixo uma forma de subsistência.

Compreende-se que a atividade informal surge da necessidade de sobrevivência e, segundo Juncá, muitas pessoas veem no trabalho de catação uma oportunidade de continuar “digno e honesto”³⁴. Ocorre que a atividade de catador de lixo gera preconceito social, discriminação e exclusão, pois pesquisas demonstram que “muitos catadores acreditam ser vistos pela sociedade sob a marca da invisibilidade”. Nesse sentido, Freitas enfatiza que:

“Os catadores que são vistos nas ruas puxando seus carrinhos são, em geral, figuras solitárias, que transitam pelos espaços da cidade cruzando por vários de seus habitantes, mas, não obstante, como também ocorre com outras categorias que cuidam da limpeza desses espaços, como faxineiros e lixeiros, acabam adquirindo uma “invisibilidade ””³⁵

Embora a sociedade considere a invisibilidade desses sujeitos, devido a ranços, estigmas e estereótipos sobre o lixo e os catadores, Dias afirma que “na visão que os catadores têm de si mesmos, em que se identificam como trabalhadores, percebe-se a forte tentativa de criar uma visibilidade do trabalho exercido utilizando as vantagens e desvantagens da catação”³⁶. Muitos desses trabalhadores informais querem dignidade e uma melhor qualidade de vida para eles e suas famílias.

Os catadores de lixo estão presentes em todas as cidades brasileiras. Segundo Freire, um terço dos moradores de rua de São Paulo (SP) sobreviveriam da catação. Estima-se que cerca

³³ Escorel, Sarah (1999), *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*, Rio de Janeiro, Fiocruz.

³⁴ Juncá, D. C. M. (1996), *Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos*, Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 17.

³⁵ Freitas, M. V. (2005), *Entre ruas, lembranças e palavras- a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Ed. PUC Minas.

³⁶ Dias, A. R. (2002), *Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)*, Dissertação Mestrado, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo.

de 150 mil pessoas sobrevivam da catação de latas de alumínio e um tanto ainda maior de papel e papelão, com rendimentos que podem chegar a aproximadamente R\$ 970,00 mensalmente³⁷.

No Estado do Amapá a realidade social dos catadores de lixo, sejam eles da lixeira da capital Macapá ou do lixão do município de Santana, não é diferente das histórias de vida de milhões de brasileiros pobres, por vezes até em situação de miséria, pessoas que, segundo Buarque, no passado foram “apartadas” e na atualidade são consideradas economicamente desnecessárias, politicamente incomodas e socialmente ameaçadoras³⁸.

Nota-se que a realidade brasileira é excludente e a miséria separa as pessoas, tornando-as cada vez mais diferentes. A sobrevivência nesse mundo de apartação torna os pobres mais fortes e resistentes à dor e aos desafios da vida cotidiana. Segundo pesquisas geralmente os sobreviventes da exclusão são pessoas extremamente inteligentes e habilidosas, capazes de transformar o nada em tudo, o desprezível para muitos em um meio de sobrevivência.

1.3 Resíduos Sólidos Urbanos nas Cidades Brasileiras e a Falta de Gerenciamento

O problema de gerenciamento de resíduos sólidos nas cidades brasileiras é alarmante e precisa de uma atenção de emergência, pois com o passar dos anos vem adquirindo uma dimensão considerável devido às consequências indesejáveis que a acumulação de lixo e o descarte de forma incorreta causam à saúde, ao bem-estar da população e ao o meio ambiente.

Nesse sentido, Hess diz que a acumulação de lixo é um fenômeno exclusivo das sociedades humanas³⁹. Em um sistema natural não há lixo: o que não serve mais para um ser vivo é absorvido por outros, de maneira contínua. No entanto, nosso modo de vida produz, diariamente, uma quantidade e variedade de lixo muito grande, ocasionando a poluição do solo, das águas e do ar com resíduos tóxicos, além de propiciar a proliferação de vetores de doenças.

Segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE)⁴⁰, a produção de resíduos sólidos aumentou em todas as regiões brasileiras. As projeções apontam que:

“A população brasileira apresentou um crescimento de 0,8% entre 2014 e 2015 e a geração *per capita* de RSU cresceu no mesmo ritmo. A geração total,

³⁷ Freire, V. T. (2002), *Os catadores de papel*, Folha de São Paulo, São Paulo.

³⁸ Buarque, Cristovam (1993), *O que é Apartação: o apartheid social no Brasil*, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense.

³⁹ Hess, S (2002), *Educação Ambiental: nós no mundo*, 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS.

⁴⁰ Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais (Abrelpe) (2016), *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*, 2015, Disponível em www.abrelpe.org.br, consultado em 20 novembro de 2016.

por sua vez, atingiu o equivalente a 218.874 t/dia de RSU gerado no país, um crescimento de 1,7% em relação ao ano anterior”¹⁹.

Quadro 1: detalhamento por regiões nos anos de 2014 e 2015.

REGIÕES	RSU total t/dia 2014	RSU total t/dia 2015
Norte	12.458	12.692
Nordeste	43.330	43.894
Centro-Oeste	15.826	16.217
Sudeste	102.572	104.631
Sul	21.047	21.316
Brasil	195.233	198.750

Fonte: ALBREPE/IBGE 2015

Os relatórios da ABRELPE enfatizam ainda que os 450 municípios da região Norte geraram, em 2015, a quantidade de 15.745 toneladas/dia de RSU, das quais 80,6% foram coletadas. Dos resíduos coletados na região, 64,2% ou o equivalente a 8149 toneladas diárias, ainda são destinados para lixões e aterros controlados.

Quadro 2: Os dados referentes ao Estado do Amapá apresentados pela ABRELPE indicam que:

POPULAÇÃO 2014	RSU total t/dia 2014	RSU total t/dia 2015	RSU total t/dia 2014
750.912	664	681	601
POPULAÇÃO 2015			RSU total t/dia 2015
766.679			617

Fonte: ALBREPE/IBGE 2015

Nesse contexto nota-se que o aumento populacional nos municípios brasileiros é um facto e umas das consequências é o aumento da produção de lixo o que agrava problemas socioambientais, visto que a estrutura das cidades muitas vezes não acompanha o fenómeno da superpopulação. As toneladas de lixo descartadas diariamente são um problema para os governantes e munícipes.

A produção excessiva de resíduos sólidos e o armazenamento final inadequado, além de contaminar o meio ambiente, infecta principalmente as pessoas que sobrevivem de catar lixo. Famílias se arriscam diariamente no meio dos descartes da sociedade. São pais, jovens, adolescentes e até mesmo crianças, largados a própria sorte e se arriscando ao meio do desconhecido, pois ser catador de lixo não é uma escolha, mas uma necessidade.

Diante desse fenómeno, considerado um grave problema social, observa-se que o caminhar legislativo sobre a questão dos resíduos sólidos no Brasil perpassa por um processo lento, mas que vem avançando com o passar dos anos, pois a princípio a problemática do lixo nas cidades era tratada apenas do ponto de vista da saúde pública. Porém, tempos mais tarde foi considerada como um problema que envolve o meio ambiente como um todo, conforme descrição abaixo:

A Lei Federal n.º 2312/541⁴¹ trazia em seu bojo que a coleta, transporte e destino final do lixo deviam ser de forma que não causassem prejuízos à saúde e ao bem-estar da população, e depois foi regulamentada pelo Dec. 49.474-A/19612 sob a designação de Código Nacional de Saúde.

A Lei n.º 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi criada no intuito de regulamentar especificamente a destinação final dos resíduos no país com o objetivo de proteger o meio ambiente e a saúde humana, estabelecendo novos instrumentos de gestão como a responsabilidade do gerador até o consumidor comum; estímulo à reciclagem e à compostagem; proibição do descarte de resíduos sólidos a céu aberto.

Mesmo com a vigência das legislações os problemas de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos nas cidades brasileiras ainda são significativos no que se refere principalmente ao serviço de limpeza urbana, coleta de lixo e destinação final. Muitas cidades não possuem coleta seletiva, embora o discurso seja de cidades sustentáveis.

No âmbito do Estado do Amapá verifica-se que foi a partir de 2005 que o poder público iniciou um processo de adequação das condições ambientais da destinação final do lixo urbano,

⁴¹ Revogada e substituída pela Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), revogada pelo Dec. s/n de 05.09.1991.

com a transformação do lixão a céu aberto em aterro controlado como reflexo de pressões sociais das comunidades residentes próximas à área e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, proposto pelo Ministério Público do Estado (MPE).

Mediante a falta de gestão adequada, observa-se que as políticas públicas inerentes a questões tratadas nessa dissertação, não se materializam o que causa um distanciamento ainda maior para as pessoas consideradas excluídas de todas as formas, destacando-se nesse cenário os catadores de lixo, principalmente os da região norte, pois são ínfimas as ações do poder público em prol de uma melhor qualidade de vida desses sujeitos.

II LIXO: DEFINIÇÃO, ORIGEM E CONSEQUÊNCIAS DO ACÚMULO E DESCARTE INCORRETO

Denomina-se lixo os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis. Oliveira define lixo como todos os resíduos sólidos provenientes das atividades humanas⁴².

Segundo Calderoni na linguagem usual, o lixo e o resíduo podem ser considerados sinônimos⁴³:

“Na linguagem corrente, o termo resíduo é tido praticamente como sinônimo de lixo. Lixo é todo material inútil. Designa todo material descartado posto em lugar público. Lixo é tudo aquilo que se ”joga fora”. É o objeto ou a substância que se considera inútil ou cuja existência em dado meio é tida como nociva.”

Nesse sentido, o termo “resíduo”, ou simplesmente “lixo”, significa um material inútil, ou seja, para muitos sem valor algum, algo que após ser usado pode ser descartado. O sentido de que o lixo é algo nocivo remete para a sua forma incorreta de descarte, visto que o lixo é um dos maiores problemas que as cidades enfrentam, com graves consequências sociais, ambientais e de saúde pública. Tal preocupação recai sobre a produção do lixo e o impacto que este processo causa ao meio ambiente, alterando a qualidade de vida da população.

A Norma Brasileira NBR 10004, de 1987, considera que “resíduos sólidos são os elementos nos estados sólido e semissólido, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, os gerados por equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos.

Denota-se que os catadores de material reciclável estão associados frequentemente ao lixo urbano. Segundo Fiorillo, “lixo urbano atinge de forma mediata e imediata os valores relacionados com a saúde, a habitação, o lazer, a segurança, o direito ao trabalho e tantos outros

⁴² Oliveira, W. E (1969), *Saneamento do lixo*, In: Universidade de São Paulo, Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Lixo e limpeza pública. São Paulo, USP/OMS/OPS.

⁴³ Caderoni, S. (2003), *Os bilhões perdidos no lixo*, 4ª edição São Paulo, Humanitas Editora.

componentes de uma vida saudável e com qualidade”⁴⁴. Além de atingir o meio ambiente urbano, verifica-se que o lixo é um fenômeno que agride também o próprio meio ambiente natural (agressão de solo, da água, do ar), bem como o cultural, desconfigurando valores estéticos do espaço urbano.

Nos termos do artigo 3.º, III, da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81 - Brasil), o lixo urbano possui a natureza jurídica de poluente, restando à poluição caracterizada quando houver degradação da qualidade ambiental resultante das atividades que direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Os padrões ambientais descritos na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente são estabelecidos pela Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (n.º 12.305/2010), a qual, de acordo com a redação do artigo 4.º.

“Reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.”⁴⁵

De acordo com a referida lei, constata-se que a figura do catador de resíduos sólidos reutilizáveis ou reaproveitáveis é referida doze vezes, e em todas elas é claro o desejo de promover medidas em prol destes trabalhadores, a sua independência econômica, procurando levar os catadores autônomos a não agirem de forma isolada, mas sim em cooperação ou associação, entre outras medidas.

Perante as recentes inovações alcançadas na esfera legal, Young sustenta e defende a ideia de que os catadores de materiais recicláveis, uma vez protegidos por um corpo normativo

⁴⁴ Fiorillo, Celso Antonio Pacheco (2012), *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*, 13 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012

⁴⁵ *Plano Nacional de Resíduos Sólidos*, Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente, versão preliminar para consulta pública, setembro de 2011, Disponível em http://ead.utfpr.edu.br/moodle/file.php/302/moddata/project/9/4268/Plano_Nacional_de_residuos_solidos_versao_preliminar_.pdf, Consultado em 01/10/13.

que lhe assegure condições de vida dignas e saudáveis, se integrados ao sistema de cooperativas ou associações, têm assegurados todos os seus direitos fundamentais de um cidadão⁴⁶.

Embora a legislação seja clara acerca da real posição dos catadores de materiais recicláveis na sociedade, poucos são os avanços relacionados com a gestão de resíduos sólidos nos municípios brasileiros e a garantia dos direitos econômicos e sociais dos catadores de material reciclável. Por mais indigno que possa representar, não se pode negar que atualmente milhares de pessoas retiram o seu sustento e das suas famílias dos dejetos que compõe o lixo urbano.

Pereira Neto afirma que as montanhas de lixo começaram a surgir com o desenvolvimento econômico, sobretudo a partir da II Guerra Mundial, período de prosperidade nunca antes visto na história da humanidade, que provocou uma mudança radical nos padrões de produção e consumo, bem como nas mentalidades e atitudes das pessoas⁴⁷.

Surgiram igualmente inovações nos mais diversificados ramos, no entanto, as providências necessárias para tratar os problemas oriundos dos resíduos sólidos não acompanharam o seu aumento. Nos tempos mais recentes, o problema do lixo foi sempre aumentando.

A globalização foi outro fenômeno determinante para o aumento do consumo e de resíduos. Segundo Alvarez a globalização foi algo que sempre existiu, sendo que ocorreram momentos de maior e menor intensidade⁴⁸. Diz ainda que globalizar é uma ação que provoca mudanças nas estruturas políticas, econômicas e sociais, gerando pontos positivos, mas também podendo gerar inúmeros problemas e causar sofrimento às nações e aos povos.

Segundo Donaire⁴⁹ a globalização trouxe consigo um alto índice de crescimento populacional, gerando o aumento da demanda, causando o surgimento de um enorme número de empresas, maior consumo de matérias-primas e a degradação de forma massificada do meio ambiente.

Assim, os padrões de consumo e de produção vêm, a cada dia, aumentando a quantidade e a gravidade de resíduos de toda a espécie. Além disso, "o agravante é que grande parte desses resíduos é constituído por matérias-primas que poderiam ser reinseridas no processo produtivo, como é o caso dos materiais recicláveis"⁵⁰.

⁴⁶ Young, Jock (2002) *A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade recente*, Rio de Janeiro, Revan: Instituto Carioca de Criminologia.

⁴⁷ Neto; João Tinoco Pereira (2007) *Gerenciamento do Lixo Urbano: Aspectos Técnicos e Operacionais*, Viçosa, MG, Universidade Federal de Viçosa.

⁴⁸ Alvarez, Maria Esmeralda Ballesterio (2001), *Administração da qualidade e da produtividade: abordagem do processo administrativo*, São Paulo, Atlas.

⁴⁹ Donaire, Denis (1999), *Gestão ambiental na empresa*, 2ª. Ed, São Paulo, Atlas.

⁵⁰ Pereira, Suellen Silva (sd), "A problemática dos resíduos sólidos urbanos e os instrumentos de gestão do meio ambiente na cidade de Campina Grande/PB"; consultável em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigo_id=10535.

Observa-se que a cada dia, um novo produto é lançado no mercado e o *marketing* encarrega-se de torná-lo atraente e necessário. Assim, consome-se o que não é preciso e produz-se muito lixo. Segundo Hammes as previsões apontam que a população mundial vai duplicar nos próximos 50 anos e a quantidade de lixo vai quintuplicar, se forem mantidos os padrões atuais de consumo⁵¹.

Dessa forma é praticamente impossível conseguir dar uma destinação adequada aos resíduos que são produzidos diariamente, tendo em vista que cada vez mais faltam espaços adequados para este fim. Não havendo um local onde possa fazer a destinação dos resíduos de modo a não comprometer a saúde pública nem o meio ambiente, ou pelo menos, que os impactos causados pela má disposição desses resíduos sólidos sejam minimizados, compromete-se a possibilidade de proporcionar uma boa qualidade de vida para a população local.

Gonçalves afirma que a produção de lixo é inevitável e inexorável⁵². Todos os processos geram resíduos e o autor ressalta que a humanidade vive em ciclos de desenvolvimento e neste momento está vivendo um ápice do desperdício e de irresponsabilidade na extração dos recursos naturais esgotáveis.

Para Marques⁵³ não se pode apontar uma atividade humana que não gere resíduos ou que não interfira de uma ou de outra forma com as condições do meio ambiente. Afirma que tal constatação é da maior importância para o estudo das medidas adequadas para manter o fenômeno sob controle. Ressalta-se que o poder público deve tomar medidas de emergência para a minimização dos impactos causados pelo descarte de lixo de forma incorreta. No entanto, a população deve passar por um processo de educação ambiental para mudar as suas atitudes e hábitos, visto que muitas pessoas ainda jogam lixo no chão.

Cada sociedade possui um padrão de consumo relacionado com os seus hábitos e costumes, que geram mais ou menos resíduos. No dia-a-dia entra-se em contato com os compostos presentes em vários materiais que não são nocivos. Contudo, ao serem acumulados restos desses materiais em lixões, sem o devido cuidado, potencia-se o seu efeito nocivo para o ambiente. Assim, materiais praticamente inofensivos podem tornar-se extremamente perigosos para o ambiente, tanto no imediato como no futuro, seja pela sua toxicidade, seja por sua persistência no ambiente.

⁵¹ Hammes, Valéria Sucena (2004), *Percepção do Impacto Ambiental, (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável)*, Vol. 4, Embrapa, São Paulo, Globo.

⁵² Gonçalves, Pólita (2003) *A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômico*. Rio de Janeiro, DP&A, Fase.

⁵³ Marques, José Roberto (2005) *Meio Ambiente Urbano*, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.

Diante das mazelas causadas pelo lixo, faz-se necessário que as sociedades percebam que os seus resíduos provocam impactos tanto de ordem social (acúmulo em vias públicas, a má destinação destes resíduos, aumento do número de catadores de material reciclável e outros), como de ordem ambiental (poluição visual, proliferação de macro e micro vetores, poluição do solo, do ar, dos lençóis freáticos e outros).

Segundo Abreu, no Brasil e em muitos dos países chamados do Terceiro Mundo, o “lixo domiciliar urbano é composto na sua maioria por materiais orgânicos biodegradáveis ou compostáveis – cerca de 65 a 70% do total”⁵⁴. O autor enfatiza que uma parte importante desses resíduos é constituída por materiais recicláveis – papel, metal, vidro e plástico – que compõem aproximadamente 25 a 30% do peso total do lixo, mas que representa uma parcela muito maior em volume, ocupando grandes espaços nos aterros. Assim, apenas cerca de 5% da massa total de resíduos urbanos caracteriza-se como rejeito – em geral materiais perigosos ou contaminados.

No que se refere à problemática dos resíduos sólidos no mundo, Novaes afirma que os números são assustadores⁵⁵. Entre lixo domiciliar e comercial são produzidas, por dia, “2 milhões de toneladas, o que equivale a 700 g/ habitante de áreas urbanas. Só em Nova York, porém, são gerados 3 kg de lixo/dia por pessoa, enquanto em São Paulo esse número chega a 1,5 kg/dia por pessoa. O Brasil produz de 125 a 130 mil toneladas/dia de lixo, resultando em 45 milhões de toneladas por ano”⁵⁶. Souza afirma que:

“O grau de urbanização do planeta como um todo tem crescido sem cessar. Estimativas apontam que o percentual da população mundial vivendo em núcleos com mais de 5.000 habitantes (o que muito simplificada, pode-se tomar como a parcela da população do globo vivendo em espaços urbanos) como sendo de apenas cerca de 3% em 1800, um pouco mais de 6% em 1850, entre 13% e 14% em 1900, um pouco mais de 28% em 1950 e um pouco mais de 38% em 1970. Hoje em dia, a maior parte da população do globo vive em espaços urbanos e a proporção aumenta incessantemente”⁵⁷.

⁵⁴ Abreu, Maria de Fátima (2001) *Do Lixo à Cidadania: estratégias para a ação*. Brasília, Caixa Econômica Federal e UNICEF.

⁵⁵ Novaes, Washington (2016), *O Problema do Lixo no Mundo, Programa Estadual de apoio as ONGS*, São Paulo, Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br>. Consultado fevereiro de 2017.

⁵⁶ “Lixo: Washington Novaes alerta para o problema do lixo no mundo”. Palestra foi promovida pela Secretaria do Meio Ambiente; 31/10/2003. Consultável em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/lixo-washington-novaes-alerta-para-o-problema-do-lixo-no-mundo/>

⁵⁷ Souza, M. L. de; Rodrigues, G. B (2004), *Planejamento urbano e ativismos sociais*, São Paulo, Editora Unesp.

A destinação dos resíduos gerados torna-se sempre mais complexa à medida que aumentam a população e o nível de industrialização, e se intensifica o consumo de produtos que utilizam grandes diversidades de materiais na sua composição. “Impedir a geração de resíduos mediante a proibição de produzir ou de consumir é, no entanto, uma alternativa quase falsa, que conduz a outro tipo de problemas: pobreza, desemprego e deslocamento de produção para outras regiões”⁵⁸.

Para Valle deve-se enfrentar a questão de forma criativa, buscando soluções que minimizem os impactos causados pelos resíduos, eliminando-os, se possíveis, na origem, ou dando-lhes um destino útil, reciclando-os em novas matérias-primas⁵⁹. As ações para minimizar os impactos dos problemas ambientais devem ser tomadas por meio de políticas públicas, considerando-se que os resíduos de uma sociedade são o reflexo dos seus padrões de produção e consumo.

2.1 Classificação de Resíduos Sólidos

Segundo Caderoni os resíduos podem ser classificados quanto: à natureza física, a composição química, os riscos potenciais ao meio ambiente e ainda quanto à origem⁶⁰. De acordo com Lima quanto à sua natureza e estado físico, o lixo pode ser classificado em sólido, líquido, gasoso e pastoso⁶¹. Levando-se em consideração o critério de origem e produção, os resíduos podem ser classificados em: lixo residencial, comercial, industrial, hospitalar e outros.

Considera-se lixo residencial o que é constituído, em geral, por sobras de alimentos, resíduos orgânicos, invólucros, jornais, papéis, papelões, plásticos, vidros, trapos e outros lixos domésticos.

O lixo comercial é composto pelos resíduos oriundos dos estabelecimentos comerciais (lojas lanchonetes, restaurantes, escritórios, hotéis, bancos, shopping e outros). Os componentes mais comuns neste tipo de lixo são os papéis, os papelões, os plásticos, os restos de alimentos, as embalagens de madeira, os resíduos de lavagens e outros.

Recebem a classificação de lixo industrial todo e qualquer resíduo resultante de atividades industriais, estando neste grupo o lixo proveniente das construções civis.

⁵⁸ Lira, Waleska Silveira e Cândido, Gesinaldo Ataíde (org.) (2013), *Gestão Sustentável dos Recursos Humanos. Uma abordagem participativa*, Campina Grande, EDUEPB.

⁵⁹ Valle, Cyro Eyer do (2004), *Qualidade Ambiental*, ISO 14000, 5.ª ed. São Paulo, SENAC.

⁶⁰ Caderoni, S (2003), *Os bilhões perdidos no lixo*, 4ª edição, São Paulo, Humanitas Editora.

⁶¹ Lima, L. M. Q (1998), *Lixo, tratamento e biorremediação*, São Paulo, Ed. Hemus, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O lixo hospitalar é geralmente dividido em dois tipos, segundo a forma de geração. Os resíduos comuns são compostos pelos restos de alimentos, papéis, invólucros, etc. A classificação de resíduos especiais envolve os restos oriundos das salas de cirurgias, das áreas de internação e isolamento. Segundo Lima, o lixo especial corresponde aos resíduos em regime de produção transiente, como veículo abandonados, podas de jardins e praças, mobiliário, animais mortos, descargas clandestinas os resíduos provenientes de sistemas de varredura e limpeza de galerias e bocas de lobo (sarjetas)⁵².

A denominação de resíduos secos é estabelecida para materiais recicláveis: metais, papéis, plásticos, vidros e outros. Classificam-se como resíduos húmidos os resíduos orgânicos e rejeitos: resto de comida, cascas de alimentos, resíduos de banheiro e outros.

Segundo Caderoni, os resíduos orgânicos são os que possuem origem animal ou vegetal; neles podem-se incluir os restos de alimentos, as frutas, as verduras, os legumes, as flores, as plantas, as folhas, as sementes, os restos de carnes e ossos, os papéis, as madeiras, entre outros⁶². O autor enfatiza que a maioria dos resíduos orgânicos pode ser utilizada na compostagem, sendo transformados em fertilizantes e corretivos do solo, contribuindo para o aumento da taxa de nutrientes e melhorando a qualidade da produção agrícola.

A Lei 12. 305/2010 (BRASIL, 2010), no seu art.º 13.º classifica os resíduos sólidos quanto à sua origem:

Resíduos sólidos urbanos os quais são denominados de: a) resíduos domiciliares (são os originários de atividades domésticas em residências urbanas e os da limpeza urbana, advindos da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana; b) resíduos sólidos industriais (são os gerados nos processos produtivos e instalações industriais); c) resíduos sólidos de serviços de saúde (os gerados nos serviços de saúde); c) resíduos sólidos de construção civil (são os gerados nas construções, reformas, reparação e demolições de obras de construção civil incluída os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis).

Os resíduos podem também ser classificados quanto à sua periculosidade. Desta forma, segundo a NBR 10004 da ABNT⁶³ os resíduos sólidos são classificados de acordo com seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública. Classe I – Perigosos: os resíduos que

⁶² Caderoni, S (2003), *Os bilhões perdidos no lixo*, 4ª edição, São Paulo, Humanitas Editora.

⁶³ Associação brasileira de normas técnicas (ABNT), 2016, NBR 10004: 2004, «Resíduos sólidos. Classificação. 2004³», Disponível em www.geocities.com/reciclagem2000/nbr10004.htm, Consultado em 12 outubro de 2016.

apresentam periculosidade, ou uma das seguintes características: inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, apresentando risco à saúde pública e/ou apresentar efeitos adversos ao meio ambiente, quando manuseados ou dispostos de forma inadequada. Classe II A – Não perigosos: os que não se enquadram nas classificações de resíduos da classe I (Perigosos) ou de resíduos da classe II B (Inertes). Podem ter propriedades, tais como a biodegradabilidade, a combustibilidade ou a solubilidade em água. Classe II B – Não perigosos (inertes): quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, não tiverem nenhum de seus constituintes solubilizados em concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se o aspecto, a cor, a turbidez, a dureza e o sabor.

O lixo, tecnicamente chamado de resíduos sólidos urbanos (RSU), é um conjunto heterogêneo de elementos desprezados durante um dado processo que geralmente assumem um caráter depreciativo, sendo associados à sujeira, repugnância, pobreza, falta de educação e outras conotações negativas.

No âmbito dos problemas ambientais, o lixo é um dos assuntos mais abordados e de difícil resolução, já que é impossível não produzi-lo. Inúmeros são os desafios para minimizar os impactos causados pelo lixo urbano, em particular nos países pouco desenvolvidos e com grande crescimento populacional,

Segundo o Portal Ambiente Brasil⁶⁴, o resíduo é classificado por suas características físicas, composição química, origem e outros fatores:

Quanto às características físicas podem ser: a) seco: papéis, plásticos, metais, couros tratados, tecidos, pontas de cigarro, isopor, lâmpadas, parafinas, cerâmica, porcelana, espuma e cortiça; b) molhado: restos de comida, cascas e bagaços de frutas e verduras, ovos, legumes, alimentos estragados, entre outros.

Quanto à composição química: a) orgânico: composto, por exemplo, por restos de comida, cabelo, ovos, legumes, alimentos estragados, ossos, restos de plantas; b) inorgânico: composto por produtos manufaturados como plásticos, borrachas, tecidos, isopor, lâmpadas, metais, etc.

Quanto à origem: a) domiciliar: produzidos diariamente nas residências, restos de alimentos, produtos deteriorados jornais, garrafas, embalagens, papel higiênico, etc.; b) comercial: originado nos estabelecimentos comerciais diversos, supermercados, bares, lojas, bancos, etc.;

⁶⁴ A informação que se segue sobre a tipificação dos resíduos foi retirada do Portal Ambiente Brasil, consultável em <http://www.ambientebrasil.com.br/>

c) serviços públicos: originados dos serviços de limpeza urbana, incluindo todos os resíduos de varrição das vias públicas, limpeza de praias, galerias, córregos, etc.; d) hospitalar: descartados por hospitais, farmácias, clínicas veterinárias. Em função de suas características, este material merece um cuidado específico quanto ao seu acondicionamento, manipulação e destinação final; e) portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários: resíduos sépticos, ou seja, que podem conter germes patogênicos. Basicamente se originam de material de higiene pessoal e restos de alimentos; f) industrial: provenientes de indústrias como metalúrgicas, papelaria, alimentícia. É bastante variado podendo conter desde cinzas até materiais tóxicos; g) radioativo: provenientes da atividade nuclear (urânio, rádio radônio, cobalto) que devem ser manipulados apenas por técnicos especializados; h) agrícola: provenientes de atividades agrícolas e pecuárias, como embalagens de adubos, defensivos, de escavações, etc.

Os catadores de materiais recicláveis são hoje objeto de inúmeras políticas públicas promotoras da inclusão social, mas que não têm o devido alcance nacional, sobretudo em pequenos municípios brasileiros, como é o caso de Santana, no Estado do Amapá, onde não há um trabalho de coleta seletiva estruturado, sendo ínfimas as cooperativas de recicláveis e o gerenciamento de resíduos ainda caminha a curtos passos.

O caminhar legislativo sobre a questão dos resíduos sólidos no Brasil perpassa por um processo lento, mas que vem avançando com o passar dos anos, pois a princípio a problemática do lixo nas cidades era tratada apenas do ponto de vista da saúde pública, porém posteriormente passou a ser considerada como um problema que envolve o meio ambiente como um todo. Segundo Milaré:

“A Lei Federal nº 2.312/541⁶⁵ trazia em seu objetivo que a coleta, transporte e destino final do lixo deviam ser realizados de forma a não causassem prejuízos à saúde e ao bem-estar da população. Foi regulamentada pelo Decreto 49.474-A/19612, sob a designação de Código Nacional de Saúde”⁶⁶.

A Lei n.º 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) foi criada com o intuito de regulamentar especificamente a destinação final dos resíduos no país

⁶⁵ Revogada e substituída pela Lei 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), Revogado pelo Dec. s/n de 05.09.1991.

⁶⁶ Milaré, Édís (2009), *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. 6ª ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

com o objetivo de proteger o meio ambiente e a saúde humana, estabelecendo novos instrumentos de gestão, como a responsabilidade do gerador até o consumidor comum, estímulo à reciclagem e à compostagem, proibição do descarte de resíduos sólidos a céu aberto.

Mesmo com a vigência das legislações, os problemas de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos nas cidades brasileiras ainda são significativos no que se refere principalmente ao serviço de limpeza urbana, coleta de lixo e destinação final. Muitas cidades não possuem coleta seletiva, embora o discurso seja de concretizar cidades sustentáveis.

No âmbito do Estado do Amapá observa-se que foi a partir de 2005 que o poder público iniciou um processo de adequação das condições ambientais da destinação final do lixo urbano, com a transformação do lixão a céu aberto em aterro controlado como reflexo de pressões sociais das comunidades residentes próximas à área e assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental, proposto pelo Ministério Público do Estado (MPE).

Mediante a falta de gestão adequada, observa-se que as políticas públicas inerentes às questões tratadas nesta dissertação não se materializam, o que causa um distanciamento ainda maior para as pessoas consideradas excluídas de todas as formas, destacando-se nesse cenário os catadores de lixo, principalmente os da região norte, pois são ínfimas as ações do poder público em prol de uma melhor qualidade de vida desses sujeitos.

2.2 Coleta Seletiva

No Brasil poucos são os municípios que dispõem de coleta seletiva regular. De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada⁶⁷, divulgado em abril de 2013, 18% das cidades brasileiras desenvolvem tais programas, a maioria nas regiões Sul e Sudeste do país.

Segundo o Plano Nacional de Resíduos Sólidos a coleta seletiva de lixo assume um papel muito importante no que diz respeito à preservação do meio ambiente e à vida sustentável. De acordo com a SEMA através da coleta seletiva de lixo é possível diminuir significativamente a produção do lixo e aumentar a rentabilidade, com o reaproveitamento dos materiais (SEMA, 2005).

Segundo o Instituto Akatua coleta seletiva é citada como uma alternativa para o problema do lixo, possibilitando melhor reaproveitamento do papel, vidro, metal, plástico e matéria

⁶⁷Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*, Brasília, Ipea, 2013, www.ipea.gov.br, Consultado em 9 outubro de 2016.

orgânica⁶⁸. Permite diminuir o volume de lixo que vai para os aterros sanitários, com ganhos para os municípios, que não precisam de dispendir dinheiro na construção de novos aterros, e para a sociedade, permitindo o acesso a trabalho socialmente mais aceito, afastando as iniciativas individuais de recolha de lixo como forma de subsistência.

A coleta seletiva constitui igualmente um processo de educação ambiental, permitindo sensibilizar a comunidade sobre os aspetos negativos da produção de lixo em excesso. A coleta seletiva começa dentro das residências, onde há a separação do lixo, com a posterior coleta pelo município. É de extrema importância a preocupação e a ação dos municípios no emprego da coleta seletiva, pois é o poder público que é responsável pela coleta dos materiais, que podem ser levados para centros de reciclagem ou cooperativas de coleta de lixo⁶⁹.

Segundo Singer, A coleta seletiva, além de contribuir significativamente para a sustentabilidade urbana, vem incorporando gradativamente um perfil de inclusão social e geração de renda para os setores mais carentes e excluídos do acesso aos mercados formais de trabalho⁷⁰. Este autor refere que a reciclagem permite a reutilização de vários tipos de materiais, transformando-os em outros, economizando matéria-prima e minimizando os impactos ambientais.

Nesse sentido, o processo de reciclagem além de preservar o meio ambiente gera lucros, pois os materiais reciclados podem ser vendidos ou transformados em outros para serem vendidos; gera empregos, pois são necessárias várias pessoas para a coleta e separação dos materiais; traz crescimento sustentável, sendo a reciclagem a solução mais viável e ambientalmente correta para a destinação do lixo, pois com o crescimento populacional e o crescente consumo da população, a produção de lixo é muito grande e a armazenagem está ficando cada vez mais complicada e difícil.

Ferreira afirma que o aproveitamento de alguns materiais na sua reciclagem pode chegar a perto dos 100%, como é o caso do alumínio, que derretido pode se transformar em mais alumínio, sem a perda da quantidade, reduzindo significativamente o seu consumo⁷¹. Materiais

⁶⁸ Akatu: é uma organização não governamental sem fins lucrativos que trabalha pela conscientização e mobilização da sociedade para o consumo consciente onde foca suas atividades na mudança de comportamento do consumidor e desenvolve ações em duas frentes de atuação como educação e comunicação.

⁶⁹ Loga, Logística Ambiental de São Paulo. Princípio dos 3R's, Disponível em <http://www.loga.com.br/conteudo.CP=LOGA&PG.107>, Consultado em 12/02/14.

⁷⁰ Singer, P. A (2002) «Recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil», in Santos, B.S. (ORG.) *Produzir para viver, Os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

⁷¹ Ferreira, Roberta Celestino, *Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Lixo, Trabalham de Conclusão de Curso*, Disponível em <http://cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-coleta-seletiva-do-lixo.html>, Consultado em 18 fevereiro de 2017.

como o papel, papelão e derivados da madeira podem ser reutilizados e transformados em materiais reciclados, diminuindo a necessidade de derrube de árvores para a sua fabricação.

O autor enfatiza que a maioria dos materiais pode ser reciclada. No entanto, os mais materiais como o plástico, o vidro, o metal e o papel são os mais comuns. O material jogado na natureza leva anos para se decompor e muitos não se decompõem ou sua decomposição leva milhares de anos. Assim, quanto mais lixo jogado na natureza, maior os danos e maior a acumulação gerada, causando danos ambientais irreversíveis. Alguns materiais, como as pilhas e as baterias não podem ser descartados no lixo comum, pois representam um grande risco ambiental.

No Brasil a coleta seletiva vem desenvolvendo-se ao longo dos anos, sendo os catadores agentes fundamentais para a realização desse trabalho. São atores sociais que se organizam a partir de uma divisão de trabalho conforme os tipos de produto para a venda, tais como o alumínio, o ferro, o papel, o papelão, o plástico, o vidro, entre outros. Para tanto em algumas cidades, cada catador tem uma área de espaço determinada no próprio lixão para deixar o material coletado ao longo do dia ou da noite. Sua remuneração é definida a partir do volume do material coletado e vendido aos intermediários, para posterior revenda as grandes empresas de todo o país.

No Brasil os problemas relativos ao tratamento dos lixos estão em debate desde 1980, ganhando atualidade com a afirmação da temática ambiental em todo o mundo, evidenciando uma preocupação global e imediata. Os trabalhadores que se dedicam à recolha de material reciclável acabam por realizar um serviço de utilidade pública muito importante no contexto atual das cidades, coletando materiais para a reciclagem que de outra forma ocupariam maior espaço em aterros sanitários e lixões

No Estado do Amapá, até junho de 2017, não havia coleta seletiva e continua a não haver de forma sustentada. Embora as pessoas procurem selecionar os seus resíduos, o processo é fragmentado na hora do serviço de coleta de lixo residencial, pois os materiais acabam sendo misturados no carro de lixo. Tal facto prejudica o trabalho dos catadores de reciclável, os quais coletam manualmente o que é possível reciclar no meio de outros tipos de resíduos descartados de maneira incorreta.

Não se pode ver a coleta seletiva como a solução para o problema dos resíduos sólidos, mas um dos instrumentos que pode contribuir para amenizar essa problemática. Sozinha não trará resultados na resolução do problema. Antes de pensar em coleta seletiva é necessário rever atitudes simples da sociedade, como a não geração de resíduos, que pode contribuir para minimizar o agravo dos resíduos sólidos.

III CATADORES DE RECICLÁVEIS EM SANTANA-AP

Segundo Abreu, os catadores de resíduos sólidos estão inseridos na parcela populacional “destituídos de padrões mínimos de vida, ou seja, do piso vital mínimo”⁷². Para que possam sobreviver, precisam abrir mão dos direitos e garantias constitucionais a que o poder público se obriga no ordenamento jurídico vigente. A catação de materiais para a comercialização e manutenção de sua sobrevivência acaba por inverter papéis, na medida em que coloca o catador como agente responsável por amenizar os impactos que o lixo provoca no meio ambiente.

Os catadores de material reciclável do Estado do Amapá não possuem uma realidade tão diferente dos catadores de outros Estados brasileiros, visto que são pessoas que não têm os direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira de 1988. A história de vida desses sujeitos é permeada de preconceito, decepções, dor, medo, desesperanças, exploração e insegurança. São trabalhadores brasileiros sem nenhuma garantia de presente e futuro digno, com a mínima qualidade de vida.

3. 1 Da Caracterização do Local da Pesquisa

O presente estudo foi realizado no município de Santana, localizado ao sul do Estado do Amapá, distante 23 km da capital, Macapá. O Estado do Amapá. É uma das unidades federativas que integram a Região Norte, com uma população total de 782.295 habitantes em 2016, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Trata-se de um Estado que ainda está em processo de desenvolvimento uma vez que até 1988 foi Território, sendo emancipado a partir da Constituição de 1988, quando se tornou um dos Estados da Federação do Brasil, tem ainda sua economia centrada no contracheque do funcionalismo público.

⁷² Abreu, Maria de Fátima (2001), *Do lixo à cidadania: Estratégias para a ação*. Parceria realizada entre a Caixa Econômica Federal e a UNICEF, Brasília, Caixa.

Imagem 1: Mapa do Estado do Amapá e seus respectivos municípios



Fonte: Blogger Mapas do Amapá Blogger

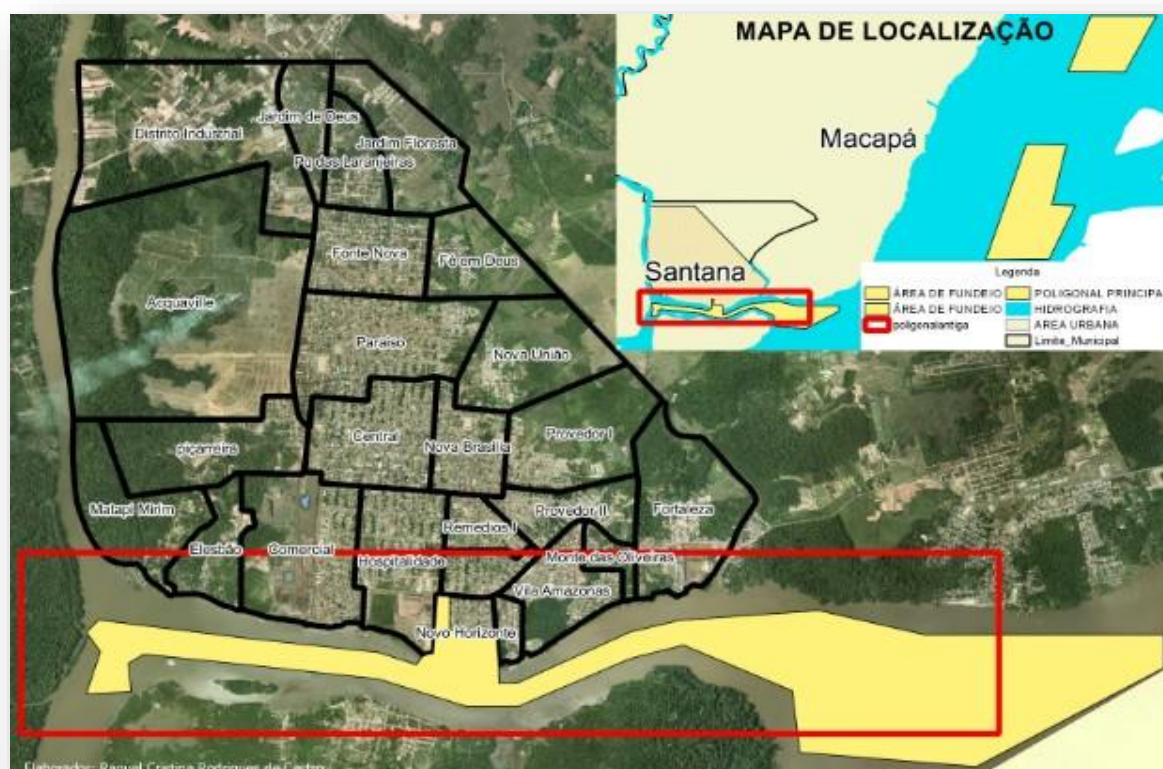
Oficialmente o município de Santana é composto por treze bairros. Desses foram selecionados sete para a pesquisa: Daniel, Fonte Nova, Nova Brasília, Paraíso, Provedor, Remédios e Vila Amazonas. Os bairros mencionados são próximos, porém têm características específicas. Os bairros Daniel e Vila Amazonas são pequenos e vizinhos um ao outro. Contudo, a Vila Amazonas é todo pavimentado e possui rede de abastecimento de água, diferente do Daniel, que é deficiente nesses serviços.

Santana é um município ainda com característica específicas, pois não possui pavimentação em todos os bairros, estando em forte desenvolvimento quanto a sua expansão.

O território base deste estudo, onde residem os catadores de material reciclável, é chamado de Jardim de Deus. Embora não seja definido oficialmente como bairro, os seus moradores o entendem como se fosse. Oficialmente o lugar é visto como uma comunidade localizada numa área de invasão⁷³.

⁷³ Invasão: Ato de penetrar em local, espaço etc. ocupando pela força.

Imagem 2: Mapa do Município de Santana e seus respectivos bairros



Fontes: G1 AP Mapa de Localização dos bairros em Santana – AP

Os bairros Fonte Nova, Provedor e Remédios possuem em comum grandes áreas de ressaca (que sofrem efeitos das marés). De entre eles o Fonte Nova e a comunidade Jardim de Deus são os que estão localizados mais próximo da lixeira pública de Santana. O bairro Fonte Nova possui uma melhor infraestrutura se comparado à comunidade Jardim de Deus, que se instalou nas margens da estrada de ferro do município de Santana.

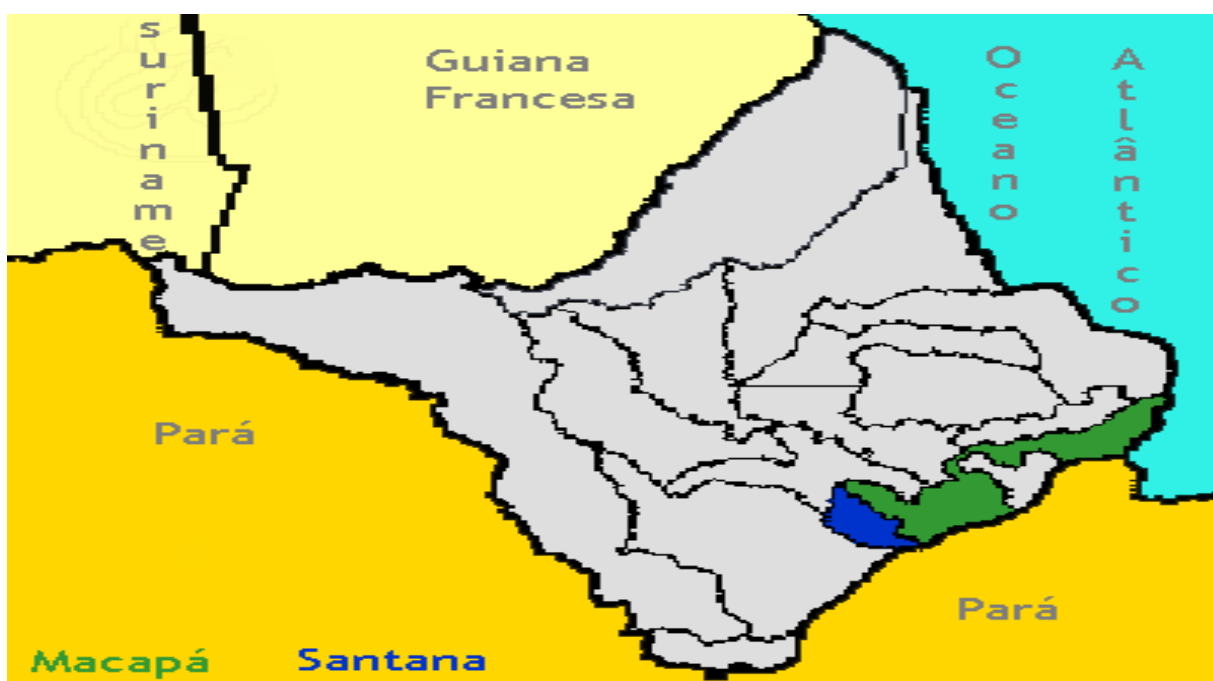
O Amapá deixou de ser Território em 1943, transformando-se em Estado, tendo sido criado pelo Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943, tornando-se um polo atrativo de migrações de populações nortistas e nordestinas, com a expectativa de conseguir melhoria de vida e emprego formal.

Outro motivo que atraiu muitas pessoas para o Estado foi a implantação, em 1991, da Área de Livre Comércio dos Municípios de Macapá e Santana, o que gerou um superpovoamento e provocou um processo de urbanização desorganizada com consequentes problemas socioambientais. Criada pela Lei 8387/1991, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana foi implementada em março de 1993. Localizada na fronteira com a Guiana Francesa, ocupa uma área de 220 quilômetros quadrados onde são desenvolvidas atividades de mineração, agricultura, pecuária e piscicultura.

Um dos fatores economicamente positivos para o município de Santana é o Centro Urbano de Santana, pois se destaca pela dinâmica portuária da Companhia Docas de Santana (escala internacional), pelos terminais portuários de circulação de escala estadual (Porto do Igarapé da Fortaleza, Porto Souzamar, Porto municipal, Porto das Catraias e Porto do Açaí), e terminais portuários de circulação regional (Porto do Grego, Porto Souzamar e Porto do Distrito Industrial de Santana).

Pesquisas apontam que dos 16 municípios do Amapá, Santana é o que possui uma das maiores concentrações de imigrantes do Estado. Possui uma área de 1.579,608 km², com uma população de aproximadamente 113.854 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁷⁴.

Imagem 3: Mapa do Estado do Amapá – Município de Santana marcado pela cor azul



Fonte: Blog Mochileiro: Descobrindo o Brasil

Várias fontes de informação referem que Santana surgiu em 1753 a partir de um pequeno povoado situado na Ilha de Santana, em frente à margem esquerda do rio Amazonas. Os primeiros habitantes terão sido portugueses e mestiços vindos do Pará, além de índios Tucuju, comandados pelo desbravador português Francisco Portilho de Melo. Este terá fugido para aqui para escapar às autoridades fiscais paraenses que o perseguiram acusando-o de comércio clandestino de escravos e metais.

⁷⁴ Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais (Abrelpe) (2016), «Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2010», Disponível em www.abrelpe.org.br, Consultado em 10 outubro de 2016.

Em 1956, foram descobertas jazidas de manganês na cidade, promovendo o aumento da população na região. Posteriormente, foi construída a ferrovia Santana - Serra do Navio, que ajudou a que a cidade se tornasse mais populosa. No dia 17 de dezembro de 1987, Santana se tornou um município.

A descoberta de jazidas de manganês está associada à instalação, na década de 1950, da Indústria e Comércio de Minério S/A – ICOMI no Estado do Amapá, a qual permaneceu 50 anos e gerou inúmeros empregos. Porém, no decorrer de suas operações utilizou técnicas e práticas ambientais hoje julgadas como prejudiciais, que legaram passivos ambientais que necessitam ser mensurados, pois são inúmeros os problemas socioambientais deixados.

Com o início das atividades da Indústria e Comércio de Minérios S/A, o Brasil passou a ser o quarto maior produtor de minério de manganês, sendo superado apenas pela então União Soviética, pela África do Sul e pela Índia. A produção de minério pela empresa nos primeiros anos de operação oscilou em torno de 700 mil toneladas anuais e destinou-se basicamente ao abastecimento do mercado norte-americano.

Nesse contexto, o Amapá abriu as portas para inúmeras pessoas atraídas por empregos numa empresa que oferecia estrutura de moradia, educação e saúde aos seus funcionários e familiares nos municípios de Santana e Serra do Navio. Com a saída da empresa no ano de 1997 muitas pessoas ficaram desempregadas, mas a maioria dos funcionários conseguiu aposentadoria por tempo de trabalho e idade.

O município de Santana é constituído de seis distritos: Santana, Anauerapucu, Igarapé do Lago, Ilha de Santana, Piaçacá e Pirativa. Economicamente destaca-se no setor primário pela criação de gado bovino, bubalino e suíno, a atividade pesqueira e a extração da madeira. A área de Livre Comércio não surtiu o efeito esperado, o que provocou um grande número de desempregados e pessoas trabalhando de forma informal.

Uma das atividades informais no município de Santana é a catação de recicláveis, que existe de forma não reconhecida na cidade desde o seu início, tanto no lixão como nas ruas, por meio de catadores individuais ou em pequenos grupos familiares. Com o aumento dos produtos descartáveis, aliado ao aumento da pobreza, percebe-se uma multiplicação desses trabalhadores, que hoje coletam materiais de diversas naturezas, em particular metais, plásticos, papel e vidro.

3.2 A Lixeira Pública de Santana e os Impactos Ambientais Para o Município

Segundo levantamento feito na Prefeitura Municipal de Santana, o município conta com um sistema de disposição final de resíduos classificado como inadequado, ou mais comumente

conhecido como Lixão, localizado na Rodovia Duca Serra ao lado da Usina de Asfalto, na extremidade norte da cidade, no perímetro urbano e próximo a mananciais superficiais e subterrâneos.

A imagem 4 mostra a insalubridade do local que recebe diariamente centenas de toneladas de materiais que poderiam ser reciclados ou reutilizados. Estes materiais estão sendo lançados hoje em uma área que em alguns anos estará saturada, além de provocarem de alguma forma, problemas ambientais, em função de sua degradação ou decomposição e reação com o solo.

Imagem 4: Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016



Fig. 09 – Foto Ericláudio Silva

A Prefeitura Municipal de Santana vem planejando desde 2015 executar um processo de remediação do lixão. Assim o município destinará seus resíduos domésticos ao aterro controlado de Macapá, através de um consórcio entre os dois municípios, o que irá gerar um aumento nos gastos da prefeitura. Pois, atualmente o valor mensal destinado à limpeza e coleta municipal, gira em torno de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e com o consórcio terá um acréscimo de no mínimo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Isso implica um problema para o município de Santana, pois com a existência do lixão os riscos de contaminação são bem maiores, principalmente, nos bairros do entorno. De acordo com Gouveia a decomposição da matéria orgânica presente nos resíduos resulta na produção

do chorume, líquido de cor escura e de alta periculosidade, podendo contaminar as águas superficiais, que ao infiltrar-se no subsolo alcança o lençol freático modificando as suas condições iniciais, tornando-a inviável para o consumo humano⁷⁵.

Na lixeira pública de Santana os resíduos sólidos das cidades são dispostos através de caminhões em pequenos montes, nos quais os catadores de material reciclável garimpam e coletam com as próprias mãos os materiais recicláveis que estão misturados a todo o lixo. Para isso, utilizam como instrumentos de trabalho: pás, enxadas e grandes sacos para o armazenamento do material durante a catação e posteriormente na nova separação dos produtos para a venda.

Outra problemática que foi observada e merece destaque é a queima dos resíduos que ocorre frequentemente na lixeira pública, poluindo os bairros mais próximo como Jardim de Deus, Fonte Nova e Paraíso, ocasionando a poluição do ar devido à emissão de gases poluentes. Vale ressaltar que isto é um risco de acidente na área da lixeira, haja vista que dentro dela passa fios de alta tensão, conforme é possível observar na imagem 5.

Imagem 5: Catador de lixo- trabalhando, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericláudio Silva, 2016.

⁷⁵ Gouveia N; Prado RR (2010), *Análise espacial dos riscos à saúde associados à incineração de resíduos sólidos, avaliação preliminar*, Ver. bras. Epidemiol.

Segundo Lima, ao serem dispostos inadequadamente, sem qualquer tratamento, os resíduos, podem poluir o solo, alterando suas características físicas, químicas e biológicas, constituindo-se também em um problema de ordem estética, ocasionando a poluição visual⁷⁶. Desta forma, a lixeira pública de Santana tem contribuído para a degradação ambiental do município e o afastamento de investidores no setor imobiliário dos bairros que ficam entorno.

Percebe-se que o poder público tem uma dívida para com a sociedade santanense por não desenvolver políticas públicas voltadas para o manejo adequado dos resíduos. A sociedade se prevalece da prerrogativa de que a obrigação é do município, e quando este não cumpre o seu papel, as vias públicas ou terrenos baldios são as alternativas de despejo.

Apesar da existência do lixão há décadas, somente com a promulgação da Lei nº 12.305/2010, que determina a extinção dos lixões, é que o município santanense está se mobilizando desde então, para construir um aterro sanitário para deposição de seus resíduos, pois até então, não havia nenhuma preocupação acerca do assunto, no entanto esse projeto até junho de 2017 não saiu do papel.

CEI⁷⁷ enfatiza que enquanto as modernas tendências, no Brasil e no exterior, direcionam-se a favor da promoção dos direitos fundamentais, especialmente dos direitos à saúde e a um ambiente saudável, no Estado do Amapá vivencia-se o atraso, em que predomina as relações de consumo, sem qualquer preocupação com as consequências lesivas da grande produção e destinação correta de resíduos.

CEI⁷⁸, em estudo realizado em junho de 2008, pela Promotoria do Meio Ambiente, Conflitos Agrários, Habitação e Urbanismo nos 16 Municípios do Estado do Amapá, identificou as condições sanitárias dos locais onde são depositados, em destinação final, os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). Os resultados demonstram que atualmente, com exceção do município de Macapá, os demais despejam o lixo, sem qualquer critério ou tipo de tratamento, em rios e áreas habitadas, produzindo crescente contaminação ambiental e favelização social. Tal ocorre igualmente no município de Santana com a lixeira a céu aberto.

⁷⁶ Lima, J. D. de, (2001), *Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro, ABES.

⁷⁷ Ceí, Ivana Lúcia Franco (2009), *Avaliação dos resultados e obstáculos à Implementação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Estadual e o município de Macapá para gerenciamento de resíduos sólidos*, Universidade Federal do Amapá, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Departamento de pós-graduação, Mestrado em Direito Ambiental e Políticas públicas, Disponível em <http://www2.unifap.br/ppg-dapp/files/2013/04/Ivana.pdf>, Consultado em dezembro de 2016.

⁷⁸ Ceí (2009), *Avaliação dos resultados e obstáculos à Implementação...*

A imagem 6 retrata um encontro entre o pesquisador dessa dissertação e um dos catadores de material reciclável em dos momentos de pesquisa de campo na lixeira pública de Santana, um lugar insalubre e propício a proliferação de doenças e no qual diariamente são jogados um montante significativo de resíduos sólidos sem nenhum critério de coleta seletiva.

A lixeira fica próxima a entrada do bairro Jardim de Deus, onde residem a maioria dos catadores de material reciclável entrevistados.

3.3 Da População Investigada

A população estudada nessa pesquisa é em sua maioria moradora no bairro Jardim de Deus, natural das Ilhas do Pará – PA, residindo no Estado do Amapá há mais de 10 anos. São homens, mulheres, adultos, jovens e crianças, que se dedicam à atividade de catador de recicláveis.

Imagem 6: Descarregamento de Lixo na Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericláudio Silva, 2016.

Na totalidade são 60 catadores e catadoras individuais ou em grupos familiares, com idades entre os 13 e os 63 anos, atuando diretamente na lixeira pública de Santana – Amapá - Brasil, conforme se observa na imagem 7.

A atividade de catação na lixeira pública de Santana envolve crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Observa-se uma maior percentagem de pessoas no intervalo de 20 a 53 anos, mostrando que a população em estudo é relativamente jovem e poderia estar atuando no mercado formal de trabalho, caso tivesse essa oportunidade.

São pessoas integrantes de famílias numerosas que variam entre os 6 e os 18 elementos. Se, por um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos de fragilidade e vulnerabilidade, por outro lado, observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria.

Observa-se que mesmo levando-se em consideração o importante papel do catador para a sociedade a ideia de que os preconceitos em relação aos catadores teriam diminuído sensivelmente ao longo dos últimos anos não aparece de forma consensual nas entrevistas. A maioria das falas relatam preconceitos, algo que mexe com a alta estima do catador que se sente muitas vezes inferior às outras pessoas.

De acordo com Medeiros e Macedo:

“Essa dura realidade que caracteriza as condições de trabalho do catador se insere na percepção de “exclusão por inclusão”, na qual o catador é incluído socialmente pelo trabalho, mas excluído pela atividade que desempenha”⁷⁹

Imagem 7: Catadora de Lixo, em momento de descanso, Santana/AP, 2016



Foto de Ericlúdio Silva, 2016.

⁷⁹ Medeiros, L. F. R.; Macedo, K. B (2007), «Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver», *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v.3, nº 2, p. 72-94.

As condições de trabalho dos catadores revelam que é marcado por práticas de exclusão, uma vez que trabalham em condições sub-humanas, desprestigiados socialmente e sem apoio do poder público. Por outro lado, nota-se que existem catadores com a autoestima elevada e que acreditam serem importantes para a sociedade. São os mais velhos, na faixa de 53 a 63 anos, pessoas atuando de forma ativa numa atividade que requer esforço físico e boa resistência. O catador denominado de 01 trabalha diariamente na atividade de catação, conforme mostra.

Observou-se que os catadores de material reciclável que trabalham na lixeira de Santana não têm intervalo para o almoço, de forma que esse tira aleatoriamente um horário para descanso. A sua condição de vida à margem da sociedade é também demonstrada por estarem excluídos dos direitos trabalhistas vigente na legislação brasileira, que prescreve condições mínimas para o exercício de uma atividade laboral, sendo a hora do descanso um momento sagrado.

3.4 Da Análise e Discussões dos Resultados

3.4.1 Das Entrevistas

Em conversa com esses catadores mais velhos percebeu-se uma realidade social marcada pela incerteza e insegurança, principalmente dos mais idosos que se preocupam com um futuro diferente para seus filhos e netos e também a laboralidade da atividade de catador, na esperança de que um dia seja entendida como uma possibilidade de trabalho formal e com a possibilidade de melhor qualidade de vida.

Um dos catadores mais velhos, denominado de catador 01, diz:

“Quero um futuro melhor para os meus filhos, longe da lida com o lixo. Faço isso por necessidade, por isso estou aqui. Não tenho estudo, por isso não pude encontrar outro trabalho. Acordo muito cedo e venho para a lixeira na esperança de voltar para casa com algum dinheiro da venda do material que recolho, mas nem sempre tenho sorte. Se eu pudesse, mudaria de vida”. (Catador 01 da lixeira de Santana, 2016).

Durante o relato do catador 01 um catador aqui denominado de catador 02 afirma que gosta de ser catador de recicláveis, só não gosta das condições da lixeira, pois exala um fedor muito forte e isso incomoda bastante. Ele diz que é um trabalho digno, porém deveria ter mais cooperativas para o fortalecimento da atividade de catador.

A catadora 03 diz concordar com o catador 01 e que não está catando lixo por opção, mas por necessidade. Afirmar ser um trabalho bem difícil devido à falta de estrutura para realizar a atividade e que os filhos geralmente precisam ajudá-la nesse trabalho. Diz que incentiva os filhos a estudar para que no futuro não sejam catadores.

Os catadores de recicláveis exercem sua atividade tendo como objetivo imediato a sua sobrevivência, acabando por realizar um serviço de utilidade pública, tanto no âmbito da coleta do lixo, como no campo da reciclagem de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço de aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte.

Nesse sentido, a atividade de catador gera benefícios para o meio ambiente, ou, em outras palavras, para a natureza e para a sociedade. Muitos dos catadores entrevistados possuem consciência acerca da importância da realização da coleta seletiva e de seu trabalho para a sociedade. No entanto, esse grupo social que sempre esteve «invisível», tanto na esfera social quanto na esfera econômica, ainda é tratado com preconceito e estigmas.

Alguns dos entrevistados afirmam não serem aceitos como cidadãos pela sociedade, visto que as pessoas os associam ao lixo, à sujeira, à podridão. Lamentam por o seu trabalho não ser visto como um trabalho com impacto social e reclamam da ausência de políticas públicas que possam trazer melhoria para a atividade de catador de recicláveis.

Outro ponto a se destacar é a presença de crianças nas lixeiras públicas, o que traz uma discussão antiga, a do trabalho infantil considerando-se que algumas são menores de 12 anos, na maioria são levadas pelos pais, que ao serem inquerido sobre isso ficam um pouco constrangidos mediante as perguntas sobre o motivo dos filhos estarem junto aos pais catando lixo. No entanto, as respostas foram unânimes ao dizer que as crianças só vão à lixeira no período em que não estão estudando e que esse facto não atrapalha os estudos.

Na Imagem 9 é possível observar a presença de uma criança no lixão, a qual está acompanhada de um adulto:

Imagem 8: Trabalho infantil na Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericláudio Silva, 2016.

É importante destacar que nos lixões brasileiros as crianças e adolescentes ficam sujeitos a acidentes e outros graves problemas. Às vezes o lixão é sua sala de aula da vida, o seu parque de diversões, a sua alimentação e a sua fonte de rendimento. Ganham muito pouco, de R\$1,00 a R\$5,00 por dia, mas o trabalho que fazem é fundamental para aumentar o rendimento de suas famílias. Vivem em condições de pobreza absoluta.

No Brasil uma ação que auxiliou bastante na dimensão nacional da organização dos catadores de material reciclável foi o lançamento do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, em 1998, coordenada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Entre os desafios propostos pelo fórum, o principal deles seria a erradicação do trabalho infantil com o lixo em todo o país, com o lançamento da campanha Criança no Lixo Nunca Mais.

Sabe-se que o trabalho infantil é proibido pela legislação brasileira. No entanto, não só nas lixeiras do Estado do Amapá, mas em todo Brasil a cena se repete, ou seja, menores submetidos à atividade de catadores de recicláveis em condições de insalubridade e insegurança, muitas vezes sem perspectivas futuras. Além do trabalho insalubre, observa-se que também é legítima a vedação ao exercício de trabalho perigoso por menores.

O trabalho insalubre é aquele que afeta ou causa danos à saúde, provoca doenças, ou seja, é o trabalho não salubre, não saudável. Muitas enfermidades estão diretamente relacionadas e outras são agravadas pela profissão do trabalhador ou as condições em que o serviço é prestado, o que possibilita a visualização de uma relação entre trabalho e doença.

O trabalho com o lixo expõe o trabalhador a vários riscos. Os mais comuns têm a ver com a exposição a componentes voláteis, aerossol e materiais cortantes ou até infectados, levando a possíveis problemas na pele, respiratórios e gastrointestinais. Além disso, os trabalhadores entrevistados relataram que já adoeceram por pneumonia, problemas de coluna, alergia, dores de cabeça e de estômago, desidratação. Afirmam temer doenças como hanseníase, hepatite e leptospirose.

Assim, durante a entrevista esse assunto causou certo silêncio por parte dos catadores, sendo que apenas uma das catadoras, aqui denominada de catadora 06 se manifestou com a seguinte fala:

“Fico preocupada com as leis que dizem que criança tem que estudar que não pode trabalhar, mas quando a criança chora de fome no silêncio da noite, é bem difícil parar e pensar nas leis. Como mães pensamos em nossos filhos e como fazer para conseguir dar a eles o básico, sobretudo alimentação. Meus filhos não roubam, não são marginais, meus filhos são trabalhadores. Trabalham para me ajudar, para ajudar no sustento dos irmãos menores e não deixam de ir à escola, pois sei que o futuro deles depende dos estudos. Eu não tive oportunidade de estudar e vejam onde vim parar”. (Catadora 06 da lixeira pública de Santana, 2016).

Nesse contexto foi dada continuidade a entrevista no que se refere ao grau de escolaridade dos catadores entrevistados onde se verificou os seguintes dados: apesar de 50% afirmarem saber ler e escrever, a maioria dos catadores (as) não concluiu o primeiro grau (Ensino Fundamental I); 20% concluíram este grau e apenas 10% cursaram parte do 2.º grau, sem, contudo, concluí-lo. Desta forma, alguns dos entrevistados são analfabetos ou semianalfabetos.

A falta de escolaridade, a crescente especialização do trabalho e a consequente falta de emprego são alguns dos fatores que geram a impossibilidade dos membros de famílias menos favorecidas encontrarem uma fonte de rendimento em seu local de origem, tendo como uma das principais possibilidades de melhoria de vida a migração, o que muitas vezes é uma solução ilusória diante da dura realidade dos centros urbanos.

Sobre trabalhos anteriores à catação, 67% de catadores tiveram outras atividades, como varredor de ruas, reparador de carros, eletricista, marceneiro, ajudante de pedreiro, vendedor de fruta, entre outros. Destacou-se entre às mulheres a atividade de empregada doméstica, cozinheira, babá ou dona de casa.

Para a maioria dos entrevistados a atividade de coleta é atualmente a principal ocupação, sendo que o restante complementa o rendimento com outras atividades esporádicas, como faxinas, lavagem de roupa ou qualquer outro trabalho que não perturbe a atividade de catação de lixo, seja na lixeira ou pelas ruas do município de Santana.

Os materiais coletados não só na lixeira pública, mas nas ruas do município são: cobre, alumínio lata, alumínio duro, garrafa pet, plástico filme e vidro. O rendimento obtido com a venda desses materiais varia de R\$ 100,00 a R\$900,00. A comercialização é feita diretamente com os donos de sucata ou sucatão como é popularmente denominado a o local que compra material para reciclagem.

Esses materiais, até então considerados lixo, passam a ser parte de um processo produtivo denominado reciclagem, tendo, portanto, a ter um valor comercial, sendo, portanto, sua venda uma possibilidade de ganho para uma parcela da população que se encontra desempregada e a margem da pobreza. Trata-se de um mecanismo que assegura uma fonte de renda a muitas famílias. Daí o fato desse ter se tornado um elemento importante para a economia local e cuidados com o meio ambiente.

A seguir é possível visualizar os tipos de materiais coletados e comercializados:

Quadro 3: Cotação de preços de Material Reciclável

Material	Preço de venda	Preço de revenda pelo sucatão
Cobre (Kg)	R\$ 9,00	R\$ 12,50
Alumínio lata (Kg)	R\$ 2,30	R\$ 2,80
Alumínio duro (Kg)	R\$ 1,20	R\$ 2,50
Garrafa Pet (Kg)	R\$ 0,30	R\$ 1,20
Plástico filme (Kg)	R\$ 0,30	R\$ 0,80
Vidro (litro)	R\$ 0,20	R\$ 0,40

Fonte www.reciclaveis.com

De acordo com o quadro, em alguns produtos da reciclagem o preço de revenda chega ser o dobro da venda, o que demonstra que o catador é o sujeito explorado na relação de comercialização, mediante a difícil lida de catação de materiais recicláveis, onde o catador está em constante contato com os perigos que a atividade apresenta.

Outro fator que se destaca: o valor baixo por quilo de cada material, visto que para se alcançar o valor de R\$ 900,00, o catador terá que coletar muito material para poder aproximar-se da cota mensal. O valor supracitado é aproximadamente um salário mínimo o que representa muito pouco para a sobrevivência de famílias numerosas conforme já foi referido anteriormente (família com até 18 pessoas).

O comércio do lixo entre os catadores de material reciclável e as empresas de reciclagem geralmente passa pela mediação dos “atravessadores”: No Brasil boa parte das compras não é feita diretamente pelas empresas. Também nesse setor a terceirização chegou, de forma que há intermediários entre os catadores e a indústria: são os ‘atravessadores’ do papel e de outros tipos de material para reciclagem.

Nesse sentido afirma-se que a existência de atravessadores pode ser explicada por dois motivos principais. Em primeiro lugar, o fato de que existe dificuldade de locomoção dos catadores de lixo para entregar o material nas empresas compradoras. Em segundo lugar, porque é mais vantajoso para as empresas utilizar o trabalho dos catadores de lixo já que os catadores selecionam o material (papel, papelão, latas, vidro e outros materiais) do que recolherem diretamente o lixo.

Destaca-se que os atravessadores ocupam um papel importante neste caso, pois ao mesmo tempo em que provocam um aumento do preço também diminuem as despesas das empresas com transporte e funcionários, o que não altera muita coisa para elas. Portanto, é a indústria de reciclagem de lixo que permite a existência dos catadores de lixo que comercializam o produto de sua coleta, ou seja, somente existindo aquele que compra é que pode existir aquele que vende.

A trajetória social e econômica dos catadores de lixo em Santana no Amapá, em muitos aspectos, não difere muito das de outras cidades brasileiras. O rendimento familiar é baixo e o trabalho precoce é amplamente utilizado. A renda monetária adquirida com a venda do lixo varia de um mês para outro, pois depende da quantidade de lixo coletado. A atividade com o lixo também é apresentada como um “mal necessário”, devido à falta de opção de trabalho para pessoas com baixa escolaridade e pouca qualificação.

Os catadores também relataram que o esforço físico às vezes faz adoecer, pois alguns dos catadores puxam ou empurram um carrinho cheio de material para reciclagem pelas ruas

de Santana, o que pode ocasionar, principalmente, comprometimentos musculoesqueléticos diversos e traumas, pois ficam expostos a riscos de acidentes por trafegarem entre os carros nas grandes avenidas e ruas da cidade.

Imagem 9: Catador de lixo, Santana/AP, 2016.

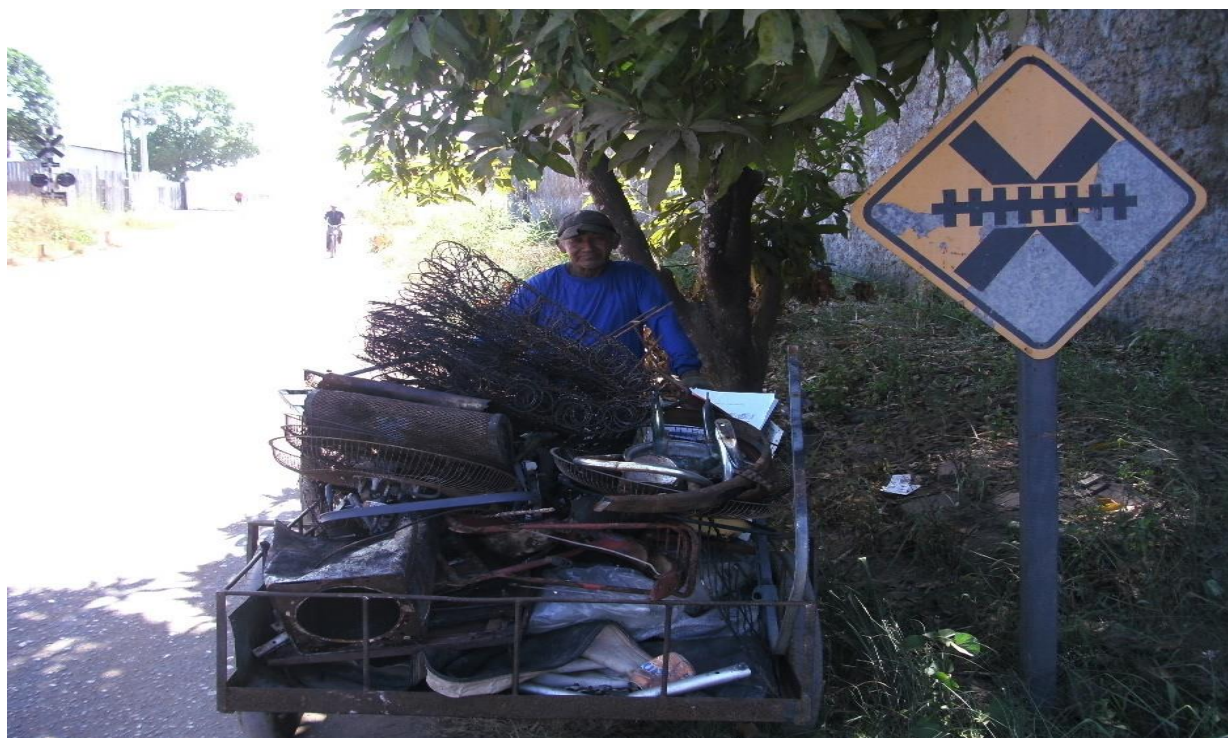


Foto de Ericláudio Silva, 2016.

Os catadores de materiais recicláveis entrevistados, independentemente da idade que têm, compartilham a infância e a adolescência marcadas por carências materiais e muitas vezes afetivas, além da baixa escolaridade formal e a inserção muito precoce no mundo do trabalho. São histórias de pessoas consideradas invisíveis para a sociedade, mas que sonham com uma vida melhor e um mundo mais humanizado.

Durante o estudo de campo observou-se que os catadores vivem em condição de pobreza, no entanto enfatizam que, apesar de serem catadores e de serem pobres, vivem uma vida honesta, e são trabalhadores corretos e que tem valores morais, religiosos e éticos. Que de sol a sol conseguem sustentar suas famílias e dormem com a consciência tranquila, pois não fazem mal a ninguém.

Os entrevistados lamentam a forma que muitas pessoas os olham. Dizem sentir-se menosprezados. Não querem ser vítimas, mas referem ser horrível se sentir excluídos, humilhados e olhados de forma diferente. Assim, é perceptível que os catadores entrevistados tendem a

vincular uma afirmação de si, tendo como referência o olhar do outro e esse é um fator que incomoda 90% dos entrevistados (as). Todos os entrevistados gostariam de um dia ganhar um pouco mais e serem olhados como cidadãos comuns.

Quando questionados se possuíam outra fonte de rendimento, 70% dos catadores declararam possuir outra fonte de renda, como pensão (43%), bolsa-família (45%), aposentadoria (5%). Essa fonte de renda acrescenta ao ganho do catador um valor médio mensal de R\$ 150, sendo, portanto, significativa para sua sobrevivência e de seus familiares. Contudo, não se pode deixar de elucidar que esse ainda é um valor ainda não suficiente

Embora a remuneração mensal seja baixa e as condições da atividade de catador de lixo sejam precárias, diariamente os catadores vão até a lixeira pública de Santana na busca pela sobrevivência. No entanto, se deparam com uma dura realidade, pois não tem roupas adequadas para a labuta e se arriscam entre o perigo de contaminação no lixo e o contato com os restos do lixo devorado por urubus, conforme é possível visualizar:

Imagem 10: Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericlaudio Silva, 2016.

Além de urubus, os catadores convivem diariamente com ratos, baratas, moscas e outros tipos de pragas transmissores de doenças. Observa-se através da Figura 5 que a catadora usa uma bermuda por cima de uma calça de malha de algodão, tecido não adequado para a tarefa de catação, pois é um tecido fino, que pode ser facilmente perfurado por objetos cortantes.

Algumas catadoras enfatizaram que vão trabalhar com as roupas que possuem, pois não sobra dinheiro para comprar roupas adequadas ao trabalho.

Lima afirma que os ratos, as moscas, e as baratas, são pragas que oferecem maior risco ao homem, pois o aumento da população de ratos, pode assumir níveis alarmantes, devido a sua natureza de reprodução somada às condições especiais oferecidas pelos resíduos (disponibilidade de alimento, água e esconderijo)⁸⁰. Acrescenta-se ainda, a contaminação do ar, que ao entrar em combustão, os resíduos, liberam na atmosfera gases altamente tóxicos comprometendo a qualidade de vida e salubridade ambiental.

De acordo com o autor a elevada quantidade de matéria orgânica presente nos resíduos sólidos urbanos favorece a ação de microrganismos anaeróbios, que também liberam no ar gases com maus odores, especialmente o gás sulfídrico. O odor emanado pode ocasionar cefaleias e náuseas, tanto nas pessoas que estão em contato direto com os resíduos como nas que se encontram próximas a equipamentos de coleta ou de sistemas de manuseio, transporte e destinação final.

A carga horária de trabalho dos catadores varia entre 6 a 8 horas diariamente e as vezes ocorre de segunda a segunda, pois devido a renda não ser fixa, é preciso trabalhar muito para conseguir uma pequena renda no final do mês, a qual raramente chega a um salário mínimo (R\$ 937,00). O ganho nessa atividade é diário, mas os catadores reclamam que é muito baixo e que com o dinheiro do trabalho só conseguem comprar o básico.

Um dos catadores enfatizou que sonha em um dia poder trabalhar de carteira assinada, sem ter surpresas no final do mês e poder guardar dinheiro para construir sua casa. Aqui ele será denominado de catador 04, o qual diz que:

“Espero ser ajudado por alguém para me dar um trabalho com condições dignas, onde eu não coloque nem a minha vida e nem dos meus familiares em riscos, pois no lixo estamos sempre correndo perigo, pois os materiais são todos misturados e alguns são cortantes e podem machucar”. (Catador de lixo 04, 2016)

Sobre o tempo que os catadores exercem a atividade de coleta de recicláveis, a maioria já exerce a atividade há mais de cinco anos, sendo que 50% dos catadores a desenvolve há oito

⁸⁰Lima, L. M. Q. (2004), *Lixo Tratamento e biorremediação*. 3ª Ed. São Paulo: Hemus Editora Ltda.

anos ou mais e 15% exercem essa atividade há onze anos ou mais. São trabalhadores sem direito, uma categoria que está excluída das leis trabalhistas e sem direito a uma velhice tranquila. Quando questionados aos riscos, a maioria dos catadores entrevistados, 95% acham que o lixo gera problemas ambientais e à saúde. 64% dos catadores relatou que outros prováveis impactos negativos para a saúde são causados pela atividade da catação, como a exposição ao sol (calor), vento e chuva. Caso se considere as afirmações dos entrevistados que «ter saúde é poder trabalhar», poder-se-ia supor que a saúde dos catadores vai bem. Isso porque, os relatos mostraram que dificilmente faltam ao trabalho, com muitas horas diárias dedicadas à catação.

Constatou-se que a maioria dos catadores mora com mais de dez pessoas, sendo algumas famílias muito numerosas, chegando até às dezoito pessoas morando numa mesma residência. Esses dados evidenciam uma superlotação nas casas, que aparentemente não possuem estrutura para acomodar tanta gente, sendo que segundo relatos algumas residências só possuem um quarto ou nenhum, sendo apenas um cômodo a ser dividido por todos.

Na imagem 11 é possível observar a precariedade das moradias. A maioria das residências é feitas em madeira, com telhado em zinco ou telhas denominadas de Brasilit, que deixam o ambiente muito quente. Geralmente os banheiros ficam fora das casas e no meio ao mato, causando risco para os moradores principalmente à noite. Os entrevistados (as) nesse estudo relatam que têm crianças e idosos nas residências que temem usar o banheiro durante a noite, visto que as ruas do bairro são pouco iluminadas e há muito mato próximo às casas.

Imagem 11: Morada do Bairro Jardim de Deus, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericláudio Silva

Uma das entrevistadas, diz que o seu maior sonho é terminar de construir a sua casa e que almeja fazer ao menos três quartos para dar maior conforto à sua família e para que a mesma possa descansar depois de um longo dia de trabalho. Afirmar ser um sonho distante, mas que acredita que é possível realizá-lo.

Durante as idas e vindas ao bairro Jardim de Deus foi possível observar a falta de estrutura do lugar, que não possui saneamento básico, as ruas não são asfaltadas, nem possuem calçamento. Há muita poeira na frente das casas e pouca iluminação nas ruas. A falta de infraestrutura do bairro pode ser observada na imagem 13.

Imagem 12: Bairro Jardim de Deus, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericlaudio Silva, 2016.

Nota-se ainda que as moradias são de madeira e que os lixos são jogados nos quintais e nas frentes da casa, o que evidencia a não existência de lixeiras para colocar os resíduos acumulados ao longo do dia. Esta condição que remete a ideia que o processo de urbanização se deu de forma desordenada, o que demonstra ser nesse caso necessário promover melhorias e implanta nesse caso sistema de coleta de lixo. São muitas famílias que residem no local e algo comum é que a maioria é catador de material reciclável. O bairro Jardim de Deus originou-se de uma invasão⁸¹.

⁸¹ Invasão: é uma ação ou efeito de invadir. Entrar ou ocupar um lugar desigual sem autorização.

Revela-se que o comércio de reciclagem mobilizou para o surgimento dos catadores, pois assim viu nessa atividade um meio para sua sobrevivência e sair do grupo de desempregado.

Imagem 13: Bairro Jardim de Deus, Santana/AP, 2016.



Foto de Ericláudio Silva, 2016.

As famílias da comunidade ou bairro Jardim de Deus vivem no local há mais de 10 anos e em seu entorno passa uma estrada de ferro, atualmente desativada, que serviu para o escoamento de minério de manganês e transporte ferroviário para pessoas com destino aos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. O trem saía do município de Santana duas vezes por semana.

Os catadores moradores no bairro Jardim de Deus temem ser retirados de suas moradias e convivem com a incerteza. Afirmam que o local fica próximo à lixeira pública de Santana, o que facilita na hora de transportar em carrinhos o material para reciclagem.

No que se refere ao acesso a bens de consumo, a maioria dos catadores afirma possuir alguns eletrodomésticos, destacando-se a geladeira (95%), o televisor (90%), o rádio (70%) e o telefone celular com (89%). Uma parte significativa dos catadores entrevistados (99%) afirma armazenar os resíduos que coletam na lixeira pública de Santana em suas próprias casas, com isso aumenta o número de pragas (ratos, baratas e outros) nas residências.

Verificou-se que alguns catadores entrevistados consomem bebidas alcóolicas ou fumam. No que se refere ao consumo de bebidas alcoólicas e uso de cigarros pelos catadores

entrevistados, 15% admitiu beber e 70% fumar. De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016)⁸², o hábito de fumar é mais comum entre os mais pobres, que chegam a gastar cinco vezes mais do rendimento familiar com o tabaco.

Os mesmos dados do IBGE apontam ainda que em famílias com rendimento mensal menor ou igual a R\$ 800,00 as despesas com o fumo são duas vezes maiores do que as relacionadas com a educação. Já o consumo de álcool hoje faz parte da rotina de muitos brasileiros não existindo uma incidência social particular.

Mesmo com muitos obstáculos, percebeu-se durante as entrevistas que os catadores gostam da atividade e relacionam com a garantia de sustento da família. Todos os entrevistados (100%) reconheceram que a coleta de resíduos produz algum benefício ambiental, como diminuição da poluição e a limpeza da cidade.

Ao serem questionados sobre possíveis melhorias no trabalho do catador, a maioria (95%) apresentou sugestões para a melhoria da atividade de catador de recicláveis, apontando opções relacionadas especialmente com a organização em cooperativas e melhoria na estrutura da lixeira pública do município de Santana.

Um dos catadores aqui denominado de catador 05 descreve como se deu a sua inserção nesse tipo de atividade:

“Comecei a trabalhar muito cedo e ao perder um emprego formal não tive outra alternativa a não ser o trabalho de catação para gerar renda e sustentar minha família. No início eu tinha medo de contrair alguma doença, mas depois a necessidade de me expor diariamente me fortaleceu. O medo diminuiu, mas ainda carrego a dor de algumas humilhações e preconceitos sofridos durante mais de dez anos na lida”. (Catador de lixo 05 – 2016).

Os catadores (as) foram indagados sobre como planeavam a vida futura pessoal e familiar. Dentre os aspectos destacados, ter uma vida, uma casa e um emprego foram às respostas mais recorrentes. Além disso, também foi verificado que os catadores almejavam um futuro melhor para si e seus familiares, com mais saúde, educação de qualidade e uma sociedade menos preconceituosa no que tange à atividade de catador.

⁸² Brasil, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, «Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística», Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp>, Consultado em 10 dezembro de 2016.

Embora a atividade de catador gere sustento para inúmeras famílias, como constatado no trabalho de Calderoni, trata-se também de uma atividade socialmente desinteressante, que, “associada à imagem do lixo, da sujeira e de materiais que despertam nojo, tem como seus executores representantes do que a sociedade não quer mais, de cuja existência não deseja se lembrar, pois são também associados ao material do qual sobrevivem”⁸³.

Segundo Dias a visão que os catadores têm de si mesmos, em que se identificam como trabalhadores, “percebe-se a forte tentativa de criar uma visibilidade do trabalho exercido utilizando as vantagens e desvantagens da catação”⁸⁴. Durante as entrevistas percebeu-se que os “catadores acreditam serem vistos pela população sob a marca da invisibilidade”, no entanto os catadores (a) sempre enfatizavam o “esforço necessário, o número de horas e seu conhecimento acerca do material reciclável como forma de se valorizarem”⁸⁵.

No Brasil, o movimento de catadores de material reciclável vem ganhando força, embasados no sentido ecológico do trabalho de catação, no qual a possibilidade da conjunção do estímulo econômico e do desenvolvimento sustentável se faz presente e ativa. De acordo com Sousa Santos, através das narrativas e dos discursos emergentes no seio daquele movimento, esboçados a partir do cotidiano de vida dos catadores, é possível aferir que estes estão construindo sua identidade coletiva⁸⁶. Esta se dá num processo híbrido de dispositivos de regulação e emancipação social.

No que se refere ao Amapá a força da coletividade dos catadores (as) ainda é pequena se comparada aos grandes centros urbanos brasileiros, pois são raras as associações de catadores de material reciclável. Observa-se a falta de incentivo do poder público para que essas pessoas tenham melhorias na atividade de trabalho que desenvolvem. A escassez de possibilidades faz com esses sujeitos sejam anônimos mesmo desenvolvendo uma atividade que contribui para o equilíbrio do meio ambiente.

Esse encontro evidenciou uma característica marcante do trabalho de coleta e reciclagem de resíduos sólidos, sobretudo nos graus mais elevados de vulnerabilidade social, que é a incidência de uma maior sazonalidade no desempenho das atividades, que ocorre conforme

⁸³ Caderoni, S (2003), *Os bilhões perdidos no lixo*, 4ª edição São Paulo, Humanitas Editora.

⁸⁴ Dias, A. R (2002) *Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba* (PR), Dissertação Mestrado, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Afrontamento.

variações nos preços dos materiais recicláveis, na oferta de resíduos e, infelizmente, com maior presença de crianças e adolescentes no período de férias escolares⁸⁷.

Os catadores entrevistados na lixeira pública de Santana desconhecem o encontro promovido pela Organização das Nações Unidas – ONU e afirmam que não acompanham a trajetória histórica social do movimento de catadores. Ao serem questionados se acham importante se organizarem em grupos, associações ou cooperativas, 98% respondeu que sim, pois desse modo conseguiriam avançar acerca do reconhecimento da atividade de catador.

Segundo Oliveira, o enfoque do fórum promovido pela ONU, além da erradicação do trabalho infantil nos lixões a céu aberto, enfatizou a importância da capacitação dos catadores de material reciclável para atuarem no gerenciamento dos resíduos sólidos com condições seguras e dignas de trabalho e a garantia de sua inclusão social e cidadania⁸⁸. Outro ponto de destaque no encontro foi à ênfase na necessidade do fortalecimento do cooperativismo e o associativismo, por serem princípios balizadores de intervenções e proposições para grupos de catadores.

Ressalta-se que a campanha «Criança no lixo nunca mais» mobilizou a imprensa de todo o país e sensibilizou a população ao divulgar que cerca de 45 mil crianças brasileiras trabalhavam com o lixo. Os *media* colocaram o assunto na «ordem do dia» e transformaram o facto das crianças estarem trabalhando no lixo como um desafio para a sociedade e os governos enfrentarem.

Um facto muito positivo nesse processo foi que todos os prefeitos brasileiros receberam um convite para assinar um Termo de Intenção de participação no Programa, sendo que a todos os prefeitos que responderam positivamente ao convite, assinando o Termo de Intenção, foi enviado gratuitamente um *kit* contendo manuais que servem como instrumento de trabalho para que cada município possa buscar sua solução para enfrentar o problema. Os manuais distribuídos foram: *Manual do Promotor* (questão da reciclagem e a importância de parcerias com os catadores; indicações de leis relativas aos temas crianças e meio ambiente e propõe um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TCAC a ser firmado entre o Ministério Público e a Prefeitura); *Manual do Catador* (curso completo de capacitação de catadores de lixo, com dicas sobre como estimular a formação de cooperativas); *Manual para o prefeito* (reunião de

⁸⁷ *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*, Brasília, IPEA / Governo Federal, 2013.

⁸⁸ Oliveira, D. A. M. (2011), *Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

experiências de prefeituras que tiveram o apoio do UNICEF para enfrentar o problema, apresentando os erros e acertos das experiências); Manual de Financiamento (ensina a obter os recursos e empréstimos para programas de gerenciamento de lixo, capacitação de profissionais, de catadores e para formação de cooperativas); Manual da Coleta Seletiva (aborda aspectos da minimização da geração do lixo e relata 22 experiências de coleta seletiva em todo o Brasil); Manual da Bolsa Escola Cidadã (perguntas e respostas sobre a bolsa escola)⁸⁹.

Em 2001 a Caixa Econômica Federal e a UNICEF publicaram o Manual do Lixo à Cidadania – Estratégias para a ação, sintetizando todos os anteriores, e consubstanciando o Programa com seus princípios éticos, filosóficos, políticos, vindo a ser utilizado desde então para orientar os municípios brasileiros.

A gestão de resíduos deve, assim, promover a sensibilização da sociedade, geradora de desperdício, para uma mudança de padrão de produção e consumo. Também deve haver uma participação social efetiva para viabilizar alternativas que melhorem as condições de trabalho dos catadores e que também propiciem o melhor aproveitamento dos resíduos. Como resultados dessa nova forma de gestão, há benefícios econômicos, ambientais e sociais e a perspectiva de construção de uma sociedade mais solidária, no lugar de uma sociedade de consumo e de exclusão.

Desde 1998 o Fórum Lixo e Cidadania no Brasil está organizado em diferentes esferas federativas (nacional, estadual e municipal), formados por representantes de diferentes segmentos da sociedade civil, iniciativa privada e poder público. Eles são reconhecidos socialmente como espaços de debates, articulações e proposições para o acompanhamento de programas de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos.

Os catadores entrevistados afirmaram não ter participado de nenhum desses encontros nacionais. Relatam que não possuem dinheiro para viajar e pelo facto de não pertencerem a nenhuma associação tudo fica mais difícil. Externam que seria muito importante terem acesso a esses manuais sobre catadores, coleta seletiva e outros, pois assim seriam mais esclarecidos sobre assuntos comuns acerca da atividade que desenvolvem.

No Estado do Amapá o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, foi implantado desde o ano 2000 nos municípios de Macapá e Santana.

⁸⁹ Bolsa Escola: é um programa criado pelo governo Federal onde era destinado exclusivamente para as famílias em estado de extrema pobreza.

Na capital Macapá, a Prefeitura de Macapá assiste cerca de 360 crianças inscritas no programa e divididas em sete polos de atendimento, cinco na área urbana e dois de alcance rural. O Programa consiste no desenvolvimento de atividades pedagógicas (reforço escolar), atividades desportivas, oficinas de recreação, artes, cidadania, eventos de integração e ações sociais. A execução constante destas atividades procura ocupar o tempo livre no dia dos menores, e com os auxílios financeiros garantidos, evitar que estas crianças exerçam atividades de caráter empregatício.

O público alvo do PETI são crianças de 7 a 14 anos que trabalhem em atividades perigosas, insalubres e/ou degradantes, e que estejam regularmente inscritas no Programa do Bolsa Família. Os polos de atendimento do PETI na capital estão localizados na Fazendinha, São Lázaro, Brasil Novo, Nova Esperança e Cidade Nova e nas comunidades de Vila do Corre Água e São Joaquim do Pacuí.

No município de Santana, desde o ano 2000 os gestores do município vêm dando continuidade ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas falta estrutura adequada para o desenvolvimento das ações, que em sua maioria ocorre em galpões quentes e que colocam em risco a saúde das crianças e dos monitores.

No ano de 2017, no município de Santana, são atendidas inicialmente 40 crianças, com esse número podendo aumentar consideravelmente, considerando que no início do ano até maio de 2017 já foram realizados 327 cadastros, faltando apenas o levantamento da Comunidade do Ambrósio. O programa oferece oficinas de dança, capoeira, canto e coral, reforço escolar e artes, com a finalidade de retirá-las das ruas ou da exploração trabalho infantil, presente principalmente nas feiras do município e nas ruas próximas de supermercados e na Área Portuária.

Os catadores entrevistados relataram que muitas crianças estão inscritas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas muitos não conseguiram ainda uma vaga. Afirmam que é um programa essencial para dar suporte a educação de seus filhos e afastá-los dos perigos das ruas. Quando perguntados por que apesar das crianças participarem do PETI ainda continuam indo trabalhar na lixeira pública, a maioria dos entrevistados calou-se.

Durante a pesquisa de campo percebeu-se o quanto essas pessoas desconhecem seus direitos e deveres. Parece entregues à própria sorte. No caminho percorrido da lixeira até a entrada do bairro Jardim de Deus, nota-se todo o abandono pelo poder público aquela comunidade, pois o bairro parece mais uma extensão da lixeira pública. Não há saneamento básico e há um grande acúmulo de lixo e mato pelas ruas.

Diante de uma realidade social e econômica difícil, os catadores da lixeira pública de Santana desconhecem também os amparos legais existentes acerca da atuação de catadores de material reciclável na gestão integrada dos resíduos sólidos, as quais serão citadas a seguir:

a) Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006: institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis e dá outras providências.

b) Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007: estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei n.º 6.528, de 11 de maio de 1978 e dá outras providências. Essa Lei alterou o inciso XXVII do caput do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, tornando dispensável a licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

c) Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010: regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências.

d) Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010: institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

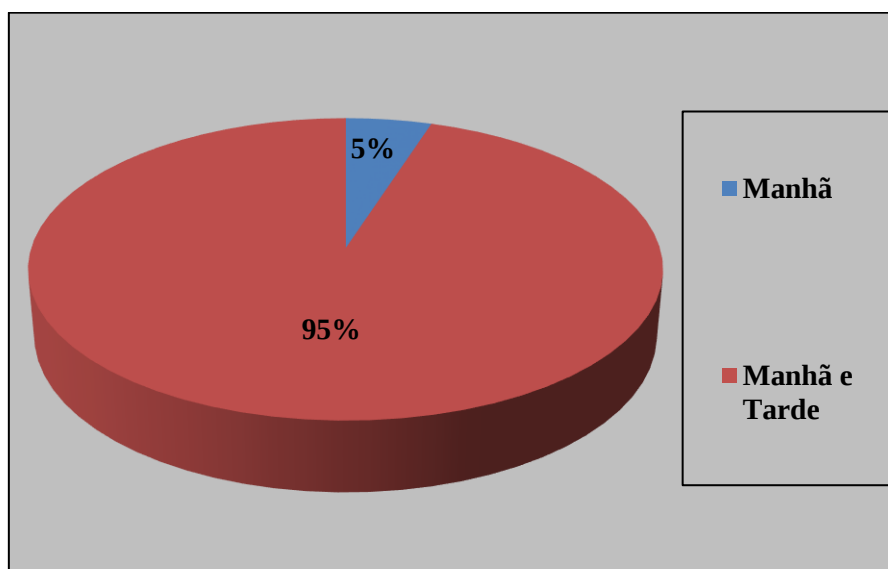
e) Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010: regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa e dá outras providências.

f) Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010: institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências.

3.4.2 Dos Questionários

Apresentam-se os resultados da pesquisa realizada através de questionários como um dos instrumentos da pesquisa, além das entrevistas, cujo resultado apresentou-se na seção anterior.

Gráfico 1: Qual o horário de coleta?



Os dados apontam que 95% realizam a coleta de lixo em dois turnos; manhã e tarde, 5% realizam pela manhã. Verifica-se no cerne dessa assertiva que esse processo é realizado de acordo com a demanda de cada grupo, de cada cidade.

Frente a essa assertiva verifica-se que a rotina dos catadores de lixo não seguem os padrões de uma atividade formal, considerando-se que muitos são autônomos. Sobre essa prerrogativa Gonçalves:

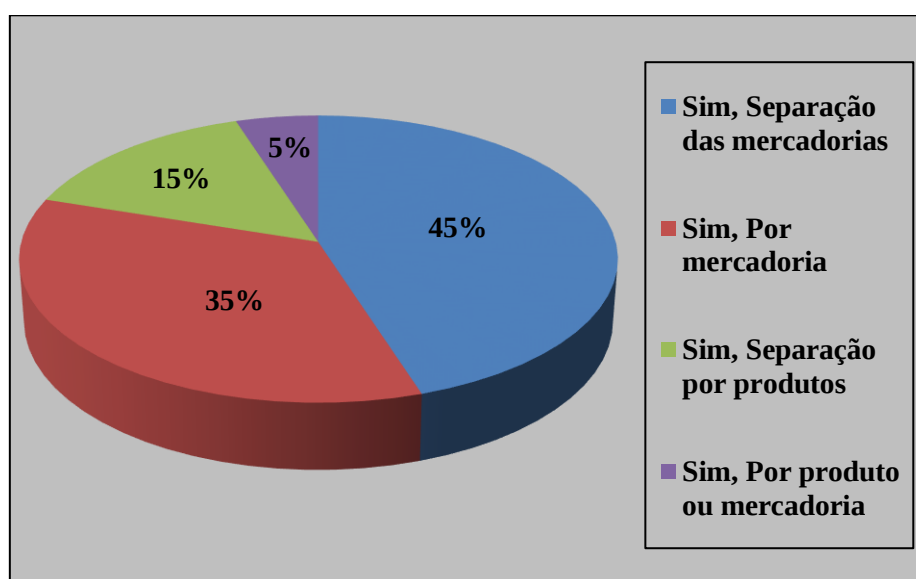
“Os processos de trabalho e tais catadores diferenciam-se desde o local de execução do trabalho até suas dinâmicas envolvendo a divisão de tarefas, os instrumentos utilizados e consequentemente as relações estabelecidas entre os próprios catadores.”⁹⁰

⁹⁰ Gonçalves. R (2004), *Catadores de materiais recicláveis: Trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país*. Revista Serviço Social e Sociedade, v. 82, n. 65.

Tomando como base essa assertiva entende-se que o horário de coleta se realiza com base nessa dinâmica, o que se evidencia no facto de que um trabalha só pela manhã, enquanto outros trabalham pela manhã e tarde, ou seja, está condicionada à meta estabelecida para aquele dia.

Partindo-se desse pressuposto torna-se imperativo elucidar que os horários de trabalho dos catadores são organizados de acordo com o tempo em que esse está disponível e suas condições para chegar até a lixeira.

Gráfico 2: Há algum critério de organização no momento da coleta? Quais?



Entre as questões levantadas junto aos catadores buscou-se saber se há algum critério de organização no momento da coleta e quais são. Para tanto, os resultados apontaram que 45% disseram sim, fazerem a separação. Outro critério é utilizado por 35%, disseram sim, utilizam a separação por mercadorias. Já 15% disseram sim, utilizar a seleção por produtos e 5% por produto ou mercadoria.

Os dados revelam que os catadores entrevistados conhecem alguns processos de seleção, sendo que separam o lixo por categoria, uma demanda necessária considerando-se que Vilhena:

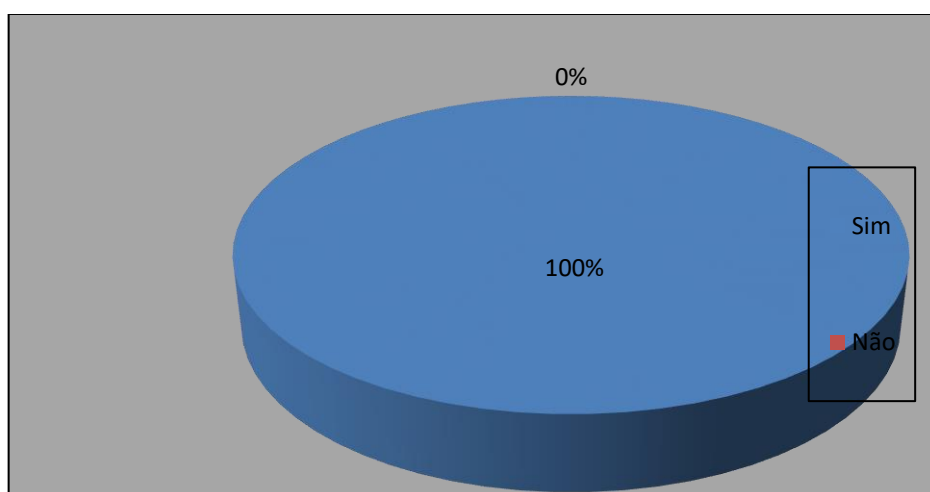
“A coleta seletiva de lixo é um sistema que recolhe materiais recicláveis, tais como papéis, plásticos, vidros e metais, previamente separados na fonte gera-

dora. Esses materiais passam por uma etapa de triagem seguida de pré – beneficiamento, que consiste na separação por cores, tipos, tamanho, densidade, lavagem; secagem; prensagem; moagem, enfardamento, sendo posteriormente vendidas as empresas recicladoras ou aos sucateiros.”⁹¹

Verifica-se que os catadores têm algumas informações a respeito do processo da coleta seletiva à medida que afirmaram terem adotado alguns critérios durante a coleta do lixo, que fazem a seleção pela separação por mercadoria, por produtos, ou pelos dois juntos: produtos e mercadorias.

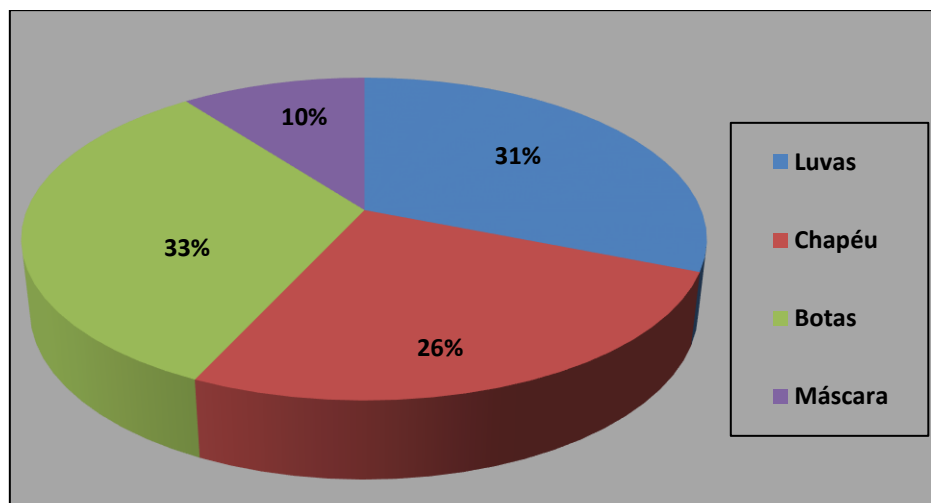
Assim, é pertinente dizer que a coleta de lixo, neste caso, tem fim comercial, tendo em vista que assim a catação de lixo recicláveis torna-se uma atividade laboral, ainda que realizada informalmente.

Gráfico 3 e 3 A: Você acha que deve utilizar algum equipamento de proteção? Quais?



A pesquisa revelou através das respostas dos catadores entrevistados de que é necessário o uso de equipamento de proteção na atividade de coleta de resíduos sólidos a medida que 100% consideram essa prática importante.

⁹¹ D’Almeida, M. L. O. A. Vilhena (2000) (coord.) *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*. 2ª ed. São Paulo, IPT/CEMPRE.



Destacam entre esses equipamentos: o uso de botas (33%), luvas (31%) chapéus (26%), e máscaras (10%).

A atividade de coleta nos lixões oferece alguns riscos como a contaminação, cortes e de ordem física que torna imperativo o uso de equipamentos que previnam acidentes durante a coleta e tragam danos à saúde desses trabalhadores.

Tomando como base essa condição Bastos destaca que:

“Os catadores estão construindo sua história e delimitando sua área de atuação, conquistando como uma categoria profissional, oficializada pela classificação brasileira de ocupações (CBO). O código 5192 – 05 regulamenta a profissão de catador de material reciclável e diz que o profissional é responsável por coletar o material reciclável reaproveitável. Vender o material coletado selecionar o material coletado, preparar o material para expedição, administrar o trabalho e trabalhar com segurança, entre outras atividades”.⁹²

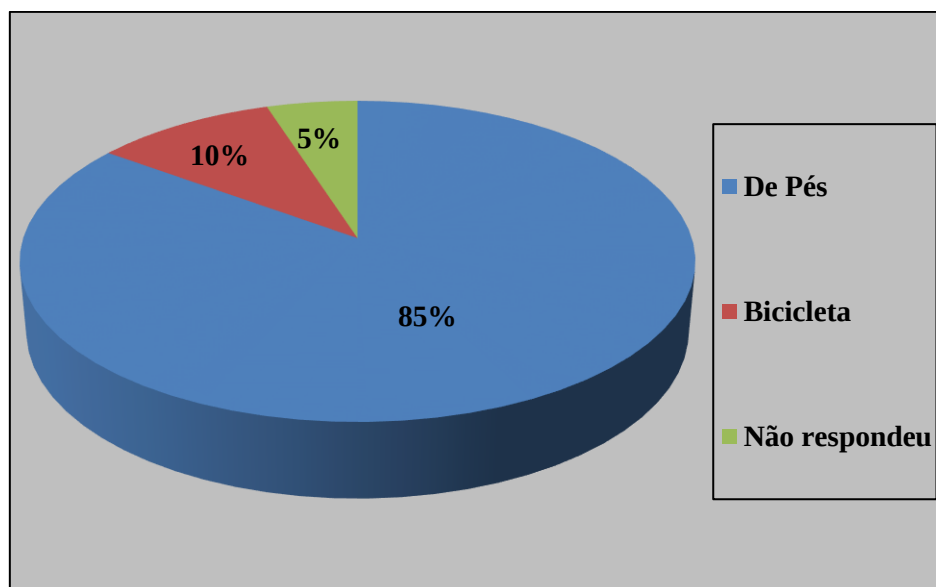
O que se entende então é ser a segurança uma das premissas para a prevenção de acidentes e contaminações, sendo nesse caso de grande importância o uso de equipamentos de segurança, uma preocupação que já vem sendo acolhida a partir de alguns dispositivos, com destaque para a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO).

Trata-se de uma prerrogativa que deve ser acolhida pela gestão pública que deve desenvolver programas de assistência, formação e regularização dessa atividade de forma efetiva, ou

⁹² Bastos, Valéria Pereira (2005), *Construindo identidades: catador - herói ou sobrevivente da perversa forma de catação*. *Confluências*, Rio de Janeiro, v.4, nº 1, pp. 22-26.

seja, na prática, ou seja, que se cumpra a legislação (Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010).

Gráfico 4: Qual o meio de deslocamento para a lixeira?



Buscou-se ainda saber entre os entrevistados qual o meio de deslocamento para a lixeira. Os dados revelam que: vão a pé (85%), de bicicleta (10%) e não responderam (5%).

Por ser uma atividade realizada na informalidade na maioria das vezes, muitos catadores não têm alguns direitos garantidos, entre os quais estão as condições de transportes, pois os dados revelaram que a maior parte chega aos lixos a pé, um dado que evidencia nos 85% os entrevistados e que apenas uma parte pequena tem um meio de locomoção (5%).

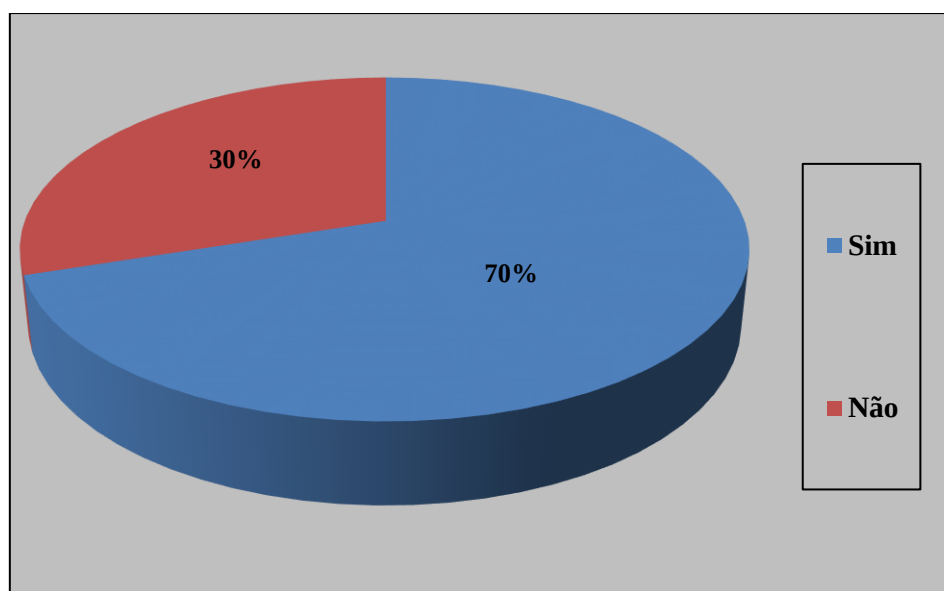
Frente a essa condição é importante ver o que está por trás dessa realidade, segundo Medeiros.

“Os catadores de materiais recicláveis vivem em condição de pobreza singular. (...). Observa-se que os catadores desempenham suas atividades em condições extremas, sofrem preconceitos e possuem baixo reconhecimento do papel que representam na economia e no meio ambiente, embora tenham a profissão reconhecida e sejam resguardadas por um comitê específico”⁹³.

⁹³ Medeiros, L. F. R.; Macedo, K. B (2007), *Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v.3, nº 2, pp. 72-94.

O facto de os catadores não terem um transporte para se locomover está relacionado com o desenvolvimento de uma atividade informal, o que não permite que tenham um auxílio quanto ao transporte.

Gráfico 5: Você faz sua alimentação na lixeira?



Sobre os catadores de materiais recicláveis o que se pode observar nesse cenário é que o trabalho nas lixeiras é muito pesado e desgastante; às vezes são obrigados a passar o dia na lixeira o que acaba por levar muito deles a se alimentarem lá mesmo, condição essa que se evidenciou no âmbito da pesquisa, sendo que 70% disseram sim e 30% disseram não.

As respostas dão conta que os catadores, mais especificamente os de Santana, um dos municípios do Amapá, têm uma vida bastante sacrificada e instável. A jornada de trabalho não composta tempo para sair para almoçar, condição essa também que resulta de não terem recursos para se locomoverem, daí muitos acabam fazendo suas refeições ali mesmo nos lixões.

Em relação a essa proposição o autor Medeiros, elucida que essa ocorrência pode ser explicada pelo fato que:

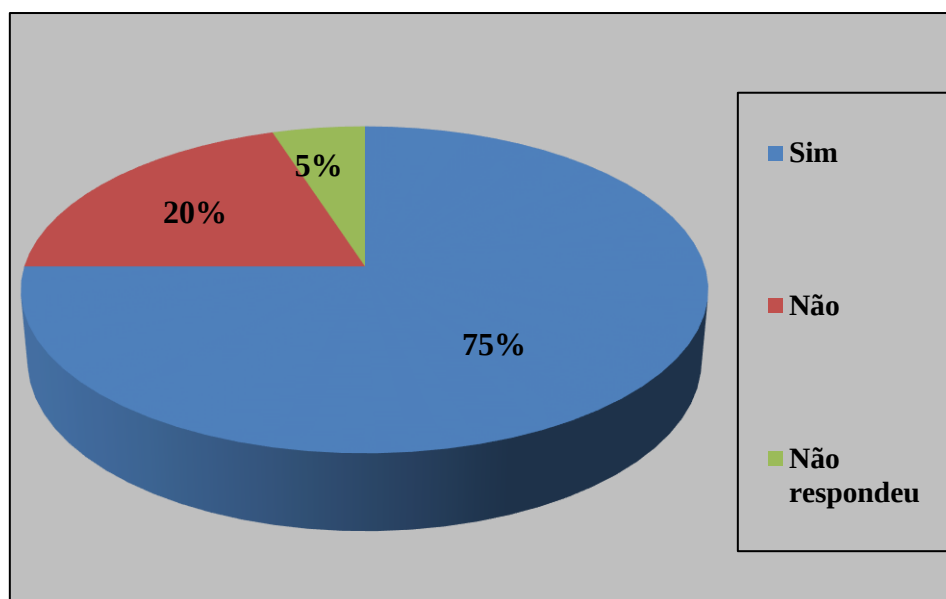
“O trabalho com lixo não tem uma única representação ou sentido, ou é dotado de características boas. Ele abarca tanto aspectos positivos quanto negativos,

por isso, a relação dos catadores de lixo é ambígua, refletindo a dialética inclusão, exclusão, saúde, doença, orgulho, humilhação”⁹⁴.

Fica assim compreendido que trabalhar com a catação de lixo ainda é um dos grandes desafios relacionados com o trabalho desenvolvido pelos catadores de material recicláveis, pois muito embora essa atividade esteja ligada a uma forma de sobrevivência, mas é preciso buscar mecanismos que possam mudar essa rotina, pois muito embora existam já as cooperativas, a maioria ainda trabalha na informalidade.

A coleta de lixo por catadores desde seu início esteve condicionada pela necessidade de sobrevivência, daí que muitas vezes os catadores acabam por buscar nessa prática o seu alimento, condição que fica evidenciada nos dados abaixo.

Gráfico 6: Coleta restos de alimentos na lixeira?



Os dados dão conta que 75% dos catadores entrevistados recolhem alimentos da lixeira, 20% disseram não e 5% não responderam.

Observa-se nesse caso, que os catadores fazem desse território um lugar para satisfazer algumas de suas necessidades, entre as quais estão as de alimentação.

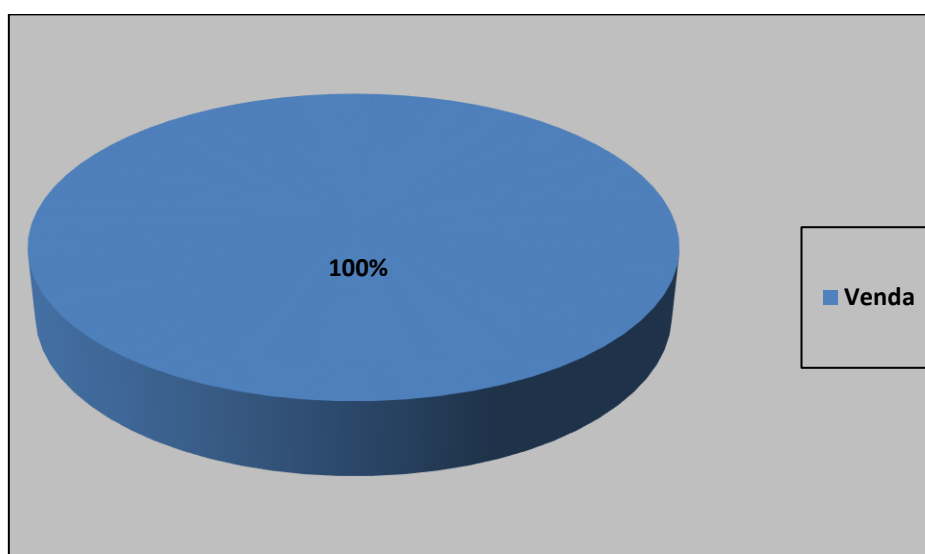
Sobre essa questão Bastos destacar o que:

⁹⁴ Medeiros, L. F. R.; Macedo, K. B (2007), «Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver», *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v.3, nº 2, pp. 72-94.

“A atividade de catar alimento para comer e material reciclável para vender também foi abordada por Marcos Prado (2004), questionamentos sobre o destino do lixo e sobre a realidade desagradável em que as pessoas são submetidas atravessam o documentário, conta a história de uma mulher que busca no lixo sentido para viver”.⁹⁵

Esse recorte reproduz o cenário e a condição em que vivem os catadores que trabalham nos lixos de Santana / Amapá, denotando a ausência do Estado e o desenvolvimento de políticas públicas, além de estarem desassistidos socialmente, economicamente e mesmo juridicamente, já que fere o princípio da dignidade humana. É uma forma de trabalho cuja informalidade traz sérios problemas a sua prática e aos seus agentes, os catadores.

Gráfico 7: O que é feito com o material coletado?



Entre as questões levantadas buscou-se saber qual o destino do material coletado pelos catadores de resíduos. Nesse sentido, os dados revelam que 100% dos materiais coletados são vendidos, o que demonstra existir comércio para esse tipo de atividade.

Partindo desse pressuposto Gonçalves ressaltar que:

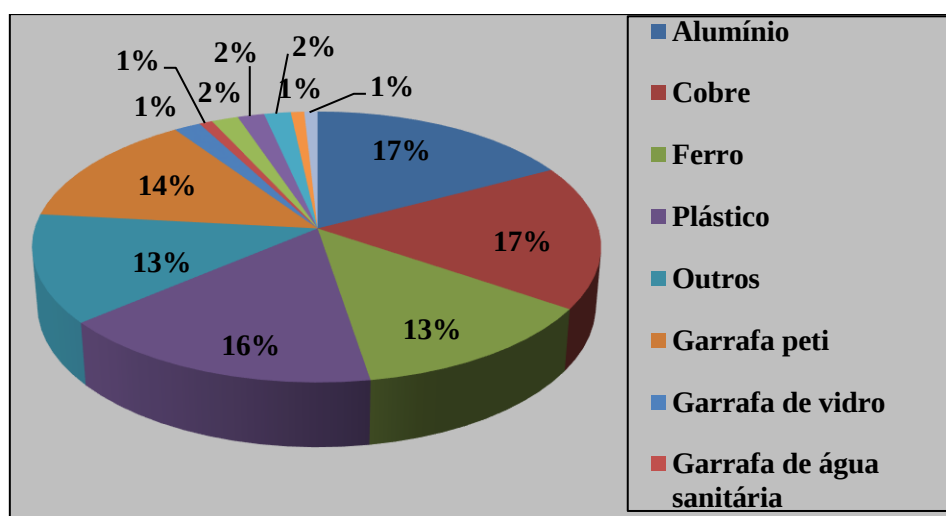
⁹⁵ Bastos, Valéria Pereira (2005), *Construindo identidades: catador - herói ou sobrevivente da perversa forma de catação*. *Confluências*, Rio de Janeiro, v.4, nº 1, p. 22-26.

“Os trabalhadores dos lixões servem como separadores manuais (in locus) do lixo produzido no município, bem como atuam na eliminação do mesmo ao vendê-lo para os intermediários das grandes empresas de alumínio, e plásticos. Além disso, os mesmos prestam um serviço à sociedade que não é reconhecido, pois reduzem os impactos ambientais do lixo e da exploração de recursos naturais não renováveis”.⁹⁶

Existem pontos comerciais que comprem os materiais para reciclar e vender a terceiros ou transformarem os mesmos em produtos reciclados, uma realidade motivadas pelo desenvolvimento sustentável e por ser uma forma desses trabalhadores estarem inseridos no mundo do trabalho, ainda que na informalidade.

Fica subtendido que a coleta de recicláveis tem destino comercial, e que os catadores buscam nessa atividade não só um meio de sobrevivência, mas também um reconhecimento da sua condição de trabalhadores.

Gráfico 8: Quais os materiais coletados? Quais?



No cerne dessa pesquisa buscou-se saber dos entrevistados que tipos de materiais coletam, entre os quais se destacaram: 17% (alumínio), 17% (cobre), 16% (plástico), 14% (garrafa peti), 13% Outros, 2% (ferro), 2% (madeira), 2% (garrafa de vidro), 1% (garrafa de vidro), 1% (vidro), 1% (carrada de terra).

⁹⁶ Gonçalves, R (2004), *Catadores de materiais recicláveis: Trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país*. Revista Serviço Social e Sociedade, v. 82, nº 65.

Conforme o resultado apresentado no gráfico 8 todo material coletado seguindo os entrevistados são destinados à venda, o que consequentemente, torna a coleta seletiva uma prática que faz com que haja separação quanto aos tipos de resíduos coletados, sendo esses destinados a reciclagem, prática que trouxe uma atividade produtiva e de proteção ao meio ambiente.

Sobre essa atividade Gonçalves, elucida que:

“Trata-se assim de uma atividade antiga, mas que vem se expandindo ao longo dos anos constituindo-se como possível mercado de trabalho, em relação direta com grande quantidade e qualidade de resíduos sólidos produzidos no país. Selecionando e catando materiais recicláveis, homens e mulheres exercem uma atividade que constitui o primeiro elo do circuito econômico que gira em torno da reciclagem”.⁹⁷

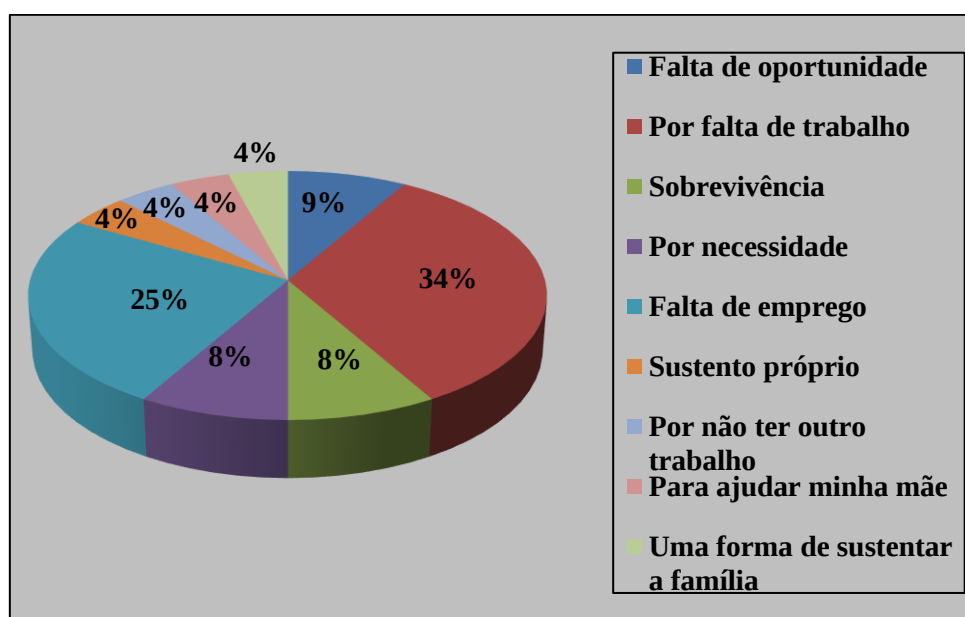
Evidencia-se nesse contexto que os catadores tornaram essa atividade uma prática comercial à medida que surgiu o comércio da reciclagem, inserindo-a no âmbito das atividades econômicas. Ela é realizada de acordo com os tipos de produto que podem ser destinados à reciclagem, com destaque para: alumínio, ferro, papel, papelão, plástico, vidro, considerados, fontes rentáveis e produtivas.

A presença de pessoas nos lixões pode ser decorrente de muitos fatores, entre os quais se destacam os seguintes, segundo os catadores que frequentam os lixões de Santana/Amapá.

As respostas levantadas pelos entrevistados apontaram que 34% entraram nessa atividade por falta de trabalho, 25% por falta de emprego, 9% falta de oportunidade, 8% por necessidade, 8% por sobrevivência, 4% sustento próprio, 4% não ter outro trabalho, 4% para ajudar minha mãe, 4% uma forma de sustentar a família. No que se refere às respostas dadas entende-se que as razões que mobilizam essa atividade são diversas, de ordem social, econômica, pessoas e de sobrevivência.

⁹⁷ Gonçalves, R (2004), «Catadores de materiais recicláveis: Trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país», *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 82, nº 65.

Gráfico 9: Por que começou a trabalhar na lixeira?



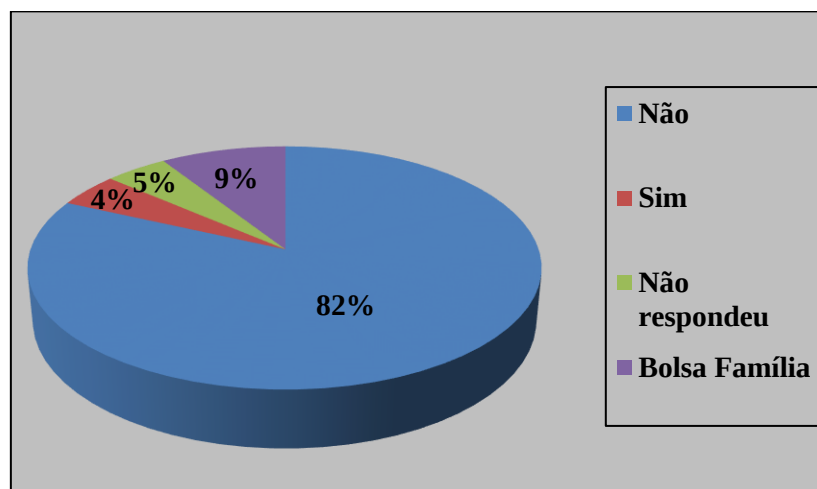
Essa condição deve-se ao facto, de acordo com Almeida e Nascimento:

“No Brasil, grande parte dos problemas sociais, vinculados a falta de infraestrutura de saneamento básico e a disposição inadequada dos resíduos sólidos, além de poluir a água, o ar e o solo, propicia a catação de lixo nos locais vivendo, catando, carregando e até mesmo comendo lixo, assumindo uma função já há muito tempo estigmatizada: a de catadores de lixo, que apesar de seus interesses econômicos assumem mesmo que inconscientes, também, a função de agentes ambientais”.⁹⁸

Verifica-se que são muitos os fatores que levam pessoas a trabalharem na informalidade, a irem para rua. Entre esses fatores está o aumento do índice de desemprego, considerado um dos principais problemas da sociedade moderna, pois o desenvolvimento industrial trouxe consigo grandes avanços, contudo algumas mazelas, como a miséria, o desemprego e a desestabilização da economia.

⁹⁸ Almeida, S.S. Nascimento et. al (2006), *Quantidade e Qualidade de produtos Alimentícios Anunciados na Televisão Brasileira*. Rev. Saúde Pública, São Paulo.

Gráfico 10: Recebe algum tipo de assistência do Estado, Prefeitura ou ONGS?



Entre as questões levantadas no âmbito dessa pesquisa buscou saber ainda se esses agentes sociais, isto é, os catadores recebem algum tipo de assistência do Estado, prefeituras ou ONGS. Dos que responderam, 82% disse não, 9% destacaram a bolsa família, 5% não responderam e 4% disseram sim.

O resultado demonstra que os catadores de resíduos sólidos se consideram desabilitados do ponto de vista do poder público, tendo em vista que a maioria (82%) respondem não. Revela-se que esses trabalhadores trabalham na informalidade e ainda sem qualquer tipo de apoio.

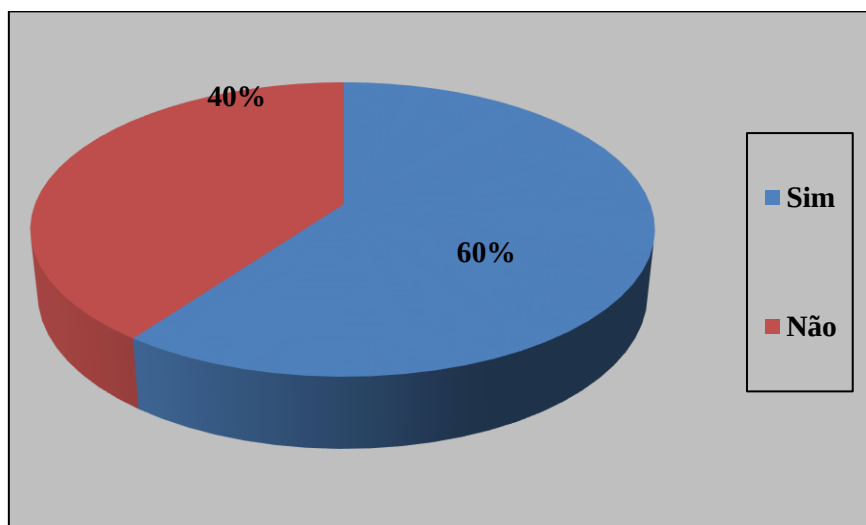
Essa ocorrência pode ser esclarecida através do pensamento de Ferraz; Gomes e Busato:

“As famílias catadoras, na maioria casos, não possuem qualquer tipo de apoio dos governos locais, estando a mercê da própria sorte em caso de chuva de estrago do carrinho, acidentes, adoecimentos, oscilações de oferta de material e de rendimento.”⁹⁹

Fica evidenciado que os catadores estão ainda à margem da sociedade e que os Estados e municípios não assumem o seu papel pois não desenvolvem políticas públicas de reconhecimento dessa atividade de forma a dar a esses trabalhadores direitos que para que possam viver com dignidade, considerados um dos princípios constitucionais da Constituição Brasileira. É importante assegurar a esses trabalhadores não só condições dignas de trabalho, mas também de ordem social.

⁹⁹ Ferraz, Lucimare Gomes *et.al* (2012), *Catador de Materiais recicláveis um agente ambiental*, Vol.10, Rio de Janeiro, Ebap.

Gráfico 11: Já sofreu algum acidente trabalhando na lixeira?



A atividade exercida pelos catadores tem sido alvo de muitos debates. Entre os aspectos, mas questionados estão as condições precárias de trabalho, o que se comprova nas respostas dos entrevistados, que apontaram que: 60% disseram já sofreu um acidente e 40% disseram não.

Verifica-se que os catadores que frequentam a lixeira de Santana/AP trabalham sem equipamentos de segurança o que de certa forma demonstra ser a atividade de coleta de resíduos sólidos ainda uma atividade que está na sombra da informalidade, condição essa que acaba por impedir que esses sejam assistidos no âmbito de seus direitos trabalhistas.

Sobre essa condição vale elucidar o que diz Bastos, a respeito do trabalho dos catadores:

“Estas pessoas estão expostas a contaminação presente nos resíduos, além de riscos à integridade física por conta do manuseio. Outro fator são os objetos perfurantes e cortantes que são os principais agentes de riscos encontrados por serem catadores autônomos não há investimentos em equipamentos de proteção individual como aventais, luvas, mascara chapéu, entre outros”.¹⁰⁰

Verifica-se que os acidentes acontecem justamente por esses trabalhadores exercerem suas atividades sem qualquer proteção, sendo essa uma prerrogativa da informalidade, pois

¹⁰⁰ Bastos, A. V. B *et. al* (2014), «Vínculos dos indivíduos com a organização: análise da produção científica brasileira 2000-2010», *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 30, nº 2, pp. 153-162.

muitos catadores não estão amparados pelo poder público, pelo sistema previdenciário, muito embora essa profissão esteja regularizada através pela Lei PLS 618/2007, com a aprovação da câmara dos deputados, onde através de uma assembleia foi decidido que esses profissionais de reciclagem poderiam ser regulamentados e se associarem aos sindicatos para terem suas carteirinhas, podendo ter as suas cooperativas, negociar seu piso salarial, se tornar empreendedores individuais e contribuir com a previdência social para terem suas aposentadorias.

Vista sob essa perspectiva evidencia-se que é necessário legitimar o que prescreve a legislação para que se possa dar melhores condições de trabalho a esses agentes ambientais, chamados de catadores.

Aqui se registra a legitimidade dessa pesquisa através da presença do pesquisador na lixeira pública de Santana.

Imagem 14: Encarregado da Lixeira Pública de Santana, Santana/AP, 2016.



Foto de Márcia Nobre Herrera, 2016.

No âmbito dessa discussão vale ressaltar que essa visita colaborou significativamente para que o desenvolvimento da pesquisa, pois possibilitou ter um panorama sobre o cotidiano dos catadores de material reciclável, como acontece o processo de coleta de lixo e a destinação desse na lixeira pública que é gerenciada pela prefeitura de Santana.

É pertinente ressaltar que se verificou que a questão do lixo em Santana ainda é um problema, pois é feita sem um processo seletivo adequado, não havendo coletores para que se faça essa seleção, além de que fica a céu aberto, o que eleva o grau de poluição e torna vulnerável a saúde da população, pois tem vidro, material hospitalar e material cortante.

Destacamos a ausência de políticas públicas que efetivem diretrizes para o tratamento de recolhimento e destino desse lixo, condição que configura em um problema de gestão e de saúde pública.

Verifica-se que a questão do lixo compreende uma série de condições, entre as quais se destaca a gestão, a coleta seletiva e o gerenciamento, o que torna necessário maior acolhimento aos agentes desse processo, os catadores, verdadeiros agentes ambientais no referido processo.

Dessa forma, entende-se que existem muitas mudanças a serem feitas em relação à otimização de melhorias nas condições de trabalho desses trabalhadores, muito embora a maioria deles atuem informalmente, o que acaba por colocá-los numa situação fragilizada, uma vez que se configuram como trabalhadores autônomos, o que não lhes dá legitimidade quanto aos seus direitos enquanto trabalhadores.

IV PERSPECTIVA DE FUTURO EM SANTANA

O município de Santana precisa buscar alternativas viáveis para a problemática do lixo, sobretudo da lixeira pública, pois de acordo com a Cartilha elaborada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM (2004), várias são as formas de processamento e disposição final aplicável ao lixo urbano: compactação: refere-se ao processamento que reduz o volume inicial de lixo; trituração: incide na diminuição da granulometria, ou seja, na divisão controlada dos resíduos, por meio do emprego de moinhos trituradores; incineração: consiste na queima controlada do lixo em fornos projetados; aterro (sanitário e controlado), um método excepcional de disposição final propriamente dito; compostagem: procedimento empregado para degeneração do material orgânico existente no lixo, sob condições apropriadas, tendo como objetivo impetrar um composto orgânico para utilização na agricultura; reciclagem: metodologia que tem um destaque mundial, e concomitantemente uma aceitação ao passo que proporciona benefícios econômicos, sociais, sanitários e ambientais.

Dentre as formas de processamento e destinação do lixo produzido no âmbito dos municípios, é evidente que o método de reciclagem é o que melhor se adequa aos objetivos da política ambiental propagada pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (nº 6.038/81), a Constituição Federal de 1988 e demais princípios formulados nos eventos internacionais em que a problemática da crise ambiental ocupa destaque prioritário na pauta de discussões.

Os catadores de lixo, que alimentam esse importante setor da informalidade, são tidos como verdadeiros agentes ambientais, representações vivas da preservação da natureza e sustentabilidade do planeta. Não obstante a figura de destaque que estes trabalhadores representam para o futuro do planeta apresenta-se contraditória a constatação da realidade social por eles vivenciada, onde predomina a marginalização, exclusão e abandono da sociedade.

Pesquisas apontam que se tem buscado algumas alternativas para a problemática de resíduos sólidos no Estado do Amapá, uma delas foi a iniciativa de dois Senadores do Estado do Amapá, Randolfe Rodrigues e Davi Alcolumbre e do prefeito de Macapá, Clécio Luís, que se reuniram em fevereiro de 2017 com os gestores dos municípios de Mazagão, professor Dudão; de Santana, Ofirney Sadala e de Laranjal do Jari, Marcio Serrão, com o objetivo de discutir os termos para que se faça uma gestão integrada dos resíduos sólidos, reunindo três municípios amapaenses: Macapá, Mazagão e Santana. Procuradores do Ministério Público do Amapá também estiveram presentes: Dra. Ivana Lúcia Franco Cei e Marcelo Moreira.

O encontro para discutir a gestão integrada de resíduos é retratado na Imagem 15:

Imagem 15: Encontro para propostas da gestão integrada de resíduos sólidos



Imagem disponível em <http://macapa.ap.gov.br/572>.

Segundo notícia veiculada pela Prefeitura de Macapá¹⁰¹ o município de Macapá tinha um lixão. Este foi transformado em aterro controlado (etapa transitória). Em seguida acabou se tornado novamente lixão e em 2013 o projeto foi retomado pela atual gestão, que implantou a primeira célula de aterro sanitário, que é o que estabelece a legislação. Atualmente, apenas Macapá faz a destinação adequada de seus resíduos sólidos, com o funcionamento do aterro sanitário há mais de quatro anos. Devido a isso, a ideia é juntar os três municípios mais próximos para que Mazagão e Santana também deem uma destinação correta aos seus resíduos.

Durante esse encontro o Senador Randolfe afirmou que o município de Macapá, entre os 16 municípios, foi o que mais avançou no aspecto da destinação dos resíduos sólidos. “Com esse consórcio, teremos um salto na questão de saneamento básico no estado. Todos sabem o quão desagradável é o lixão que presenciamos na Rodovia Duca Serra, inclusive na rota das aeronaves que pousam no aeroporto de Macapá”.

Já o Senador Davi Alcolumbre destacou que há quatro anos tentou fazer a mesma coisa, mas não se formalizou e enfatizou que: “Esses quatro prefeitos reunidos hoje representam mais de 80% da população do Amapá. Precisamos colocar o Governo do Estado nessa pactuação, que hoje apenas o município de Macapá está sensível a essa causa”.

¹⁰¹ Macapá (1999), *Lei ambiental do município de Macapá*, Macapá: SEMA.

O Senador Davi Alcolumbre citou que inicialmente, a intenção é fazer um Termo de Cooperação, mas com o objetivo de se fazer entre esses três municípios um consócio, que será acompanhado pelo Ministério Público Estadual, por meio dos promotores de Justiça, Ivana Cei e Marcelo Moreira.

A representante do Ministério Público Dra. Ivana Lúcia Franco Cei, reiterou:

“Preciso relembrar que, em 2005, a Promotoria de Meio Ambiente foi acionada pela Infraero, onde nos informaram que os voos seriam cancelados em virtude da quantidade de urubus na pista, porque tínhamos um lixão a céu aberto. Desde aí, começamos uma ‘luta’ com os municípios para transformar os lixões em aterros controlados, conseguimos apenas em Macapá. O resto do estado são lixões a céu aberto. Essa mesma ação foi proposta na época, por isso, espero que possamos avançar nesse sentido com os demais municípios.”¹⁰²

O prefeito de Macapá Clécio Luís destacou que Macapá já passou pela mesma situação que passam os municípios de Santana, Mazagão e Laranjal do Jari. Geralmente, os municípios conseguem fazer as suas coletas, mas o grande gargalo está na destinação final desse material. Macapá já saiu das condições de lixão e estamos na condição de aterro sanitário desde 2013, mas, durante muito tempo, a realidade era igual as que os municípios vivem hoje.

Clécio Luís, prefeito de Macapá, ressaltou durante o encontro que coloca à disposição o aterro sanitário da capital, para que juntos com os prefeitos dos municípios de Santana e Mazagão possam dar a destinação adequada aos resíduos produzidos e, no caso de Laranjal do Jari, o prefeito se comprometeu em ajudar com a experiência do trabalho realizado no município de Macapá.

Nas imagens 16 e 17 é possível observar as instalações do aterro sanitário de Macapá, esclarecendo que nesse tipo de aterro poderão ser recebidos resíduos sólidos urbanos de origem domiciliar e comercial; resíduos dos serviços de capina, varrição, poda e raspagem; resíduos de gradeamento, desarenação e lodos desidratados das Estações de Tratamento de Esgoto; resíduos desidratados de veículos limpa-fossas; resíduos desidratados de Estações de Tratamento de Água e resíduos sólidos provenientes de indústrias, comércio ou outras origens que tenham

¹⁰² Cei, Ivana Lúcia Franco (2009), *Avaliação dos resultados e obstáculos à Implementação ...*

sua classificação como Classe II comprovada por laudo técnico de análises laboratoriais, conforme normas específicas da Associação brasileira de normas técnicas - ABNT.

Imagem 16: Aterro Sanitário de Macapá, Macapá/AP



Imagem disponível em <http://macapa.ap.gov.br/572>.

O aterro sanitário do município de Macapá fica localizado na BR-156. Até o ano de 2013 os resíduos sólidos do município de Macapá eram despejados a céu aberto, sem tratamento. No mesmo ano entrou em atividade o aterro controlado do município, também localizado na BR-156. Em 2013, a instalação foi então transformada em aterro sanitário, uma técnica que reduz o impacto de contaminação do solo e do lençol freático. Dos dezesseis municípios do Estado do Amapá, somente Macapá possui aterro sanitário.

Imagem 17: Aterro sanitário de Macapá, Macapá/AP



Imagem disponível em <http://macapa.ap.gov.br/572>.

Na cidade de Macapá, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000) coleta-se diariamente 380 toneladas de lixo doméstico, comercial e biológico. A totalidade segue para o aterro controlado da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), localizado no Km 15 da BR 156, na ausência de coleta seletiva no município. Também há a considerar a falta de alternativas adequadas de descarte dos resíduos sólidos, causando agravos na saúde pública e ao meio ambiente.

De 2000 a 2013 ocorreram avanços no município de Macapá no que se refere à destinação final de resíduos sólidos e ao serviço de coleta de lixo residencial. No entanto muitos ainda são os desafios para uma gestão de resíduos sólidos que leve em consideração todas as disposições legais acerca do assunto.

É importante esclarecer que as questões que se referem à sadia qualidade de vida das presentes e futuras gerações e ao meio ambiente equilibrado, não está assegurada somente na Constituição Federal Brasileira de 1988, mas está disposta também nas constituições estaduais. A Constituição do Estado do Amapá de 1997 dedicou um capítulo inteiro à questão ambiental. O seu Artigo 310.º praticamente reproduz o artigo 225.º da Constituição Federal, acrescentando ao final: “a proteção do ecossistema e uso racional dos recursos ambientais”.

Os catadores de material reciclável entrevistados nesse estudo afirmam que suas vidas são cercadas de incertezas. Admitem não conhecerem as leis que tendem a provocar mudanças

em sua forma de trabalho, mas sabem que se os lixões acabarem não sabem como irão sobreviver, visto que o Amapá é um Estado que mantém sua economia centrada em atividades de comércio e funcionalismo público.

Os entrevistados ressaltam que temem não só pelo fim da lixeira pública de Santana, mas pela possível desapropriação de suas casas localizadas no Bairro Jardim de Deus. Mesmo diante de todas as dificuldades, afirmam que seguir em frente é a melhor coisa a fazer e aguardar que as coisas aconteçam sem perder a esperança num futuro melhor.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa que permitiu a realização desta dissertação indicam que os catadores de recicláveis no município de Santana – Amapá, Brasil percebem exercer um trabalho essencial para os nossos dias. Verificou-se que os catadores possuem a consciência de que desenvolvem uma função social relevante, contribuindo para a preservação do meio ambiente na coleta de materiais recicláveis.

Observou-se que a percepção dos catadores no que diz respeito aos aspectos econômicos da atividade da coleta, bem como a sua ligação direta com o lixo, não é satisfatória, já que a comercialização dos resíduos recicláveis é constantemente desvalorizada pela sociedade.

No que se refere a aspectos econômicos, a atividade da coleta parece depender da elaboração e efetivação de políticas públicas relativas à gestão de resíduos que garantam condições adequadas para o desenvolvimento da atividade dos catadores, proporcionando benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos do processo de reciclagem.

No decorrer desse estudo verificou-se que o município de Santana possui coleta domiciliar e limpeza pública, porém o gerenciamento desses serviços não é realizado de forma a suprir as reais necessidades do município, o que significa sérias consequências nefastas para a saúde pública e para o meio ambiente. Ressalta-se também que, mesmo sendo notórias as consequências negativas da acumulação e não tratamento dos resíduos sólidos, essa é uma área muito negligenciada, não somente pelo poder público local, como também pela sociedade.

A realização dessa pesquisa permitiu uma maior aproximação no que tange à problemática do lixo e à percepção de vivência dos catadores de reciclagem do município de Santana, na complexidade social em que está inserida e nos problemas adicionais, como o desinteresse da sociedade para com estes trabalhadores. Essa argumentação baseia-se na constatação de que os catadores de recicláveis optaram por essa profissão devido a situações de desemprego e à ausência de outras opções de trabalho, sendo então um meio de sobrevivência.

Enfatiza-se que os catadores entrevistados na comunidade Jardim de Deus – Santana – Amapá – Brasil, percebem o lixo como uma fonte de sobrevivência e que se veem como sujeitos com direitos e deveres, que merecem respeito pelas atividades de catação, com desejo de sair da invisibilidade social.

Nas falas dos entrevistados detectou-se que, apesar de todas as dificuldades, acreditam que num futuro próximo ocorrerá à minimização do preconceito e o reconhecimento legal da atividade de catador de recicláveis. Almejam que a atividade de catador de recicláveis seja reconhecida e legal, com garantias sociais e livres de rótulos que a sociedade lhe atribui, pois

assim poderão se sentir cidadãos de direito e de facto, deixando para trás a condição de excluídos.

A visão social negativa do trabalho e da realidade do catador parece provir da relação deste com o material com o qual trabalha, o lixo, bem como a visão empobrecida desse indivíduo em relação a si mesmo. No entanto, ainda que o trabalho executado cause satisfação, os catadores sonham com outras ocupações a fim de garantirem um maior reconhecimento social.

Evidencia-se que os catadores de recicláveis vivem em condições precárias e possuem um rendimento familiar baixo, o que provoca o uso do trabalho precoce por necessidade de se alcançar um sustento básico para as famílias. Mesmo frente as diversidades, são pessoas trabalhadoras, com espírito de solidariedade, empreendedorismo e que sonham com uma realidade diferente da que tem hoje.

De uma maneira silenciosa e pouco reconhecida, esses profissionais informais são considerados os grandes responsáveis pelo abastecimento das grandes indústrias recicladoras, as quais passam a se destacar no mercado internacional como agentes responsáveis e comprometidos para com a causa ambiental e social. Portanto, muito mais do que contribuir para o progresso econômico de entidades privadas, os catadores de materiais recicláveis contribuem para preservar o meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade ambiental e um Planeta habitável para as gerações do futuro.

Em contrapartida, sob o ponto de vista social, não há um retorno por parte dos detentores do poder econômico, que contribuem para o agravamento do quadro de exclusão social dos catadores, ao não oferecer condições dignas para que migrem da informalidade para um ambiente de trabalho sadio. É necessário “um novo olhar” para com os catadores e para a atividade de catação, no sentido de atenuar as desigualdades sociais e de respeito e garantia dos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal Brasileira atual.

Fica ainda claro que os catadores de material reciclável não são supérfluos do ponto de vista econômico, porque vivem dos restos da sociedade. Trata-se de elementos integrados na economia, ainda que desenvolvendo um trabalho informal e socialmente não reconhecido. A reciclagem do lixo é um negócio economicamente rentável, embora a sua comercialização se mantenha à margem do reconhecimento social, mantendo-se o trabalho dos catadores em condições de precárias, não dispondo os seus trabalhadores de direitos trabalhistas.

Como foi já referido para outras zonas do Brasil, também no território que estudámos os catadores vivem um processo de exclusão/inserção social, com um percurso de vida definido pela vulnerabilidade, fragilidade e precariedade.

A informação obtida junto dos catadores de materiais recicláveis que estão nos lixões do município de Santana demonstra a sua vulnerabilidade social e de como fazem desse lugar um espaço para buscar o que lhe falta economicamente. Estão limitados nos seus direitos de cidadãos, pois não tem acesso a bens básicos para uma vida digna: alimentação, moradia, educação, emprego e cuidados com o seu bem-estar. Por agora, a realidade em que vivem é a de tirar dos lixões o seu alimento e trabalhar em condições subumanas.

A pesquisa deixou clara a ausência do município em relação ao cumprimento estabelecido nas políticas públicas que tratam do destino dos resíduos sólidos, da seleção e da reciclagem, bem como das diretrizes aos agentes que fazem parte desse processo. Trata-se de dar legitimidade a essa atividade no sentido de resguardar não só os direitos trabalhistas, mas a saúde e a dignidade humana dessas pessoas. Assim, o não uso de equipamento, a inexistência de condição de trabalho tem impedido que essa atividade se torne uma possibilidade de emprego e renda para esses agentes.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para que o poder público do município de Santana possa implementar maiores investimentos para a melhoria da limpeza urbana e a coleta domiciliar, com o objetivo de trazer à sociedade uma sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Almeja-se que os gestores públicos do município invistam em programas de Educação Ambiental para consciencializar a sociedade de seu papel ativo no que concerne às questões socioambientais, bem como políticas sociais que permitam ultrapassar a difícil situação de vida e de trabalho dos que se dedicam à recolha de materiais recicláveis nos lixões.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Abreu, Maria de Fátima (2001), *Do lixo à cidadania: Estratégias para a ação*. Parceria realizada entre a Caixa Econômica Federal e a UNICEF, Brasília, Caixa.

Almeida, S.S. Nascimento *et. al* (2006), «Quantidade e Qualidade de produtos Alimentícios Anunciados na Televisão Brasileira», *Rev. Saúde Pública*, São Paulo.

Alvarez, Maria Esmeralda Ballesterio (2001), *Administração da qualidade e da produtividade: abordagem do processo administrativo*, São Paulo, Atlas.

Amapá (1997), *Constituição do Estado do Amapá*, Brasília, DF, Senado Federal.

Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais (Abrelpe) (2016), «Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2010», Disponível em www.abrelpe.org.br,

Associação brasileira de normas técnicas (ABNT) (2016), NBR 10004: 2004, «Resíduos sólidos. Classificação, 2004^a», Disponível em www.geocities.com/reciclagem2000/nbr10004.htm, Consultado em 12 outubro de 2016.

Bastos, A. V. B.; Maia, L. G.; Rodrigues, A. C. A.; Macambira, M. O.; Borges-Andrade, J. E (2014), «Vínculos dos indivíduos com a organização: análise da produção científica brasileira 2000-2010», *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol. 30 n. 2.

Bastos, Valéria Pereira (2005), «Construindo identidades: catador - herói ou sobrevivente da perversa forma de catação», *Confluências*, v.4, n. 1.

Brasil (2016), Constituição (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*, Disponível em www.planalto.gov.br,

Brasil (2016), Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, Disponível em www.planalto.gov.br,

Brasil, Ministério do Planejamento, *Orçamento e Gestão*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp>,

Brasil, Ministério do Planejamento, *Orçamento e Gestão*, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, «Contagem Populacional», Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp>

Buarque, Cristovam (1993), *O que é Apartheid: a apartheid social no Brasil*, Coleção Primeiros Passos, São Paulo, Brasiliense.

Bursztyn, Marcel (2000), *No meio da rua – nômades excluídos e viradores*, Rio de Janeiro, Garamond.

Caderoni, S (2003), *Os bilhões perdidos no lixo*, 4ª edição, São Paulo, Humanitas Editora.

Carvalho, Edson Ferreira de (2010), *Meio ambiente e direitos humanos*, 6ª reimp, Curitiba.

Cei, Ivana Lúcia Franco (2010), «Condições sanitárias dos resíduos sólidos no Amapá e política adotada pelo Ministério Público do Estado», In: Simonian, Ligia T. L. (org), *Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*, Belém, NAEA, MPEAP.

D’Almeida, M. L. O; A. Vilhena (2000) (coord.), *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*, 2ª ed. São Paulo, IPT/CEMPRE.

Dias, A. R (2002), *Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba* (PR), Dissertação Mestrado, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Diocese de Macapá (1995), *Realidade migratória em Macapá e Santana - “As migrações em Macapá e Santana: Sua realidade Econômica, Social, Política e Religiosa”*, Macapá, Gráfica São José.

Donaire, Denis (1999), *Gestão ambiental na empresa*, 2ª. Ed, São Paulo, Atlas.

Escorel, Sarah (1999), *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*, Rio de Janeiro, Fiocruz.

Fadini, P.S; Fadini, A.A.B (2001), *Lixo: desafios e compromissos*, Cadernos temáticos de Química Nova na Escola, São Paulo, Sociedade Brasileira de Química, nº 1.

Ferraz, Lucimare Gomes et al. (2012), *Catador de Materiais recicláveis um agente ambiental*, Vol.10, Rio de Janeiro.

Ferraz, Lucimare (s.a) (2003), «Os desafios da urbanização brasileira», in, Lestienne, Bernard et. al, *População e pobreza*, São Paulo, Loyola.

Ferreira, Ignez Costa Barbosa (2012), «O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília», in, Paviani, Aldo (org), *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*, São Paulo, Projeto.

Ferreira, Roberta Celestino (2015), *Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Lixo*, Trabalho de Conclusão de Curso, Disponível em <http://cenedcursos.com.br/educacao-ambiental-e-coleta-seletiva-do-lixo.html>

Figueira, Paulo Sérgio Sampaio et al. (1999), *Disposição final dos resíduos sólidos na cidade de Macapá: implicações sociais, econômicas e ambientais*, Belém, UFPA.

Figueira, Paulo Sérgio Sampaio (2009), *Programa de gestão ambiental municipal do Estado do Amapá*, Macapá, SEMA.

Fiorillo, Celso Antonio Pacheco (2012), *Curso de Direito Ambiental Brasileiro*, 13 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.

Fracalanza, Ana Paula; Maria Gonzalbo Cornieri; A. Vilhena (2000), *Desafios do lixo em nossa sociedade*, Revista brasileira de ciências ambientais, IPT, São Paulo, Cempre.

Freire, V. T. (2002), *Os catadores de papel*, Folha de São Paulo, São Paulo.

Freitas, M. V (2005), *Entre ruas, lembranças e palavras- a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*, Belo Horizonte, Ed. PUC Minas.

Furtado, C, (1959), *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Gonçalves, R (2004), «Catadores de materiais recicláveis: Trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país», *Revista Serviço Social e Sociedade*, v. 82, nº 65.

Gouveia N, Prado RR (2010), *Análise espacial dos riscos à saúde associados à incineração de resíduos sólidos, avaliação preliminar*, Rev. Bras. Epidemiol.

Guareschi, P (1999), «Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização», in: Sawaia, B. (Org.) *As artimanhas da exclusão. Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ, Vozes.

Hammes, Valéria Sucena (2004), *Percepção do Impacto Ambiental, (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável)*, Vol. 4, Embrapa, São Paulo, Globo.

Hess, S (2002), *Educação Ambiental: nós no mundo*, 2ª ed. Campo Grande: Ed. UFMS.

IBGE- Instituto brasileiro de geografia e estatística (2010), «Projeção da população do Brasil», Disponível em www.ibge.gov.br,

Ipea- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013), «Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos», Brasília, Ipea; disponível em www.ipea.gov.br,

Juncá, D. C. M. (1996), *Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos*, Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 17.

Leal, Giuliana Franco (2008), *Exclusão social e ruptura de laços sociais: análise crítica do debate*, Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Sociologia da Unicamp, Campinas.

Lima, J. D. de (1998), *Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil*, Rio de Janeiro: ABES.

Lima, L. M. Q (1998), *Lixo, tratamento e biorremediação*, São Paulo, Ed. Hemus, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Lira, Waleska Silveira e Cândido, Gesinaldo Ataíde (org.) (2013), *Gestão Sustentável dos Recursos Humanos. Uma abordagem participativa*, Campina Grande, EDUEPB.

“Lixo: Washington Novaes alerta para o problema do lixo no mundo”. Palestra foi promovida pela Secretaria do Meio Ambiente; 31/10/2003. Consultável em: <http://www.sao-paulo.sp.gov.br/eventos/lixo-washington-novaes-alerta-para-o-problema-do-lixo-no-mundo/>

Loga (s.a), «Logística Ambiental de São Paulo. Princípio dos 3R's», Disponível em <http://www.loga.com.br/conteudo>. CP=LOGA&PG. 107, Consultado em 12/02/17.

Loga (s.a), «Definição e Classificação de Resíduos», Disponível em <http://www.loga.com.br/conteudo>. CP=LOGA&PG. 101, Consultado em 12/02/17.

Loga (s.a), «Consumo Consciente», Disponível em <http://www.loga.com.br/conteudo>. CP=LOGA&PG. 104, Consultado em 12/02/17.

LogarezzI, A (2004), *Contribuições conceituais para gerenciamento de resíduos sólidos e ações de educação ambiental*, In, LEAL, A. C, Resíduos sólidos no Pontal do Paranapanema, Presidente Prudente (SP), Ed. Antônio Thomaz Júnior, p. 276.

Macapá (1999), *Lei ambiental do Município de Macapá*, Macapá, SEMA.

Magera, M (2003), *Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade*. Campinas, SP, Átomo.

MancinI, P. J. P., (1999), *Uma avaliação do sistema de Coleta Informal de Resíduos Sólidos Recicláveis no município de São Carlos- SP*, Dissertação Mestrado, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

Maricato, Ermínia (2000), «Urbanismo na periferia do Mundo Globalizado. Metrôpoles brasileiras», *São Paulo em Perspectiva*, vol. 14, n.º 4. Consultável em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004

Marques, José Roberto (2005) *Meio Ambiente Urbano*, Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária.

Martins, Heloisa Helena (1995), «Trabalho e exclusão social», in: Beozzo, *O Trabalho: crises e alternativas*, São Paulo, Paulus.

Medeiros, L. F. R.; K, B, Macedo (2007), «Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver», *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v.3, nº 2.

Milaré, Édís (2009), *Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário*. 6 ed. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.

Ministério do Meio Ambiente (MMA) (2016), «Gestão integrada de resíduos sólidos na Amazônia: a metodologia e os resultados de sua aplicação», in: www.ibam.org.br (consultado em 15 de outubro de 2016).

Miura, P, C, O, (2004), *Tornar-se catador: uma análise psicossocial*, Dissertação Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Moraes, Paulo Dias (2009), *História e geografia do Amapá: O Amapá em perspectiva*. Macapá; JM Editora.

Moraes, Paulo Dias; Jurandir Dias Moraes (2005), *O Amapá em Perspectivas: uma abordagem histórico-geográfica*, Macapá, Gráfica J.M.

Neto, João Tinoco Pereira (2007), *Gerenciamento do Lixo Urbano: Aspectos Técnicos e Operacionais*, Viçosa/ MG, Universidade Federal de Viçosa.

Novaes, Washington (2016), *O Problema do Lixo no Mundo, Programa Estadual de apoio as ONGS*, São Paulo, Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br>.

Oliveira, D. A. M. (2011), *Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Bahia.

Oliveira, W. E. (1969), «Introdução ao problema do lixo», *Revista DAE*, v.74

Oliveira, W. E (1969), «Saneamento do lixo», In: Universidade de São Paulo, *Faculdade de Higiene e Saúde Pública. Lixo e limpeza pública*. São Paulo, USP/OMS/OPS.

Perlman, E. J. (2002), *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, São Paulo, Paz e Terra.

Plano Nacional de Resíduos Sólidos (2011), «Governo Federal, Ministério do Meio Ambiente, versão preliminar para consulta pública», Disponível em http://ead.utfpr.edu.br/modle/file.php/302/moddata/project/9/4268/Plano_Nacional_de_residuos_solidos_versao_preliminar_.pdf

Pereira, Suellen Silva (sd), “A problemática dos resíduos sólidos urbanos e os instrumentos de gestão do meio ambiente na cidade de Campina Grande/PB”; consultável em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&%20artigo_id=10535.

Portal Ambiente Brasil, consultável em <http://www.ambientebrasil.com.br/>

Portilho, Maria de Fátima Ferreira (1997), *Profissionais do lixo: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores*, Dissertação de Mestrado, Programa EICOS, UFRJ, Rio de Janeiro.

Porto, Jadson Luís Rebelo (2003), *Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000*, Macapá, SETEC.

Rodrigues, A. M (1998), *Produção e consumo no espaço: problemática ambiental urbana*, São Paulo, Hucitec.

Santos, Anna Lúcia Florisbela dos; Fábio Cidrin Gama Alves (2001), *Os catadores e triadores de resíduos sólidos*, Documentação do Primeiro Encontro Internacional, São Paulo.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*, Porto, Afrontamento.

Santos, Fernando Rodrigues dos (1998), *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo*, Macapá, FUNDECAP.

Schwartzman, Simon (2004), *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*, São Paulo, Augurium.

Singer, P. A (2002), «Recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil», in Santos, B.S. (ORG.) *Produzir para viver, Os caminhos da produção não capitalista*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, Brasília, IPEA / Governo Federal, 2013.

Sousa, Façanha; C. S. S (2005), *Perfil Sócio Econômico e Cultural dos Carapirás em Macapá*, Macapá.

Souza, M. L. De.; Rodrigues, G. B (2004), *Planejamento urbano e ativismos sociais*, São Paulo, Editora Unesp.

Souza, M. L. de (2008), *ABC do desenvolvimento urbano*, 4ª ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Valle, Cyro Eyer do (2004), *Qualidade Ambiental, ISO 14000*, 5.ª ed. São Paulo, SENAC.

Young, Jock (2002), *A Sociedade Excludente: Exclusão Social, Criminalidade e Diferença na Modernidade recente*, Rio de Janeiro, Revan: Instituto Carioca de Criminologia.

Curriculum Vitae

INFORMAÇÃO PESSOAL

ERICLÁUDIO SILVA DE MELO



📍 Rua D-9, Nº 282- Vila Amazonas, 68926-150 Santana/AP Brasil

☎ (96) 32812112 📠 (96) 9177-7457

✉ ericlaudiosm@hotmail.com

Masculino

21/06/1969

Brasileira

POSTO DE TRABALHO A QUE
SE CANDIDATA
PROFISSÃO
EMPREGO PRETENDIDO
ESTUDOS A QUE SE
CANDIDATA

Mestrado em História Moderna e Contemporânea

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
27/03/1995 a 30/06/1996

Professor

Governo do Estado do Amapá, Macapá/AP (Brasil)

Lecionar para alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano. Tendo a difícil e bela missão de alfabetizar crianças na faixa etária escolar dos 5 ao 6 anos.

Empresa Pública

Educador Social

Governo do Estado do Amapá, Macapá/AP (Brasil)

01/02/1998 a 01/12/1998

Trabalhar com adolescente que cometeram delitos, exercendo a função de orientá-los através de palestras, conversas e trabalhos manuais para que possam voltar ao convívio da sociedade como cidadãos de bem.

Empresa Pública

Professor

Fundação Bradesco, Santana/AP (Brasil)

01/03/2007 a 30/12/2007

Lecionar como professor substituto de história para alunos do 6º ao 9º ano e Ensino Médio

Empresa Particular

05/01/2007/Presente

Professor

Centro Educacional Balão Mágico, Santana/AP (Brasil)

Lecionar para alunos do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano

Empresa Particular

25/03/2009 a 21/04/2010

Diretor de Escola

Prefeitura Municipal de Santana/AP (Brasil)

Trabalhar administrando uma escola de educação infantil e Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano

Empresa Pública

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

30/08/2008- 30/08/2009	Especialização em História do Amapá UNINTER/Facinter/Fatec Internacional
03/03/2002-11/08/2006	Licenciatura Plena e Bacharelado em História Faculdade de Macapá (FAMA)

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

LÍNGUA MATERNA

Português

OUTRAS LÍNGUAS

Indique a Língua

Indique a Língua

COMPREENDER		FALAR		ESCREVER
COMPREENSÃO ORAL	LEITURA	INTERACÇÃO ORAL	PRODUÇÃO ORAL	
ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL
Indique o(s) diploma(s) de línguas e respectivo nível.				
ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL	ESPECÍFIQUE O NÍVEL
Indique o(s) diploma(s) de línguas e respectivo nível.				

Níveis: A1/2: Utilizador básico - B1/2 utilizador independente - C1/2: utilizador avançado
Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

COMPETÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO

Fácil comunicação e trabalho em equipe adquiridos em cursos e através da minha experiência profissional como professor e gestor escolar.

COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

Capacidade de trabalhar e conviver com difentes grupos de pessoas e diferentes ideologias respeitando todas adquiridos ao longo de minha profissão e experiência profissional e humana: Entendimento de organização escolar.

COMPETÊNCIAS INFORMÁTICAS

Conhecimento básico em I.P.D, Windows, Word, Excel, Print-Art
Utilização da Internet para pesquisas, informações e conversas.

CARTA DE CONDUÇÃO

AB

INFORMAÇÃO ADICIONAL



PUBLICAÇÕES

APRESENTAÇÕES
PROJECTOS
CONFERÊNCIAS
SEMINÁRIOS
DISTINÇÕES E PRÉMIOS
FILIAÇÕES
REFERÊNCIAS

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO DE 1ª A 4ª SÉRIE. De 1991 a 1993
SEMINÁRIO: O ATO INFRACIONAL E MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS. DE 18/02/1998
CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS DA FCRIA. DE 26 a 30/01/1998
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO EDUCACIONAL. DE 14 A 16/02/2002
CURSO : "PELO OLHAR DO EDUCADOR, A INTERRUPÇÃO DO CICLO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL". De 17 a 18/05/2005
CURSO SEMEANDO CURRÍCULO- "AVALIAÇÃO: CAMINHO PARA UMA APRENDIZAGEM BEM SUCEDIDA". DE 22 a 31/01/2007
CURSO "GESTÃO: INTEGRANDO ESFORÇOS PELA QUALIDADE DE ENSINO". DE 18 a 22/02/1998
SEMINÁRIO SOBRE O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS. DE 18/02/1998
CURSO "1ª SEMANA CIÊNCIA". DE 24 a 31/03/2003
CONFERÊNCIA : SOCIALISMO NO SÉCULO XXI. DE 20 a 21/04/2006
II SEMANA CIENTÍFICA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE: "ENCONTROS E SABERES". DE 03 a 05/11/2004
III SEMANA CIENTÍFICA, CIDADANIA: DIREITO DE TODOS!. DE 19 a 21/10/2005
PALESTRA: "O SONHO ERA POSSÍVEL: INDICAÇÃO PARA UMA LEITURA DO SIGNIFICADO HISTÓRICO DA VITÓRIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 NO BRASIL". DE 15/11/2002
II FÓRUM DE DEBATES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA MULHER AMAPAENSE: "MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA AMAZÔNIA". DE 08 a 09/03/2006
I SEMINÁRIO DE HISTÓRIA: "GOVERNO E SOCIEDADE, DITADURA MILITAR E A RESISTÊNCIA NA CIDADE DE MACAPÁ (1964-1985). DE 14 a 15/04/2005
ENCONTRO INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA. DE 21/03/2003
ENCONTRO DE HISTÓRIA "IDENTIDADES AMAPAENSES: HISTÓRIA, CULTURA E ARQUEOLOGIA. DE 12 a 16/10/2005
I FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- PME DEBATENDO E CONSTRUINDO O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. PLANEJANDO A PRÓXIMA DÉCADA De 20/05/15 a 22/05/15 Santana/AP